

DIÁLOGO **CONTÁBIL**

**REVISTA TÉCNICA
DO CRC-BA**

A CONTABILIDADE E A RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL

EDIÇÃO IV
JULHO, Nº4 | 2021

NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS: **@crcba**
ACESSE NOSSO SITE: **www.crcba.gov.br**



CRCBA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DA BAHIA

CONSELHO DIRETOR**Presidente:**

Contador: Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Vice-presidentes:

Contador: André Luis Barbosa dos Santos

Téc. em Contabilidade: Mércia Cristina Andrade Dias

Contador: Evaldo Pereira de Souza

Contadora: Lorena de Andrade Pinho

Contador: Sérvio Túlio dos Santos de Moura

Contadora: Sonia Maria da Silva Gomes

Ouvidor Geral:

Contador: Nivaldo Pinto Santos

Superintendente de Delegacias:

Contadora: Maria do Socorro Galdino Moreira

Conselheiros:

Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Antônio Claudio Silva de Vasconcellos

André Luís Barbosa dos Santos

Ana Lúcia Santos Barros da Silva

Bernardo Andrade de Jesus

Cremildo Atanazio de Souza

Cristiano Silva Borges

Dorywillians Botêlho de Azevedo

Evaldo Pereira de Souza

Lorena de Andrade Pinho

Luciana Simões de Oliveira

Lucy Geane Rios Evangelista

Maria do Socorro Galdino Moreira

Mércia Cristina Andrade Dias

Neilton Soares dos Santos

Nelson Henrique de Carvalho

Nivaldo Pinto Santos

Sérvio Túlio dos Santos de Moura

Sonia Maria da Silva Gomes

Ubiratã Batista Pereira

Renê Silva da Costa

CONSELHO EDITORIAL**Coord. do Conselho Editorial (Editor-Chefe)**

Doutora Sonia Maria da Silva Gomes

Doutor Antonio Carlos Ribeiro da Silva

Membros do Conselho Editorial:

Doutor Alexssandro Campanha Rocha

Doutora Lorena de Andrade Pinho

Doutor Cremildo Atanazio de Souza

Doutor Marcos Laffin

Corpo Editorial Técnico:

André Luís Barbosa dos Santos

Antonio Cláudio Vasconcelos

Audrey Jones de Souza

Elisângela Santos Fernandes

Henrique Fonseca de Cabrita

Luciana Simões de Oliveira

Maria Alice Guedes Porto

Assistente Editorial:

Mirian Gomes Conceição

Projeto Gráfico e Diagramação:

Taís Freire E-mail: tais_freire29@hotmail.com

Contato:

End.: Rua do Salete, nº 320, Barris, Salvador, BA.

CEP: 40.070-200

Tel.: 71-2109-4093

E-mail: tecnica@crc-ba.org.br

Gostaria de iniciar esse editorial com uma palavra de Gratidão pelo empenho e cuidado que a vice-presidente técnica Profa. Dra. Sonia Gomes tem demonstrado para que essa revista possa ter qualidade técnica, pois quem honra, honra. Essa edição propõe um repensar de nossas práticas enquanto profissionais de contabilidade dentro das organizações. O tema resiliência organizacional nos leva a pensar como poderemos ter clareza em ações futuras na prática profissional.

No mundo das Empresas, o Diálogo Contábil trás pesquisas e artigos bem interessantes. Não deixe de ler a pesquisa realizada a respeito do impacto da covid-19 nos escritórios de contabilidade e a discussão do ESG (ambiental, social e Governança) que mede o impacto ético e sustentável de um investimento.

No mundo empreendedor a professora Dra. Lorena Pinho nos blinda com a discussão que em nossas relações profissionais precisamos ir além da resiliência e termos uma postura antifrágil após as adversidades vividas.

Na parte da revista que retrata o Mundo Acadêmico tem uma pesquisa sobre o estereótipo dos profissionais de contabilidade da Bahia no qual o resultado foi extremamente positivo, pois a população baiana pesquisada reconhece os contadores como profissionais de excelência, éticos e de suma importância para a empresa e para a sociedade. Outra pesquisa apresenta uma análise nas IES brasileiras a respeito da educação para a sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis. A leitura da revista vai ficando cada vez mais prazerosa e agradável. Nos deparamos com outra pesquisa a respeito de mensuração e divulgação dos custos ambientais e outra que aborda a captação de recursos das micro e pequenas empresas, muito interessantes e atuais..

A palavra de ordem em todos os relatos se fosse realizar uma síntese seria MUDANÇA DE MENTALIDADE que o profissional de contabilidade atual precisa ter coragem para seguir vencendo os obstáculos e nas adversidades

ser resilientes e sair fortalecidos praticando uma postura antifrágil.

A Leitura desta edição vai ficando muito prazerosa e chegamos ao perfil de um profissional de contabilidade e nesta edição tive o privilégio de relatar para os leitores a minha trajetória de vida, na qual foi marcada por superações e conquistas. Que essa história contribua para o crescimento pessoal dos leitores e que aprendam cada dia que o exercício da FÉ em Deus faz um grande diferencial na vida e como fez na minha espero que faça na vida de vocês.

Finalizo aqui este editorial emocionado em ler novamente o que escrevi da minha trajetória. Não poderia deixar de agradecer a todos os envolvidos para que essa revista chegasse com esse nível de qualidade técnica.

Que o bondoso Deus continue derramando sua Graça e amor a todos nós.

Prof. Dr. Antonio Carlos Ribeiro da Silva
Presidente do CRCBA





REPORTAGEM

A contabilidade e a Resiliência Organizacional - Autor: PhD. Rodrigo Silva de Souza. **(05)**



O MUNDO DAS EMPRESAS

O Impacto da Covid-19 Mediado pela Resiliência nas Empresas do Ramo de Contabilidade - Autoras: Dra. Sonia Gomes, Ma. Alice Porto e Ma. Mirian Conceição **(08)**

Por que o Relatório da ESG é Importante? - Autoras: Dra. Sonia Gomes e Dra. Fátima Freire. **(19)**

Stranded-Assets: Perspectivas diante de um novo Paradigma Econômico - Autores: Dr. Juliano Almeida e Doutoranda Viviane Torinelli **(25)**



O MUNDO EMPREENDEDOR

Se Torne um 'Antifrágil', vá além da Resiliência - Autora: Dra. Lorena Pinho. **(30)**



O MUNDO ACADÊMICO

Estereótipo Profissional: como os baianos veem os profissionais de contabilidade? Autores: Mestrando Alison Silva Ferreira; Dra. Sonia Maria da Silva Gomes; Dr. Juliano Almeida de Faria; Ma. Mirian Gomes Conceição **(33)**

A Educação para a Sustentabilidade nos Cursos de Ciências Contábeis: uma análise nas IES brasileiras - Autores: Doutorando José Hilton Santos Aguiar; Graduanda Juliana Blanco Sales **(52)**

Mensuração e Divulgação dos Custos Ambientais: estudo em uma indústria de papel de Feira de Santana-BA - Autores: Conatdor Lucas Carvalho Moreira; Dra. Tânia Cristina Azevedo; Prof. Marival Rodrigues Silva **(65)**

Captação de Recursos das Micro Pequenas Empresas - Autor: Eric Gardel de Oliveira Santos **(80)**



PERFIL

Antonio Carlos Ribeiro da Silva **(90)**



A CONTABILIDADE E A RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL

Se você andar pelos setores de uma organização e perguntar às pessoas o motivo pelo qual as coisas estão da forma como estão, elas geralmente te responderão: “sempre foi assim”. Esse é, exatamente, o grande desafio da proposta de resiliência organizacional: quebrar com essa ideia de continuidade, linearidade e imutabilidade dos sistemas em que as pessoas e as organizações estão imersas. Desenvolver resiliência pressupõe entender que nós vivemos em sistemas complexos, incertos e um tanto quanto ambíguos, nos quais a tomada de decisão pode ser influenciada por inúmeros fatores conhecidos e desconhecidos, de alta ou baixa probabilidade e magnitude. Essa ideia de sistemas complexos atrelada à criação da resiliência organizacional desafia o modelo Cartesiano e Newtoniano comumente proposto pela contabilidade, no qual causas e efeitos poderão ser facilmente distinguidos, observados e mensurados.

No entanto, se nem todas as alternativas e caminhos futuros podem ser perfeitamente previstos, como informar aos tomadores de decisão sobre as consequências dos seus atos? Em um sistema complexo, observamos que elementos considerados insignificantes do ponto de vista estatístico podem criar ruídos, como um bater de asas de uma borboleta na China, causando um furacão e chocalhando

todo mundo. Quem poderia imaginar que todo o sistema econômico mundial estaria vulnerável a um elemento tão minúsculo quanto um vírus? Com atual magnitude, provavelmente ninguém. Contudo, o COVID-19 já demonstrou a fragilidade do sistema em que vivemos.

Assim, a ideia de resiliência aponta para necessidade de uma gestão integrada, considerando elementos financeiros e não financeiros, que poderão impactar o presente e o futuro de pessoas, governos e organizações.

CONTABILIDADE E RESILIÊNCIA

Na verdade, a resiliência organizacional já estava implícita na contabilidade há décadas. O princípio da continuidade pressupõe que as empresas devem ser gerenciadas não só para obtenção de resultados financeiros em curto prazo, mas visando garantir a continuidade das atividades empresariais em longo prazo. No entanto, com o distanciamento entre o controle e a gestão das corporações, começamos a observar a priorização de resultados financeiros de curto prazo, como o EBITDA, e a desconsideração de outros elementos essenciais para a boa gestão empresarial, como a continuidade das relações com comunidades,

colaboradores, fornecedores, o meio ambiente e diversas partes interessadas.

O que o impacto causado pelo COVID-19 demonstra é que vivemos em um sistema complexo. Por isso, uma visão meramente financeira da continuidade das relações organizacionais e humanas as representa de forma extremamente simplista. Precisamos entender melhor os elementos não financeiros e externalidades que compõem interrelações e interconexões entre empresas, sociedade e governos. Ainda que esses atributos sejam dificilmente mensurados, é preciso imaginar, debater e investigar caminhos e efeitos em cadeia que podem ocorrer em curto e longo prazo. A ideia de resiliência se propõe a compreender o potencial impacto dessas falhas ou mudanças para controlá-las por meio de parâmetros pré-estabelecidos, de acordo com o nível de apetite e tolerância aos riscos que as organizações estão dispostas a aceitar.

RESILIÊNCIA ORGANIZACIONAL

As pessoas comumente relacionam resiliência à sua definição na psicologia, referente aos mecanismos e às estratégias de enfrentamento que os indivíduos utilizam para lidar com traumas e adversidades. No entanto, a resiliência é um conceito interdisciplinar. Por exemplo, na física, refere-se à propriedade de um material de absorver energia quando deformado e não fraturar nem quebrar; a elasticidade. Em ecologia, a resiliência é a capacidade de um ecossistema de absorver e responder a distúrbios sem danos permanentes às relações entre as espécies. Nos estudos organizacionais e de gestão, a resiliência representa a capacidade de manter um nível aceitável de serviço em face de falhas e interrupções sistêmicas e/ou singulares, periódicas e/ou catastróficas (por exemplo, desastres naturais, ataques terroristas e/ou cibernéticos ou distúrbios da cadeia de abastecimento).

Várias diretrizes cobrem a gestão, aprimoramento e criação da resiliência organizacional. Um exemplo disso é a ISO 22316: 2017, que define a resiliência como a “capacidade de absorver e se adaptar em um ambiente em mudança”. Em uma perspectiva mais proativa, Bell (2020) aponta que a resiliência visa aumentar a competitividade, remodelagem, crescimento e força das práticas empresariais. Além disso, em 2018,

o Banco da Inglaterra publicou o documento de discussão com mais downloads na história, o qual apresenta a criação de resiliência operacional como recurso-chave para a saúde das instituições financeiras no Reino Unido e desse sistema como um todo. Esse movimento foi acompanhado por uma explosão de análises criadas por consultorias e órgãos profissionais, que se valeram do conceito para desenvolver uma nova linguagem sobre como fazer negócios e tomar decisões estratégicas.

Em 2019, o Grupo de Interesses Especial em Inovação do Instituto de Gestão de Riscos em Londres analisou as práticas de gestores, consultores e membros da alta administração de empresas no Reino Unido e indicou que deveriam incentivar a cooperação e desfazer mentalidades compartimentalizadas que prejudicavam as empresas. Isso os ajudariam a compreender vulnerabilidades emergentes e a criar estruturas e operações corporativas ágeis e flexíveis inseridas em uma cultura de risco coerente, consistente e, por fim, resiliente. Para isso, em muitos casos, estruturas corporativas hierárquicas complexas precisariam ser simplificadas para permitir uma resposta ágil frente a riscos emergentes.

Observou-se que organizações resilientes geralmente demonstram elementos que melhoraram ao longo do tempo. Por exemplo, práticas de resiliência organizacional mais maduras estão relacionadas às práticas de gestão de riscos integrada mais maduras que recebem apoio da alta administração e são coordenadas por gestores de riscos de forma proativa. Essas práticas são construídas por canais de comunicação claros e colaboração entre departamentos e hierarquias, que rompem com as mentalidades compartimentalizadas.

Esses profissionais olham além das suas atividades cotidianas e requerimentos regulatórios, refletindo sobre desafios e oportunidades de forma mais ampla, a fim de avaliar como poderiam afetar o futuro das organizações em que atuam e a sua vantagem competitiva. Adicionalmente, essas empresas avaliam e testam continuamente seus níveis de resiliência conforme parâmetros pré-estabelecidos, a fim de garantir que os resultados reais estarão re-

almente dentro dos apetites e tolerâncias ao risco aceitos. Isso ajuda a evitar surpresas desagradáveis durante períodos turbulentos.

Novas tecnologias e aplicativos também são utilizados para obter medições de desempenho local e globalmente de forma escalável, integrada e acessível a diversos níveis hierárquicos. Assim, essas ferramentas rastreiam, de forma precisa e criteriosa, riscos emergentes, com a finalidade de manter os níveis de resiliência organizacional de acordo com o desejado.

O PAPEL DO CONTADOR

À medida que o mundo se torna mais complexo, a ameaça de disrupções mais intensas aumenta. Portanto, o COVID-19 não é o único choque possível; interrupções inesperadas podem ocorrer em qualquer lugar, a qualquer momento, de qualquer forma. Sendo assim, qual é o tipo de suporte que os contadores precisam oferecer às empresas nesses momentos de crise, de pandemia, de turbulência, de mudança de cenário econômico nas organizações? Como preparar esses pequenos, médios e grandes empresários? Como esse trabalho deve ser realizado? Serão priorizados elementos fiscais, financeiros e gerenciais? Que ferramentas contábeis poderiam atender às necessidades específicas dos clientes em tempos de turbulência?

Essas reflexões podem ajudar muito os contadores a se posicionarem sobre a questão da resiliência nas organizações. Por exemplo, durante a pandemia, algumas empresas relataram queda de até de 50% do faturamento. Como isso afetou o fluxo de caixa? Havia reservas de contingência? Essas foram suficientes? Houve também a falta de insumo para produção e/ou perda de estoque em algumas empresas. Porém, como esses riscos poderiam ser minimizados? Finalmente, com o aporte do governo às famílias, as empresas observaram um crescimento abrupto do faturamento. Portanto, como esses recursos foram empregados?

Percebe-se, então, que é preciso entender a realidade específica de cada cliente. A compreensão do papel do contador com base na resiliência organizacional apresenta uma visão mais abrangente do impacto, habilidades

e conhecimentos que este profissional exerce na nova era digital e de turbulências. Hoje é o COVID-19, mas amanhã podem ser as mudanças climáticas. Será que os contadores estarão preparados para acompanhar, orientar e dar suporte às empresas nessas fases de transição e crise? Com certeza, as respostas a essas perguntas representam um campo frutífero, que podem criar diversas oportunidades de novos negócios e serviços para os profissionais de contabilidade.

REFERÊNCIAS

BANK OF ENGLAND; PRA; FCA. **Building the UK financial sector's operational resilience**. Discussion Paper, London, abr. 2018.

BELL, G. **The Organizational Resilience Handbook: A Practical Guide to Achieving Greater Resilience**. London: Kogan Page, 2020.

ISO 22316: 2017. **Security and resilience – Organizational resilience – Principles and attributes**. Geneva: ISO, 2017.

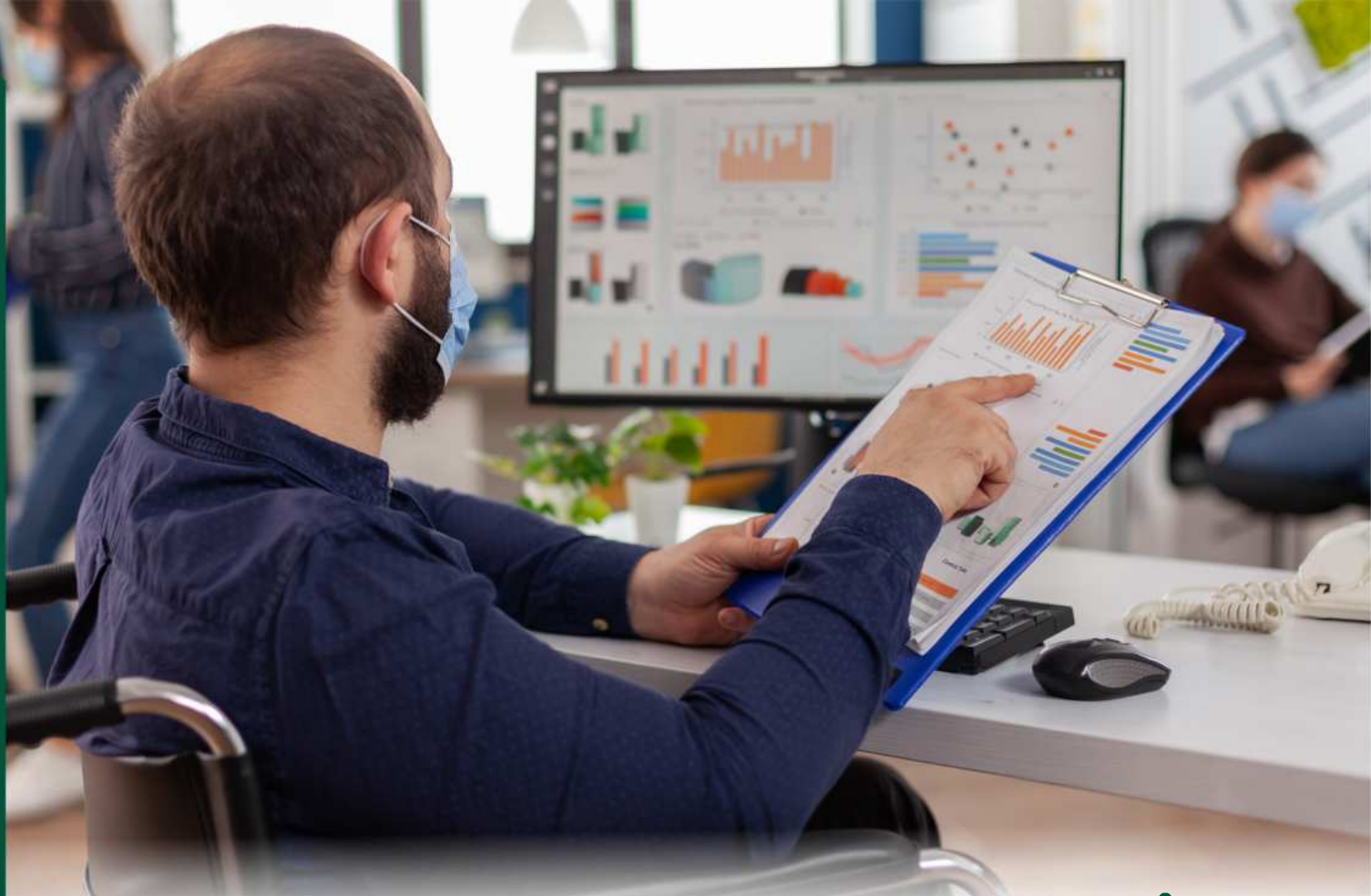
SOUZA, R. S. de et al. **Organizational Resilience: the Risk Manager's Guide**. London: Institute of Risk Management, 2021.



AUTOR

RODRIGO SILVA DE SOUZA

Atua como Senior Lecturer da Universidade de Roehampton em Londres. Ele também atua como professor visitante da London School of Economics e líder do Grupo de Interesse Especial em Inovação do Instituto de Gestão de Riscos no Reino Unido. Sua pesquisa versa sobre a implementação de ferramentas contábeis em ambientes empresariais, com foco principalmente na gestão de riscos integrada e melhoria do desempenho organizacional.



O IMPACTO DA COVID-19 MEDIADO PELA RESILIÊNCIA NAS EMPRESAS DO RAMO DE CONTABILIDADE

A crise deflagrada pela pandemia da COVID-19 coloca à prova a resiliência de grande parte das empresas em todos os setores econômicos. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), no Boletim de Impactos e Tendências da COVID-19 nos pequenos negócios, mostrou consideráveis perdas em pelo menos 14 segmentos, incluindo turismo, eventos, moda, artesanato e beleza, com queda no faturamento de 88%, 86%, 80%, 70% e 69%, respectivamente (SEBRAE, 2020). Não há dúvidas de que a pandemia da COVID-19 é uma situação crítica para grande parte das empresas. A depender do setor econômico, ela pode se materializar na falência da empresa ou na oportunidade de ser resiliente, buscando reestruturar o modelo de negócio, em razão da disrupção.

Nesse sentido, a resiliência organizacional sugere não apenas ter a habilidade de resistir às crises (qualquer que seja ela), de modo a garantir a efetividade dos negócios, mas igualmente, aproveitar esse momento para valer-se das oportunidades, preparar-se para o

novo período de crescimento e desenvolvimento, bem como alcançar possíveis vantagens competitivas. Portanto, enfrentar a crise é basilar para mitigar os seus impactos, ao avaliar a situação presente e projetando cenários futuros, de modo a manter uma gestão de qualidade com criação de valor para as partes interessadas.

Com o propósito de buscar responder às perguntas apresentadas no paper do Prof. Dr. Rodrigo Souza, desta edição, quais foram: a) Qual é o tipo de suporte que os contadores precisam oferecer para as empresas nesses momentos de crise, de pandemia, de turbulência, de mudança de cenário econômico nas organizações? b) Como preparar esses pequenos, médios e grandes empresários? Como esse trabalho deve ser realizado? c) Serão priorizados elementos fiscais, financeiros e gerenciais? d) Que ferramentas contábeis poderiam atender as necessidades específicas dos clientes em tempos de turbulência? foi enviado por e-mail um questionário estruturado em 11 questões, para 5 empresários de

contabilidade baianos, a fim de compreender ações realizadas para fazer frente à crise econômica e social decorrente do contexto pandêmico. Ressalta-se que a amostra foi intencional, pois a escolha desses empresários ocorreu por acessibilidade.

Nesse sentido, as seis primeiras perguntas do questionário buscaram entender as ações resilientes, ou não, dos gestores que atuam no ramo de prestação de serviços contábeis, durante a pandemia da COVID-19, na busca de mitigar os impactos da crise na sua própria empresa. As outras cinco perguntas foram estruturadas para conhecer as ações que os empresários contábeis ofereceram aos seus clientes, durante a pandemia da COVID-19, a fim deles mitigarem os impactos da crise. Os Quadros de 1 a 11 apresentam as respostas dos empresários, bem como uma análise das suas respostas.

Pode-se observar no Quadro 1 que quase todos os empresários analisaram o ambiente econômico

para manterem as suas empresas saudáveis financeiramente. Destaca-se, também, a análise e o controle das despesas e dos custos, especificamente com a adaptação dos colaboradores com o trabalho em *home office* e o aluguel de imóveis. Ações como a rescisão contratual de funcionários, mostrou-se muito desafiadora para o empresário A. Ele salientou que já existia a previsão destas rescisões contratuais, sendo antecipadas com a pandemia. Entretanto, antes das rescisões, foram feitas todas as tentativas possíveis e dentro da realidade da empresa de relocar os funcionários nos setores, conforme a demanda de serviços e qualificação do profissional para o desenvolvimento de novas funções. Vale salientar que as receitas foram citadas nas entrevistas como foco nas estratégias para manter a saúde financeira das empresas, desde o parcelamento de honorários a receber, até o uso de recursos pelos programas do Estado. Por fim, a carteira de clientes foi analisada e os clientes foram considerados parceiros fundamentais para o sucesso organizacional.

Quadro 1: Medidas tomadas para manter a empresa saudável financeiramente

<p>EMPRESÁRIO</p> <p>(A)</p>	<p>Análise do Ambiente Econômico: A primeira e a mais importante atitude é analisar o que estava acontecendo com o país, com a sociedade, com as empresas, com a minha empresa, com os funcionários e quais as ações que deveríamos tomar naquele momento.</p> <p>Revisão do Fluxo de Caixa Mensal: Analisamos todas as previsões de receitas e despesas, adequando a realidade de cada momento e tomando providências que permitiam manter a estabilidade financeira. Foi dada atenção especial a todas as despesas que podiam ser canceladas naquele momento, bem como as novas despesas que surgiriam com o trabalho em <i>home office</i>.</p> <p>Foco na Carteira de Clientes: Acompanhamento de cada cliente de forma mais próxima, divididos por grupos de empresas fechadas, funcionando parcialmente e sem alteração no funcionamento.</p> <p>Rescisão Contratual de Funcionários: Os contratos rescindidos foram essencialmente dos colaboradores que desenvolviam atividades presenciais em órgãos públicos e em clientes e desenvolviam serviços que foram paralisados com a pandemia.</p>
<p>EMPRESÁRIO</p> <p>(B)</p>	<p>Análise do Ambiente Econômico e Revisão das Despesas: Em momentos incertos e ameaçadores como o cenário da pandemia de COVID-19, buscamos medidas cautelares no sentido de reduzir as despesas.</p> <p>Programa Emergencial de Suporte a Empregos do Governo Federal: Utilizamos dos benefícios das medidas provisórias que permitiram manter a equipe e a contratação de mais profissionais para equilibrar financeiramente e não prejudicar os serviços prestados aos clientes.</p>
<p>EMPRESÁRIO</p> <p>(C)</p>	<p>Análise do Ambiente Econômico e Análise das Reservas Financeiras: Inicialmente, tinha planos de construir a sede do escritório, então já existia uma programação financeira de reserva de caixa, com o surgimento da pandemia do Coronavírus, segurei o início da construção.</p> <p>Revisão dos Custos e Despesas: Revisei os custos e as despesas, reduzimos o aluguel onde tínhamos 02 pontos alugados e passamos para 01, dialogamos com os proprietários dos imóveis e baixamos o valor do aluguel, reduzimos despesas com viagens para visitar clientes, revisei todos os valores de sistemas e propus acordos com novos valores.</p>

EMPRESÁRIO (D)	<p>Análise do Ambiente Econômico e Foco na Carteira de Clientes: Após a análise do cenário econômico, focamos na carteira dos nossos clientes. Nesse contexto, foi possível constatar que mais de 80% dos nossos clientes eram empresas prestadoras de serviços que conseguiram reestruturar a sua operação e manter as suas atividades durante a pandemia, dessa forma, seus caixas não foram significativamente afetados, ao ponto de não honrar seus compromissos com a Contabilidade.</p> <p>Parcelamento de Honorários a Receber: Logo de início apresentamos a possibilidade de parcelar os honorários, alguns se utilizaram dessa medida e assim conseguimos manter nosso faturamento em meio à crise.</p>
EMPRESÁRIO (E)	<p>Programa Emergencial para a Preservação de Empresas do Governo: Para manter a nossa empresa saudável, aproveitamos alguns benefícios do governo, como, por exemplo, a postergação de impostos.</p> <p>Negociação de Prazos com Fornecedores: Negociamos prazos junto com alguns fornecedores parceiros.</p>

É possível observar, no Quadro 2, que as principais ações dos empresários foram as orientações sobre os cuidados com a pandemia, suporte físico para o trabalho em home office e o monitoramento. Ademais, destaca-se a preocupação dos empresários em contratar serviços psicológicos, médicos e terapêuticos para apoiar os colaboradores no enfrentamento da pandemia, assim como, a estratégia de não demitir os colaboradores, com exceção do Empresário D que não relatou nenhuma ação nesse sentido.

Quadro 2: Ações das empresas desenvolvidas em relação aos colabores e aos seus familiares

EMPRESÁRIO (A)	<p>Aquisição de Ativos Imobilizados para o Trabalho em Home Office: Adquirimos ativos, para o apoio nas estruturas para o trabalho em home office.</p> <p>Orientações sobre os Cuidados com a Pandemia e Monitoramento: Orientamos sobre os cuidados com a pandemia e realizamos o acompanhamento se houve contaminação na família, além de criação de grupos específicos por setores, para tratar de todos os assuntos necessários e possíveis ao bem-estar do funcionário e família.</p> <p>Suporte na Realocação no Mercado dos Funcionários Demitidos: Os que foram demitidos, foram pagos todos os direitos conforme determina a lei, e acompanhamento para tentar recolocá-los no mercado de trabalho, o que foi possível com 04 (quatro) dos 05 (cinco) demitidos.</p>
EMPRESÁRIO (B)	<p>Contratação de Serviços Psicológico, Médico e Terapêuticos: Contratamos serviços psicológicos, médicos e terapêuticos para todos e para os que foram infectados pela COVID-19.</p> <p>Orientações Sobre os Cuidados com a Pandemia e Monitoramento: Ações de distanciamento social e adequação as normas da Organização Mundial de saúde. Trabalho em home office, oferecendo apoio e materiais necessários para o exercício laboral e em alguns casos, perduram até hoje, pois temos três colaboradores que se enquadram na zona de risco e trabalham de casa. Monitoramento pelo acompanhamento médico em domicílio desde o primeiro sintoma, com a assistência necessária para a recuperação do colaborador. Apoio aos colaboradores que precisaram de ajuda e liberação para acompanhamento aos familiares, infectados pela Covid-19.</p>
EMPRESÁRIO (C)	<p>Transferências dos Ativos Imobilizados para o Trabalho em Home Office: Os colaboradores foram trabalhar em home office e levaram todas as ferramentas de trabalho que já eram utilizadas no escritório.</p> <p>Auxílio na Instalação da Internet para o Trabalho em Home Office: Alguns dos colaboradores que não tinham internet em sua residência, ajudamos a instalar.</p>
EMPRESÁRIO (D)	<p>Não Houve: No ano de 2020 eu trabalhava sozinha em modalidade de home office, sendo assim, não tive que enfrentar o desafio de lidar com equipes remotas.</p>

Orientações sobre os Cuidados com a Pandemia, Suporte Físico para o Trabalho em Home Office e Monitoramento pelas Tecnologias:

Hoje, o nosso time é composto por 140 pessoas, cada uma delas é de extrema importância para nós e manter todos bem é a nossa prioridade. Em março de 2020, quando colocamos todos os nossos colaboradores em formato de teletrabalho, o medo, a incerteza e a insegurança tomaram conta de muitos. Apesar de todo suporte físico que enviamos para as casas deles, sabíamos que o vírus e a situação do momento deixavam os ânimos mais tensos, assim, percebemos que a comunicação seria o ponto chave para manter o nosso time bem e com o melhor resultado, então, buscamos ao máximo passar com maior clareza tudo o que estava acontecendo, trazendo proximidade e, para isso, fizemos uso das tecnologias. O nosso objetivo sempre foi fazer com que eles vissem e sentissem que estávamos todos juntos.

Estratégia para não Demitirem os Colaboradores:

Outro fator muito importante foi a aproximação com a diretoria, quando deixamos claro que ninguém teria o seu emprego afetado, pois somos um time e estávamos mais unidos do que nunca.

Observa-se, no Quadro 3, que houve um impacto da pandemia no faturamento de todas as empresas, que participaram da pesquisa. A redução no faturamento variou entre 3% a 42%. Vale destacar a ação do Empresário B que aderiu ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda do Governo Federal e incentivou os seus clientes a fazerem o mesmo.

Quadro 3: Impacto da pandemia na redução do faturamento

EMPRESÁRIO (A)	Sim, chegamos a 42% no início da pandemia, mas a média de março a dezembro 2020 foi de 31%.
EMPRESÁRIO (B)	Sim, nos dois primeiros meses, o desespero tomou conta dos clientes, que solicitaram redução de honorários, demonstrando a considerável queda nas vendas e negociamos de acordo as condições individuais reduzindo em média 20 % dos honorários. Consequentemente, houve redução no faturamento da nossa empresa. Para equilibrar aderimos a Medida Provisória - MP 936/2020: Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda e incentivamos os nossos clientes a aderir a esse incentivo do governo.
EMPRESÁRIO (C)	Sim, alguns clientes ligaram pedindo desconto, principalmente os clientes que foram mais prejudicados, a redução girou em torno de 15%
EMPRESÁRIO (D)	Sim, apenas um cliente solicitou uma redução, e ela foi temporária. Reduzimos o honorário de forma proporcional a sua redução de receitas (35%), mas assim que houve a retomada da economia, em meados de agosto, os honorários voltaram a ser cobrados na sua totalidade
EMPRESÁRIO (E)	Sim, houve. Representou 3%.

Pelas respostas dos empresários, apresentadas no Quadro 4, é possível afirmar que apenas uma empresa não disponha de uma reserva financeira, assim, precisou aderir ao Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas do Governo Federal. Um dos empresários afirmou que além de usar a reserva financeira, foi necessário fazer contratações. Entretanto, é possível depreender que alguns têm o desafio de refazer a reserva financeira, em contexto de crescimento da inadimplência dos clientes em decorrência de baixo volume de negócios para a maioria dos setores econômicos.

Quadro 4: Existência de reserva financeira para fazer frente a esse período de pandemia

EMPRESÁRIO (A)	Sim, tinha uma reserva financeira que se tornou suficiente, porque as medidas tomadas no início da pandemia permitiram um ajuste no fluxo de caixa a realidade do período. Hoje nos mantemos organizados financeiramente, mas não conseguimos ainda refazer a reserva financeira, o que entendemos ser normal, pois estamos recuperando a atividade econômica e financeira gradativamente, inclusive, conseguimos contratar 01 (um) funcionário e 02 (dois) estagiários de contabilidade
EMPRESÁRIO (B)	Não, em dezembro de 2020, houve a necessidade de aderir a Medida Provisória nº 992 que regulamenta o Programa de Capital de Giro para Preservação de Empresas. No terceiro mês tivemos várias admissões de novos clientes, o que permitiu um equilíbrio na receita dos nossos honorários, entretanto nessa segunda onda está complicado pois já percebemos uma inadimplência em média de 25%, e nenhuma ação governamental de incentivo para apoio às empresas.
EMPRESÁRIO (C)	Sim, existia uma reserva que deu para manter toda a estrutura organizacional da empresa durante um bom período da pandemia.
EMPRESÁRIO (D)	Sim, já tínhamos um caixa que sustentaria nossos custos fixos por 6 meses, e durante todo o ano de 2020 reinvestimos em uma reserva para nos assegurar para uma possível crise neste ano.
EMPRESÁRIO (E)	Sim, sempre buscamos trabalhar dentro de um cenário conservador no que tange a gestão financeira, ou seja, o nosso planejamento é feito visando a maioria dos possíveis cenários. Desde que surgiu a epidemia na China, ficamos acompanhando o mercado e nos preparando para uma possível pandemia que poderia nos atingir. Assim, continuamos nos aprimorando em nossas estratégias financeiras.

A maioria dos empresários afirmou que a empresa estava preparada para a transição do modelo de negócio virtual, conforme demonstra o Quadro 5. O Empresário A, no entanto, evidenciou a necessidade de adaptação dos funcionários e administração para um negócio totalmente virtual. Por outro, dois empresários afirmaram que não havia experimentado realizar transações virtual, portanto, não possuíam o *know how* para um modelo de negócio virtual. Nesse sentido, apontaram como desafios a resistência do cliente à mudança, cultura organizacional e a falta de infraestrutura física e tecnológica.

Quadro 5: Existência do *know how* para fazer a transição do modelo de negócio presencial para o negócio virtual

EMPRESÁRIO (A)	Sim, porque tínhamos feito uma programação nos anos anteriores, baseado na realidade financeira da empresa, no perfil dos clientes e no que o mercado nos disponibilizava e vínhamos implantamos gradativamente o negócio virtual, sendo que no momento da pandemia já estávamos 95% prontos, só sendo necessária a adaptação dos funcionários e administração em um negócio totalmente virtual.
EMPRESÁRIO (B)	Sim, já adotávamos os recursos da tecnologia para a comunicação com os clientes e sua equipe, bem como a recepção dos documentos do cliente e o envio de folhas de pagamento, impostos e todas as documentações. Aderimos a robôs com tecnologias artificiais para dinamizar o processo entre cliente e contabilidade.
EMPRESÁRIO (C)	Não, inicialmente houve uma dificuldade em mudar para o negócio virtual, primeiro por conta que alguns clientes preferem o atendimento presencial e houve uma resistência, depois porque nem todos os colaboradores tinham acesso à internet fixa em sua residência, tinha apenas acesso à internet do seu celular e o nosso sistema contábil, todas as informações eram em um servidor local, logo, tivemos que contactar o sistema para colocar via web, isso demandou algum tempo.

EMPRESÁRIO (D)	Sim, mesmo antes da pandemia, todas as operações da nossa empresa ocorriam de forma digital, ela já nasceu na Contabilidade Digital. Somos uma empresa recente, com apenas 18 meses de operação.
EMPRESÁRIO (E)	Não, não tínhamos. Nossos líderes sempre puderam realizar os trabalhos em qualquer lugar, porém, a nossa cultura organizacional e o nosso time nunca haviam experimentado tal modelo.

É possível afirmar que dois empresários afirmaram que suas empresas e seus colaboradores estão preparados para atender as necessidades de seus clientes, conforme Quadro 6. Todavia, os outros três disseram que a maioria dos contadores não está preparado para acompanhar, orientar e dar suporte às empresas conforme às demandas do mercado econômico de novas habilidades, conhecimentos e inserção no mundo digital e de turbulência.

Quadro 6: Existência de preparação dos contadores para acompanhar, orientar e dar suporte às empresas conforme às demandas do mercado econômico de novas habilidades, conhecimentos e inserção no mundo digital e de turbulência

EMPRESÁRIO (A)	Não. O negócio se tornou muito mais dinâmico do que muitos especialistas previam e, apesar dos ensinamentos e experiências absorvidos com esta crise, infelizmente a maioria dos profissionais contábeis não estavam e não estão preparados para enfrentarem uma nova crise.
EMPRESÁRIO (B)	Sim. Ao longo da minha vida profissional, a capacitação é prioridade e ainda, para a minha equipe, são disponibilizados cursos e plataformas para a atualização, conhecimento e suporte, que facilita o cumprimento das mudanças proporcionadas por leis, medidas provisórias e fatores externos que arremete a uma crise. Nessa pandemia houve um despertar da classe contábil da necessidade de buscar conhecimento, atualização e união em grupo de redes sociais para ajuda mútua na busca de soluções para as empresas. Vejo na classe contábil em Vitória da Conquista e a nível de Brasil uma unidade fundamental de especialistas de áreas diferentes que compartilham conhecimento técnico e científico com soluções para colegas que descrevem situações de clientes que demandam sugestões de soluções importantes que acabam capacitando com experiências de fatos reais. O Ministro da economia Paulo Guedes reconheceu a importância da nossa classe contábil, como fundamental nos aspectos tributários, previdenciários, trabalhistas e societários, oferecendo a contabilidade consultiva com informações fundamentais para a tomada de decisões da saúde financeira das empresas brasileiras.
EMPRESÁRIO (C)	Parcialmente não, pois acredito que nem todos os contadores estavam e alguns ainda não estão preparados para acompanhar, orientar e dar suporte às empresas e isso foi claramente visível e exigido nessa pandemia, pois quase todos os dias era editada uma nova Medida Provisória, da qual se exigia do contador uma boa leitura, compreensão e interpretação dos textos. Infelizmente cheguei a ver alguns colegas de profissão altamente perdidos, deixando a empresa que era responsável técnico sem qualquer informação sobre o que de fato a empresa poderia fazer para minimizar os impactos da pandemia, principalmente quanto à questão com os colaboradores e a parte financeira da empresa. Sem contar que alguns contadores ainda têm a resistência de entrar no mundo digital, porque acha complicado, acha que o cliente não vai entender e prefere o modelo tradicional, focado apenas no atendimento presencial.
EMPRESÁRIO (D)	Infelizmente, não. A pandemia mostrou o quanto o mercado contábil resiste a mudanças, principalmente, no que se refere a tecnologia. Uma parcela do mercado assimilou muito bem estas mudanças, o trabalho remoto e suas flexibilidades, contudo eu não acredito que isso represente uma grande parcela do mercado. Ainda existe a crença de que tecnologias são complexas, dispendiosas, que ensejam em substituição.
EMPRESÁRIO (E)	Sim, O irlandês cofundador da London School of Economics, George Bernard Shaw, disse: “O progresso é impossível sem mudança; e aqueles que não conseguem mudar as suas mentes não conseguem mudar nada.”. Compartilhando do mesmo pensamento que ele, acredito que os contadores que estiverem dispostos a saírem da zona de conforto, estarão, sim, preparados para acompanhar, orientar e dar suporte às empresas. A pandemia veio para nos lembrar que as mudanças estão aí, sempre estiveram, a cada dia que passa a nossa sociedade, os nossos meios de comunicação, de interação, nosso modo de agir mudam, muitas vezes apenas não percebemos.

Observa-se, no Quadro 7, que todos os empresários ofereceram suportes informacionais ou orientações aos clientes com fundamentados na Contabilidade Financeira e Gerencial e, em alguns casos, por elementos fiscais. De forma específica, eles apontaram que acompanharam, em tempo real, todas as Medidas Provisórias editadas, criação de vídeos orientativos e diversas lives realizadas sobre empreendedorismo. Além disso, realizaram a gestão financeira, fluxo de caixa, gestão de estoque, contas a pagar, contas a receber, modelo de negócio estratégico, análise financeira e oportunidades tributárias e trabalhistas. Para tanto, destaca-se que os empresários realizaram estratégias e investimentos na comunicação com os clientes por marketing digital, designer gráfico e mídia social.

Quadro 7: Existência dos suportes informacionais ou orientações aos clientes fundamentadas na contabilidade financeira e gerencial, por elementos fiscais e demandas específicas dos clientes

EMPRESÁRIO (A)	Sim. Suporte em gestão e financeiro. A orientação se baseou em proposta de gestão, porque utilizamos os conhecimentos contábeis e financeiros que tínhamos dos clientes, adicionando as novas informações e problemas que nos foi apresentado naquele momento.
EMPRESÁRIO (B)	Sim. Nesse período de pandemia, as orientações dadas aos clientes foram baseadas principalmente em aspectos gerenciais, fizemos investimento em capacitações do marketing digital para orientações a clientes incentivando o reinventar nesses momentos tão difíceis e contratamos para apoiar e orientar os nossos clientes designer gráfico e social mídia.
EMPRESÁRIO (C)	Sim. A nossa orientação ao cliente se deu de forma mais abrangente e acompanhamos em tempo real todas as Medidas Provisórias editadas, logo em seguida verificamos se tal MP se aplicaria a empresa e assim fazíamos o contato passando toda a orientação necessária, foram realizados também diversos vídeos orientativos e diversas lives sobre empreendedorismo, sobre a gestão financeira, fluxo de caixa, gestão de estoque, contas a pagar, contas a receber, dentre outras.
EMPRESÁRIO (D)	Sim. Trabalhamos três pilares no processo de suporte dos nossos clientes em meio à crise, resalto que por possuir uma carteira enxuta isso foi facilitado, (trabalhamos com um modelo de negócio estratégico, ou seja, focamos em menos clientes, mas pelo serviço diferenciado oferecido o honorário é maior que o comumente praticado no mercado), sendo eles: comunicação, análise financeira e oportunidades tributárias e trabalhistas. Efetuamos reuniões com os nossos clientes, apresentando as postergações de tributos, entre outras medidas de enfrentamento. Elaboramos um fluxo de caixa projetado com base em três perspectivas de faturamento (redução de 25%, redução de 50% e redução de 75% do faturamento). Como trabalhamos com um público segmentado, criamos a rotina de liberar notícias dos segmentos dos nossos clientes, a fim de mantê-los informados sobre as possibilidades de reestruturação de estratégias.
EMPRESÁRIO (E)	Sim. Nossos líderes ficaram atentos a todas as medidas e orientações passadas pelo governo, além de estudarem caso a caso a realidade de cada cliente. Com isso, posso afirmar que nossas orientações foram mais voltadas para a área de gestão.

Pode-se observar, no Quadro 8, que não houve a falta dos insumos nas empresas, exceto o Empresário C, que relatou a incidência de falta de insumos para alguns clientes. Eles destacaram que existiram reclamações sobre o aumento dos preços dos insumos, que foi corroborado pelo Empresário A.

Quadro 8: Seus clientes tiveram problemas com falta de insumos

EMPRESÁRIO (A)	Dentre os nossos clientes não houve falta de insumos, houve muita reclamação da alta dos preços dos produtos, principalmente os da área de material de construção.
EMPRESÁRIO (B)	Não houve relato dos clientes sobre essas questões
EMPRESÁRIO (C)	Sim, alguns clientes tiveram falta de insumos e outros o valor subiu absurdamente, a exemplo de lojas de material de construção.
EMPRESÁRIO (D)	Não. O nosso quadro de clientes é predominantemente da área de serviço, por isso não existiram agravantes com insumos. Possuímos apenas 2% da carteira de clientes para a área do comércio e esses não apresentaram dificuldades com insumos.
EMPRESÁRIO (E)	Não tivemos conhecimento sobre esse assunto.

Os respondentes afirmaram que a grande maioria de seus clientes não possui um plano de contingência, conforme Quadro 9. Acreditam que a inexistência desse plano é em razão da não obrigatoriedade, por causa do porte desses clientes. Todavia, alguns fazem reservas financeiras, porém sem a denominação de reserva para contingências. Nesse contexto, todas as empresas relataram que acompanharam cada cliente e atenderam de maneira personalizada as suas demandas. Especificamente os empresários destacaram a orientação e apoio na busca de créditos bancários e a utilização dos benefícios emergenciais disponibilizados pelo Governo Federal. Ressalta-se que apenas o Empresário B destacou a análise dos riscos dos possíveis impactos sociais.

Quadro 9: Existência do plano de contingência dos clientes e ações em prol dos que não possuem e possíveis impactos sociais

EMPRESÁRIO (A)	<p>Como a maioria dos nossos clientes são ME ou EPP, não é prática desses empresários agirem com planejamento e muito menos se preparem para contingências, apesar de sempre orientarmos da necessidade de estarem preparados para surpresas que o mercado possa apresentar.</p> <p>Mas é importante destacar que uma parcela razoável tinha reservas financeiras no seu nome ou da empresa e utilizaram para manter as contas em dia conforme cada realidade. Para os que não tinham reservas financeiras, orientamos e apoiamos na busca de créditos bancários e de utilização dos benefícios emergenciais disponibilizados pelo governo Federal, tanto na gestão dos funcionários, como na forma de aplicar os empréstimos contraídos.</p>
EMPRESÁRIO (B)	A maioria não possuía reserva de contingência. Analisamos individualmente a situação de cada cliente, e gerenciamos juntos cada situação específica. Analisamos também as particularidades no controle bem como os riscos dos possíveis impactos sociais debatendo, estudando e criando Planejamento estratégico.
EMPRESÁRIO (C)	80% dos clientes não tinham plano de contingência, aliás a maioria das Micro e pequena empresa não trabalham com contingência, logo a sua maioria não tinha uma reserva financeira. Fizemos um trabalho através de vídeos, live e algumas reuniões em que focamos basicamente em orientar sobre técnicas de vendas principalmente virtuais, técnicas de como manter ou melhorar o fluxo de caixa da empresa, orientamos também sobre o que a empresa poderia fazer com seus colaboradores baseado nas Medidas Provisórias disponibilizadas pelo Governo Federal e das prorrogações de Impostos que foram permitidas pelo Governo.
EMPRESÁRIO (D)	Poucos clientes possuíam um plano de contingências, sendo que os que o tinham, basicamente, supririam a demanda financeira por 3 meses, no máximo. Fizemos uma reunião geral para os nossos clientes apresentando as diretrizes básicas do plano de contingência e fizemos o acompanhamento mensal para os que aplicaram o que foi orientado, entretanto esse foi um número pouco expressivo. A maioria não vem reinvestindo uma parte dos seus resultados na constituição de reservas de contingências.
EMPRESÁRIO (E)	Tivemos todo o cuidado com cada situação e, reforçando o que foi dito, nossos líderes acompanharam cada cliente e atenderam de maneira personalizada as suas demandas.

Pode-se observar, no Quadro 10, que todos os empresários realizaram orientações aos clientes sobre as alternativas de captação e utilização de recursos em instituições financeiras. Em relação às alternativas de captação e utilização de recursos governamentais apenas o Empresário D não registrou nenhum caso.

Quadro 10: Existência de orientações aos clientes sobre as alternativas de captação e utilização de recursos em instituições financeiras e programas governamentais

EMPRESÁRIO (A)	Sim. Como a pandemia demorou muito mais do que se previa, muitos tiveram a necessidade de créditos, mesmo os que tinham alguma reserva financeira. Um dos pontos que mais chamamos a atenção dos clientes foi em relação a administração deste crédito, porque podia se transformar em um problema se não fosse muito bem administrado.
EMPRESÁRIO (B)	Sim. Existiram situações que não eram viáveis a adoção do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, pelo compromisso de manter o quadro de funcionários, que poderia impactar os resultados financeiros da empresa. Esse momento demonstrou que de fato cada cliente tem a sua particularidade que deve ser pensada, estudada e planejada de acordo com as suas especificidades.
EMPRESÁRIO (C)	Sim. Foi analisado junto a cada empresa as linhas de créditos que eram disponibilizadas tanto pelo Governo quanto pelos Bancos particulares, passamos informações essenciais como: taxa de juros, prazo, carência, bem como orientamos quando e onde deveria ser investido o recurso obtido pela linha de crédito, a fim além de manter a empresa no mercado frente à crise, bem como a empresa poderia utilizar o recurso para fazer novos investimentos e ter retorno em seu faturamento.
EMPRESÁRIO (D)	Parcialmente. Não foi realizada reunião e análise por cada cliente, pois nenhum deles contratou crédito governamental. O que fizemos foram reuniões com todos os clientes de apresentação das linhas de crédito liberadas.
EMPRESÁRIO (E)	Sim, analisamos com muita atenção e tivemos o cuidado de estudar cada situação e as necessidades individuais dos clientes.

Pode-se observar, no Quadro 11, que três Empresários realizaram a análise de clientes que venderam ativos imobilizados ou tiveram que adiar ou desfazer investimentos. O Empresário D não identificou essa situação e o Empresário E foi neutro na sua resposta.

Quadro 11: Existência de análise dos clientes que venderam ativos imobilizados e tiveram que adiar ou desfazer investimentos

EMPRESÁRIO (A)	Sim. Começamos a controlar os problemas dos clientes desde o início da pandemia, porque aumentou muito os contatos com solicitações de orientações de como deviam agir verificamos que nenhum fez venda de ativos. Apesar de alguns terem tentado, mas como o mercado estava e está em crise, os valores eram muito abaixo do mercado e não aceitaram. Em relação a investimentos tivemos três situações: a) As que eram ligadas a tecnologia, além de terem sido implantadas, tiveram outras ações necessárias a complementação, melhora ou expansão; b) Os que não eram da área de tecnologia, suspenderam todos os investimentos previstos e; c) Os que não eram da área de tecnologia, mas precisaram se adaptar para poder manter o negócio, fizeram investimentos necessários a essa transformação.
EMPRESÁRIO (B)	Sim! Acredito que essa foi uma das ações fundamentais na tomada de decisão juntamente com o cliente, que demonstrou a importância da contabilidade consultiva gerencial e financeira. Como guerreiros ainda estamos na linha de frente na COVID -19, cuidando da saúde financeira e patrimonial das empresas e dos profissionais liberais que lutam pela sobrevivência no nosso país.
EMPRESÁRIO (C)	Sim, foi realizada uma análise baseada no fluxo de caixa da empresa, visto que no momento o ponto primordial era deixar a empresa com caixa para manter o seu funcionamento e conseguir honrar seus compromissos.

EMPRESÁRIO (D)	Não tivemos tais situações com nossos clientes.
EMPRESÁRIO (E)	Neutro. Nosso propósito é contribuir para que sonhos se tornem realidade com parceria e comprometimento, assim, prestamos atendimento único e exclusivo para cada cliente, entendendo suas necessidades e buscando permitir que durante todo este momento de crise seja menos danoso.

Com base nas respostas dos gestores das empresas de prestação de serviços contábeis, descritas nos Quadros de 1 a 11, é possível afirmar que eles implementaram ações para mitigar os impactos da crise deflagrada pela pandemia da COVID-19. Assim, demonstraram capacidade de adaptação em contexto de incerteza e imprevisibilidade, portanto, tais empresas apresentam características de resiliência organizacional.

Nesse sentido, perguntou-se aos gestores quais as medidas que foram tomadas para manter a empresa saudável financeiramente e a maioria analisou o ambiente econômico, fez o controle das despesas e dos custos, especificamente, com a adaptação dos colaboradores com o trabalho em *home office* e o aluguel de imóveis. Para manter o capital de giro, algumas empresas fizeram o parcelamento de honorários a receber e o uso de recursos pelos programas do Estado. Por fim, a carteira de clientes foi analisada, pois no período crítico da pandemia os clientes foram considerados parceiros fundamentais para o sucesso organizacional.

Mesmo com as ações emergenciais implementadas houve redução do faturamento de todas as empresas e a variação foi de 3% a 42%. A ação da Empresa B aderiu ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda do Governo Federal e incentivou os seus clientes a fazerem o mesmo.

Ao se questionar a sobre a existência de *know how* para fazer a transição do modelo de negócio presencial para o negócio virtual, alguns gestores afirmaram que suas empresas estavam preparadas para essa transição. No entanto, a empresa A disse que houve necessidade de adaptação dos funcionários e administração para um negócio totalmente virtual. Nas em-

presas em que esse *knowhow* não estava presente, apontaram como desafios a resistência dos clientes à mudança, falta de infraestrutura física e tecnológica e a cultura organizacional.

É interessante notar que os respondentes afirmaram oferecer suporte informacionais ou orientações aos clientes, com fundamentados na Contabilidade Financeira e Gerencial. De forma específica, informaram que acompanharam em tempo real a implantação das Medidas Provisórias editadas pelos clientes, assim como fizeram de vídeos orientativos e diversas *lives* realizadas sobre empreendedorismo. Além disso, realizaram a gestão financeira, fluxo de caixa, gestão de estoque, contas a pagar, contas a receber, modelo de negócio estratégico, análise financeira e oportunidades tributárias e trabalhistas. Para tanto, destaca-se que as empresas realizaram estratégias e investimentos na comunicação com os clientes através de marketing digital, designer gráfico e mídia social.

Com base nos resultados da pesquisa é possível afirmar que as empresas têm traços de resiliência organizacional, visto que conseguiram implementar ações para mitigar os impactos da crise deflagrada pela pandemia da COVID-19. Ademais, os contadores contribuíram de forma efetiva para que os seus clientes fizessem o mesmo, demonstrando alguns traços de resiliência organizacional pelas informações e orientações contábeis prestadas.

REFERÊNCIA

SERVIÇO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Boletim de impactos da Covid-19 nos pequenos negócios**. 2.ed. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/impactos-e-tendencias-da-covid-19-nos-230-p.212-pequenos-negocios,5e-8fbd0c7d711710VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 13 abr. 2020.

EMPRESÁRIOS



EMPRESÁRIA
CATARINA AMARAL



EMPRESÁRIA
**JOSANA MOTA
BISPO AMARAL**



EMPRESÁRIO
REINALDO SILVEIRA



EMPRESÁRIO
REWELTON DE NOVAES



EMPRESÁRIO
**SÉRVIO TÚLIO DOS
SANTOS DE MOURA**

AUTORAS



AUTORA
Dra. SONIA GOMES

Professora da Faculdade de Ciências Contábeis/UFBA, desde 1991, pesquisadora da área de contabilidade para sustentabilidade, com ênfase: em evidencição de mudanças e riscos climáticos e educação contábil para sustentabilidade. Vice-presidente Técnica do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA). Organizadora do livro Controladoria Ambiental publicado pela Atlas/Gen. Autora e co-autora de outros livros e vários artigos científicos.



AUTORA
Ma. ALICE PORTO

Contadora, Economista, Docente, Mestra em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social. Especialista em Contabilidade Gerencial. Especialista em Docência do Ensino Superior. Coordenadora da Comissão da Mulher da Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA). Membro da Comissão técnica do CRC BA. Membro da Comissão de IES do CRCBA. Co-autora capítulos de livros e autora artigos científicos.



AUTORA
Ma. MIRIAN CONCEIÇÃO

Contadora, Mestra em Contabilidade pela UFBA, Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Membro da Comissão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA), Assessora da Presidência do CRCBA, Pesquisadora em temas ligados, principalmente, à Contabilidade social e ambiental, Educação e Pesquisa Contábil e Gestão de Resíduos Sólidos. Co-autora de livro e autora de artigos científicos.



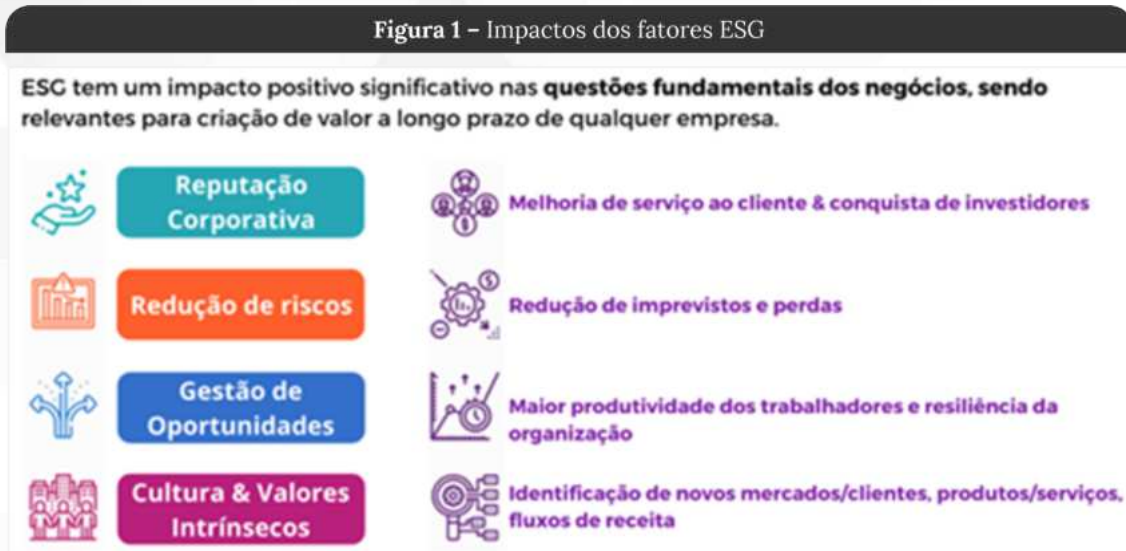
POR QUE O RELATÓRIO PARA ESG É IMPORTANTE?

Frequentemente, a mídia reforça a necessidade do ESG estar presente nos relatórios corporativos, voluntários ou obrigatórios, como forma de difundir as ações ambientais, sociais e de governança das corporações. Contudo, qual é, afinal, o significado dessas três letrinhas?

O ESG é um acrônimo do inglês *Environmental, Social and Governance*. Traduzido para a Língua Portuguesa, significa Ambiental, Social

e Governança (ASG). Esse termo serve para expressar ou medir o impacto ético e sustentável de um investimento. Assim, é um conjunto de padrões das operações de uma empresa que os investidores usam para avaliar os investimentos sustentáveis. A Figura 1 demonstra os quatro impactos positivos que os fatores ESG apresentam para a criação de valor em longo prazo para uma organização, segundo o *Corporate Finance Institute*, (2021).

Figura 1 – Impactos dos fatores ESG



Fonte: Adaptado do Corporate FinanceInstitute (CFI), 2021

Outrora, os investidores tomavam decisões baseadas em informações históricas, considerando os eventos registrados na contabilidade financeira e a relação risco/retorno. Todavia, na atualidade, há uma busca para compreender de que maneira as ações sociais, ambientais e a estrutura de governança contribuem para a criação de valor em longo prazo. Assim, na análise de investimento, acrescentam-se os fatores ESG.

Desse modo, há que se considerar que os investidores estão cada vez mais cientes de que as demonstrações contábeis, por si só, são insuficientes quanto à questão dos fatores ESG. Portanto, o relatório ESG vai além dos relatórios financeiros, pois reflete os objetivos gerais de negócios e se alinha com a visão, missão e valores da organização. Para permitir que os stakeholders compreendam os riscos e oportunidades de longo prazo, para além de estabelecer relação de confiança de que a empresa é resiliente e pode, sempre que possível, explorar as oportunidades de um negócio em mudança (LSEG, 2018).

Afinal, por que é essencial para a organização gerar informações relacionadas aos fatores ESG? Os principais motivos são: a) permite que os stakeholders possam analisar se as informações financeiras e não financeiras estão apresentadas no bojo dos negócios de forma integrada e holística; b) fornece uma visão geral do propósito da

empresa e da criação de valor no longo prazo; c) identifica os potenciais riscos e oportunidades que possam afetar a sociedade, criando impacto no mundo real e d) verifica as inconsistências entre o narrado nas demonstrações financeiras e o exposto nos relatórios de sustentabilidade, principalmente sobre as mudanças climáticas.

Para além disso, as organizações precisam considerar nas suas ações operacionais os riscos financeiros provenientes das mudanças climáticas. A gravidade dos riscos climáticos e a falta de gerenciamento de ESG representam um desafio sem precedentes à governança dos sistemas socioeconômicos globais, o que coloca em xeque os ecossistemas e o desenvolvimento sustentável (BOLTON et al., 2020). Nesse sentido, as Recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD – *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*) são que se crie um sistema capaz de identificar, avaliar e medir os riscos climáticos sobre as operações, integrando-se com o gerenciamento do risco geral da empresa.

Esses riscos são categorizados em físicos e de transição (TCFD, 2017). Os riscos físicos são resultantes de eventos agudos ou crônicos, sintetizados no Quadro 1. Os riscos físicos agudos são decorrentes de mudanças climáticas extremas, como tufões, inundações, oscilações de temperatura, impactando diretamente nos ativos financeiros da empresa. Por outro lado, os riscos físicos crônicos são sentidos em longo prazo em função das mudanças climáticas ou ondas de calor.

Quadro 1 – Riscos Físicos

Riscos Agudos	Riscos Crônicos
Referem-se àqueles que são orientados por eventos, incluindo aumento da gravidade de eventos climáticos extremos, como super tufões, inundações, flutuações extremas de temperatura.	Os riscos físicos crônicos se referem às mudanças em longo prazo nos padrões climáticos (por exemplo, temperaturas mais altas sustentadas) que podem causar aumento do nível do mar ou ondas de calor crônicas.

Fonte: Adaptado do TCFD (2017)

De acordo com as recomendações da TCFD, (2017), os riscos de transição, que estão relacionados à economia de baixo carbono, classificam-se em regulatórios, tecnológicos, mercadológicos e reputacionais, resumidos no Quadro 2. Os riscos regulatórios são aqueles com potenciais chances de provocar mudanças nas normas jurídicas e nas políticas públicas já existentes. Já os riscos tecnológicos são aqueles provenientes da necessidade de inserir mecanismos novos nos seus sistemas produtivos e que, em sequência, exigem de-

sempolso de caixa. Enquanto isso, os riscos de mercado são aqueles decorrentes das alterações climáticas, afetando o ambiente de negócios. Cita-se o caso das commodities, que quando atingidas, não conseguem atender aos seus clientes, o que provoca elevação nos preços dos produtos de toda cadeia produtiva. Por fim, os riscos de reputação são aqueles derivados da má gestão dos fatores ESG e que, portanto, quando percebidos pelos *stakeholders*, impactam negativamente na imagem da empresa.

Quadro 2 – Riscos de Transição

Riscos políticos e legais	Riscos tecnológicos
Potenciais mudanças na regulação e nas políticas relacionadas ao clima, como a adoção de requisitos de eficiência energética, bem como o aumento da exposição a riscos legais podem afetar os custos operacionais e a demanda do produto.	O desenvolvimento e o uso de tecnologias emergentes podem aumentar os custos de produção e distribuição e reduzir a competitividade da empresa.
Riscos de mercado	Riscos de reputação
A oferta e a demanda por certas commodities, produtos e serviços podem mudar à medida que os riscos e oportunidades relacionados ao clima são cada vez mais levados em conta.	A reputação de uma empresa pode ser impactada devido à mudança nas percepções dos clientes ou da comunidade sobre a contribuição ou a detração da transição para uma economia de menor carbono.

Fonte: Adaptado do TCFD (2017)

Nesse contexto, percebe-se que a cada dia cresce o número de investidores interessados em informações financeiras qualificáveis. O CEO da Blackrock, Larry Fink (2019) escreveu na sua carta anual que: “a capacidade de uma empresa de gerenciar questões ambientais, sociais e de governança demonstra a liderança e a boa governança essenciais para o crescimento sustentável, razão pela qual estamos cada vez mais integrando essas questões em nosso processo de investimento”. Logo, as empresas que conseguem medir e divulgar os riscos ESG, também estão propensas a melhor gerenciá-los, agregando maior valor de mercado tanto para ela quanto para os *stakeholders*.

Contudo, a escolha dos fatores e dos padrões ESG é o estágio mais difícil na ocasião da preparação de informações voluntárias, pois deve-

rão ser consistentes, transparentes, confiáveis e verificáveis. Conforme Hendriken e Van Breda (2007), antes da elaboração de *disclosure* é importante argumentar: Para quem é endereçada a informação? Qual é o propósito e o nível de informação desejável? Qual formato terá a divulgação? Vale ainda ressaltar que a falta de padrões universais dificulta a análise comparativa entre as empresas no que se refere ao desempenho financeiro e performance socioambiental. Sabe-se, ainda, que há uma série de padrões de relatórios ESG já em voga, mas que também nenhum ainda consegue atender às demandas dos *stakeholders*, pois são incomparáveis, muitas vezes desprovidas de materialidade e sem fornecer qualquer confiabilidade.

Para minimizar tais episódios, é fundamental que a empresa conte a história que está por trás das

informações financeiras e não financeiras. Logo, se atenderá aos anseios dos *stakeholders* que buscam uma linguagem compreensível e apoiada em dados confiáveis. Além disso, toda comunicação deverá difundir a lógica dos fundos e dos fatores ESG, bem como, a conexão entre retorno financeiro e o impacto positivo e negativo associado aos indicadores de sustentabilidade. Por fim, na elaboração dos *disclosures* é importante o envolvimento de pessoas externas, tais como, consultores independentes, pois além de evitar o *greenwashing* (lavagem verde) dão uma maior credibilidade às informações divulgada.

Em nível internacional, esses pleitos levaram o *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS) a formar um grupo de trabalho que tratasse da criação de padrões globais de relatórios de sustentabilidade. Em 2020 foram realizadas várias consultas públicas à comunidade sobre questões específicas de ESG. Na atualidade, a equipe trabalha nas recomendações técnicas relacionados ao clima, baseadas nas recomendações do TCFD. A meta do IFRS é envolver todos os emissores de padrões ESG para a convergência internacional de normas socioambientais. Na mesma direção, o *International Integrated Reporting Council* (IIRC) convidou os emissores de padrões financeiros e não financeiros para pensarem também em um padrão internacional de fatores ESG. Essa iniciativa busca conduzir um melhor alinhamento da estrutura de relatórios de sustentabilidade no cenário de relatórios corporativos. O intuito do IIRC é facilitar a preparação dos *disclosures*, tornando-os eficazes e coerentes às necessidades de informação dos mercados de capitais e da sociedade.

Na direção desse movimento, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, em novembro de 2020, o Comunicado Técnico Geral (CTG) 09 – Relato Integrado, que objetiva

melhorar a qualidade da informação disponível aos investidores e demais *stakeholders*; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo e, entre outros, o aperfeiçoamento da prestação de contas e da responsabilização pela gestão da base abrangente de capitais – financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, de relacionamento e natural.

Por último, no âmbito do setor público, a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União, TCU n. 178/2019, que regulamenta a apresentação das prestações de contas dos entes federais, passou a orientar o uso do Relatório de Gestão às diretrizes da Estrutura Internacional para Relato Integrado (RI). Para o TCU, o RI demandará da organização um processo integrado dos controles e da gestão (BRASIL, 2020).

Nessa perspectiva, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) colocou em audiência pública a proposta de reforma da Instrução CVM n. 480, tendo como um dos objetivos aprimorar a prestação de informações sobre as questões ambientais, sociais e de governança. O seu intuito é:

- dar destaque à divulgação de fatores de risco sociais, ambientais e climáticos nas empresas;
- exigir um posicionamento dos emissores sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relevantes no contexto dos negócios;
- obrigar que os emissores, que não divulgam relatórios de sustentabilidade ou não adotam indicadores-chave de desempenho para questões ambientais e sociais, expliquem o motivo de não o fazerem (“pratique-ou-explique”);
- cobrar informações sobre diversidade nos cargos de administração e entre os empregados dos emissores.

Embora não se tenha um consenso global sobre padrões de relatório, as estruturas mais amplamente citadas e conhecidas pelos investidores são:

- *Global Reporting Initiative* (GRI);
- *Integrated Report* (*International Integrated Reporting Council* – IIRC);
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB);
- *UN Global Compact*, o CDP (antigo *Carbon Disclosure Project*);
- *Climate Disclosure Standards Board*;
- *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD);
- *Measuring Stakeholder Capitalism* (*World Economic Forum* – WEF).

Na opinião de Cort e Esty (2020), os padrões para relatar ESG ou a responsabilidade social corporativa são configurados com base em duas abordagens: a) *triple bottom line* (ELKINGTON, 1994) e b) materialidade. Para aqueles delineados com base na abordagem *triple bottom line*, a adoção de estratégias e atividades atende às necessidades da organização e suas partes interessadas, ao mesmo tempo em que protege, mantém e aprimora os recursos humanos e naturais que serão necessários ao futuro. Dentro desse grupo, têm-se os padrões do Balanço Social, Institutos Ethos; *Global Reporting Initiative* (GRI); Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e *Measuring Stakeholder Capitalism* (World Economic Forum - WEF).

Os padrões para relatar ESG baseados na materialidade buscam atender a necessidade de comparabilidade entre empresas ou ativos dentro de um setor, com foco em garantir que as comparações abordem as questões críticas dentro de uma indústria - e não sejam limitadas por questões periféricas (Cort e Esty, 2020). Dentro desse grupo, estão os padrões: *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB); *UN Global Compact*, CDP (antigo *Carbon Disclosure Project*); *Climate Disclosure Standards Board* e Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima (TCFD - acrônimo inglês *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*).

O Relato Integrado (*Integrated Report*) é a primeira iniciativa que busca juntar os dois mundos: o mundo das informações financeiras com o mundo das informações não financeiras. Portanto, é um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as expectativas de uma organização, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazo (KASSAI; CARVALHO; KASSAI, 2019).

Enfim, a finalidade de um relatório para ESG deve ser a divulgação do resultado das ações que foram priorizados internamente e que mostram a forma como o conselho de administrações e as lideranças de uma organização definiram as estratégias e alocaram os recursos, bem como promoveram as ações para

mitigarem e ou se adaptarem aos efeitos das mudanças climáticas, a fim de evitar uma crise financeira. Para tanto, sempre deve-se buscar o equilíbrio no fornecimento de informações positivas e negativas relacionadas aos fatores ESG. Embora algumas lideranças acreditem que a divulgação de informações negativas terá uma repercussão sobre a imagem institucional, é bom lembrar que a omissão destas informações provocará uma desconfiança nas partes interessadas, ou seja, o chamado *greewashing*.

Por isso, é importante lembrar que a ética profissional e o compromisso inalienável da contabilidade no que tange à evidenciação de informações justas, completas e neutras, livre de vieses devem sempre permear o processo de elaboração e apresentação dos relatórios de sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BOLTON, P. et al. **The green swan** - Central banking and financial stability in the age of climate change. Paris: Bank for International Settlements - BIS, 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de gestão**: guia para elaboração na forma de relato integrado: evolução da prestação de contas. 3. ed. Brasília: TCU, Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec), 2020.

CDSB - Climate Disclosure Standards Board. Disponível em: <https://www.cdsb.net>. Acesso em: 15 de maio 2021.

CDP - Carbon disclosure Project. Disponível em: <https://www.cdp.net/en>. Acesso em: 15 de maio 2021.

CFI Institute. Disponível em: <https://corporate-financeinstitute.com>. Acesso em: 15 maio 2021.

CORT, T.; ESTY, D. ESG Standards: Looming Challenges and Pathways Forward. *Organization & Environment*, v. 33, n. 4, p. 491 - 510, 2020.

GRI - Global Reporting Initiative. Disponível em: www.globalreporting.org. Acesso em: 15 de maio 2021.

HENDRIKSEN, Eldon S, VAN Breda, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução de

Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IASB - International Accounting Standards Board. Disponível em: www.iasb.org. Acesso em: 15 de maio 2021.

IIRC - International Integrated Reporting Committee. Disponível em: <http://www.theiirc.org/>. Acesso em: 15 de maio 2021.

LSEG - London Stock Exchange Group. **Your Guide to ESG reporting, 2018**. Disponível em: https://www.lseg.com/sites/default/files/content/Green/LSEG_Guide_to_ESG_Reporting_2020.pdf. Acesso: fev. 2021.

SASB - Sustainability Accounting Standards Board. Disponível em: <https://www.sasb.org/>. Acesso em: 15 de maio 2021.

TCFD - TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES. **Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures** Disponível em: <https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062817.pdf>. Acesso em: 15 de maio 2021.

WEF - World Economic Forum- Measuring Stakeholder Capitalism. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/measuring-stakeholder-capitalism-towards-common-metrics-and-consistent-reporting-of-sustainable-value-creation>. Acesso em: 15 de maio 2021.



AUTORA
SONIA GOMES

Professora da Faculdade de Ciências Contábeis/UFBA, desde 1991, pesquisadora da área de contabilidade para sustentabilidade, com ênfase: em evidênciação de mudanças e riscos climáticos e educação contábil para sustentabilidade. Vice-presidente Técnica do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA). Organizadora do livro Controladoria Ambiental publicado pela Atlas/Gen. Autora e co-autora de outros livros e vários artigos científicos.



AUTORA
FÁTIMA DE SOUZA FREIRE

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (1989); Mestre (1993) e Doutora em Economia pela Université de Toulouse I, França (1998). Professora Titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília. Professora da disciplina de Contabilidade aplicada a Pequenas Empresas.



STRANDED ASSETS: PERSPECTIVAS DIANTE DE UM NOVO PARADIGMA ECONÔMICO

A Cúpula do Clima, em abril de 2021, juntou as principais lideranças globais e nos deixou duas grandes sinalizações: a preocupação com os riscos físicos associados às mudanças climáticas, como o aumento da incidência de desastres naturais, e o risco das empresas ficarem com ativos retidos/encalhados, os *stranded assets*, ativos não realizáveis devido à transição para fontes de energia de baixo carbono.

Na cúpula, Biden anunciou que até 2030 as emissões de gases de efeito estufa pelos Estados Unidos seriam reduzidas em 50% a 52% em relação ao nível de 2005. Adicionalmente, Kristalina Georgieva, chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI), em painel com John Kerry, o representante presidencial dos Estados Unidos para cobrir a temática do clima, destacou: “temos que tornar o invisível visível”, referindo-se aos “riscos de transição que os bancos estão carregando, porque estão investindo em atividades de alto teor de carbono que ao longo do tempo serão eliminadas, e o risco físico, de investimentos em áreas costeiras muito vulneráveis ou em agricultura que pode ser afetada por enchentes ou secas”.

Os líderes globais sinalizaram ações com impactos em curto, médio e longo prazo. Como seres dominantes nesse planeta, a tácita relação do homem com a natureza reforça a nossa responsabilidade em promover um ambiente harmônico, de modo a viabilizar a sobrevivência da nossa e de outras espécies. Ao longo da história, essa nossa responsabilidade vem ganhando força, na medida em que fatores como o crescimento populacional, desenvolvimento industrial, modelo econômico baseado no consumo, entre outros fatores, demandam maior volume de recursos naturais.

Na nossa história moderna, é possível perceber alguns marcos aos quais redesenharam a forma de consumir recursos naturais, citados por Perez (1985), a saber: a Revolução Industrial (1771-1829); a era do vapor e das ferrovias (1829-1875); a Idade do Aço, Eletricidade e Engenharia Pesada (1875-1908); a idade de Petróleo, Automóvel e Produção em Massa (1908-1971) e a Era da Informação e Telecomunicações (1971-presente). Perez (1985) apresentou a ideia de “paradigmas tecno-econômicos” (PTEs), que captura a ideia de sobreposição de inovações tecnológicas que são fortemente interrelacionadas e interdependentes, resultando em revoluções tecnológicas e acrescenta que cada PTE foi acompanhado

pelo surgimento de novos setores e ativos perdidos. Dentro de cada PTE, empresas e marcas específicas, infraestrutura física, planta industriais, máquinas e capital humano, entre outras coisas, ficaram retidos. Esses ativos que não puderam ser realizados, que não se converteram receitas, são os *stranded assets* (CALDECOTT, 2017).

Nas últimas décadas, as mudanças climáticas vêm sendo percebidas em função do acelerado uso de recursos naturais. As respostas da sociedade em termos de mecanismos disponíveis para reutilização desses recursos ainda não viabilizam a manutenção de um ambiente harmônico com o planeta. Essa combinação de mudança ambiental física e de respostas da sociedade a essa mudança pode ser qualitativa e quantitativamente diferente do que vimos nos PTEs anteriores (CALDECOTT, 2017).

Essa preocupação vem sendo exposta pelas principais lideranças e organizações mundiais. O relatório *The Global Risk Report 2021*, do Fórum Econômico Mundial, lista as maiores ameaças às economias globais. Segundo esse relatório, as questões socioambientais são causa dos cinco principais riscos em termos de probabilidade e de sete dentre dez riscos em termos de impacto. Elas lideram os riscos relacionados às condições climáticas extremas, às falhas na mitigação e adaptação às mudanças climáticas e às doenças infecciosas (WEF, 2021).

A *Network for Greening the Financial System*, rede mundial de bancos centrais por um sistema financeiro mais verde, fez uma pesquisa com 26 bancos centrais sobre operações de política monetária e mudanças climáticas. Como resultado, a pesquisa demonstra que as mudanças climáticas são um desafio, tanto pela sua ameaça potencial à economia quanto pelo seu impacto nas estruturas operacionais dos bancos centrais. Além disso, demonstra-se apoio a uma transição ordenada para uma economia de baixo carbono por meio de uma coordenação internacional para facilitar a integração dos riscos relacionados ao clima nas estruturas operacionais dos bancos centrais e do sistema financeiro (NGFS, 2020).

O Acordo de Paris, assinado em 2015 por 195 países (inclusive o Brasil), firmou o objetivo de manutenção do aquecimento global a 2°C em comparação à era pré-industrial (IPCC, 2018; BOS; GUPTA, 2019; ZAKLAN; WACHSMUTH; DUSCHA, 2021). O relatório do Conselho Europeu de Riscos, assinado por Gros et al. (2016), já alertava que manter o aquecimento global abaixo de 2° C exigirá reduções substanciais nas emissões globais de gases de efeito estufa nas próximas décadas. Para reduzir essas emissões, as economias devem reduzir sua intensidade de carbono. Dada a tecnologia atual, isso implica em uma mudança decisiva no setor de energia, com forte impacto nos combustíveis fósseis e capital físico relacionado (GROS et al., 2016).

Esse contexto exige, então, mudança de paradigma de geração de energia. No que se refere ao uso de combustíveis fósseis, o Acordo de Paris exige que 30% das reservas atuais de petróleo, 50% das reservas de gás e 80% das reservas de carvão deixem de ser consumidos, tornando-se ativos retidos ou *stranded assets* (GPIF, 2019; PAPATERRA, 2019; FIBRAS, 2020). Dessa maneira, não só esses recursos, mas também todos os investimentos realizados em torno da função principal de extração de combustível fóssil, podem estar comprometidos. Como exemplo, temos as plataformas de perfuração, as embarcações sísmicas, os terminais de processamento, os oleodutos e petroleiros (GPIF, 2019; CARBON TRACKER INITIATIVE, 2021).

O conceito de *stranded assets* (ativos retidos) se encontra em evolução. Segundo Caldecott, Howarth e McSharry (2013, p. 13), os “*stranded assets* são ativos que sofrerão de imprevistos ou reduções prematuras, desvalorizações ou conversão em passivos”. Para a *International Energy Agency* - IEA (2013), os *stranded assets* são aqueles investimentos que já foram feitos, mas que, em algum momento antes do final da sua vida econômica (como assumido no ponto de decisão de investimento), não são mais capazes de obter um retorno econômico. Já Deloitte (2016) considera que são ativos que se tornaram obsoletos ou inadimplentes, mas que devem ser registrados no Balanço Patri-

monial como perda de lucro.

O trabalho de Bos e Gupta (2019, p.5) propõe o estudo dos ativos retidos sobre sete dimensões:

- **Espacial:** no qual os primeiros a chegar usam os seus próprios recursos e recursos de outros países para o seu desenvolvimento, deixando pouco espaço para o desenvolvimento de retardatários;
- **Tecnológica:** quando os primeiros “descartam” tecnologias mais antigas (ativos retidos) em retardatários;
- **Econômica:** quando os primeiros evitam pagar indenização por danos causados para retardatários ou para o encalhe de recursos em países retardatários e os primeiros a chegar também podem potencialmente transferir indiretamente as suas ações, em breve sem valor, para os retardatários;
- **Ecológica:** quando há assimetria de conhecimento, os primeiros podem impedir que os retardatários usem os seus recursos ou podem acelerar a taxa em que os seus recursos e os ativos ficam retidos;
- **Política:** quando os primeiros a chegar se recusam a tomar medidas ambientais, alegando que os retardatários não estão fazendo isso, enquanto os retardatários podem alegar que os primeiros a chegar deveriam agir primeiro;
- **Legal /Política:** quando os investimentos em recursos e ativos em um mundo globalizado envolvem contratos em longo prazo, protegidos sob o direito privado, podendo causar congelamento de políticas e responsabilidades em retardatários e;
- **Social:** quando os retardatários adotam diferentes noções sobre desenvolvimento em relação aos primeiros.

As dimensões propostas reforçam a perspectiva de um tema com muito potencial a ser explorado, dado o possível impacto no patrimônio das entidades de imediato e/ou num futuro próximo, sobretudo pelo efeito da mudança de paradigma de produção para uma era de baixo carbono. O relatório proposto

por Rudebusch (2021) alerta que cada cenário futuro inclui risco financeiro relacionado ao clima, embora o nível e a forma da incerteza subjacente variem. Um cenário de alto carbono geraria considerável risco financeiro de eventos extremos incertos e tendências adversas assim como um caminho de baixo carbono moderaria tais perigos climáticos, mas produziria risco financeiro de transição a partir da possível adoção de novas políticas e tecnologias climáticas, incluindo riscos de ativos retidos, de *stranded assets*.

As normas internacionais de contabilidade apresentam instrumentos capazes de contribuir com o processo de mensuração e reconhecimento do potencial impacto dos ativos retidos. Dispõem-se, atualmente, da utilização de medidas para lidar com a deterioração de ativos (IAS16 Ativo Imobilizado), que visa garantir que os ativos de uma entidade não sejam contabilizados em mais do que o seu valor recuperável. Além disso, a NBCTG01 (R4), sobre Teste de Recuperabilidade (*impairment test*), estabelece procedimentos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda os seus valores de recuperação, ou seja, o seu potencial de geração de benefícios futuros.

Se esse for o caso, o ativo (retido) é caracterizado como sujeito ao reconhecimento de perdas e a Norma requer que a entidade reconheça um ajuste para perdas por desvalorização e estabelece as divulgações requeridas. Embora exista a exigência normativa, cabe a observação de Silva *et al*, (2021), cujo resultado da pesquisa direciona para necessidade de aprimoramento na aplicação da NBCTG01 (R4), sobre o Teste de Recuperabilidade, sobretudo no que tange às melhorias no processo de evidenciação do Teste de Recuperabilidade no contexto brasileiro.

Além disso, destaca-se o papel do profissio-

nal de contabilidade que exerce a função de auditor independente na execução dos procedimentos de auditoria. Espera-se do auditor que ele verifique as práticas de mensuração e reconhecimento dos ativos retidos das entidades auditadas, em especial, àquelas cujas atividades estão relacionadas a extração de combustíveis fósseis e toda cadeia subjacente.

Finalizando esta breve chamada para discussão, cabem algumas provocações. Em um futuro próximo, as empresas de combustíveis fósseis podem sofrer os efeitos de regulações em torno do mercado de carbono, com penalizações financeiras. Nesse contexto, as empresas de capital aberto do setor de óleo e gás podem sofrer desinvestimentos motivados pela existência de preços incorretos, que não consideram na sua totalidade as possíveis perdas em função dos ativos retidos. Considerando que esse cenário se concretize, quais os impactos para o mercado nacional e internacional (fundos de investimentos, seguros, impostos, dentre outros setores) da eventual redução de demanda em função neste novo *valuation* do setor de óleo e gás? Qual o valor total dos ativos retidos? Qual o possível efeito sistêmico dessa movimentação?

O Brasil, como importante ator social no setor de petróleo e gás natural mundial, mais cedo ou mais tarde terá que enfrentar o problema do risco de deixar de lado os seus recursos de petróleo e gás natural (PAPATERRA, 2019). Os ativos financeiros subjacentes provavelmente passarão por novo *valuation* durante esses processos que orientam o caminho para uma economia mais verde e neutra em carbono. Cabe estarmos preparados para esse cenário.

REFERÊNCIAS

- BOS, K.; GUPTA, J. Stranded asset sandstrand ed resources: implications for climatechange mitigation and global sustainable development. **Energy Research & Social Science**, [S. l.], v. 56, n. 101215, p. 01-15, out. 2019.
- CALDECOTT, B.; HOWARTH, N; McSharry, P. **Stranded Assets in Agriculture: Protecting Value from Environment-Related Risks**. Oxford: University of Oxford, 2013.
- CALDECOTT, Ben. Introduction to special issue: stranded assets and the environment, **Journal of Sustainable Finance & Investment**, v. 7, n. 1, p. 1-13, 2017.
- CARBON TRACKER INITIATIVE. **Beyond Petrostates: The burning need to cut oil dependence in the energy transition**. London: Carbon Tracker Initiative, 2021.
- CISL - University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership. **Bank 2030: Accelerating the transition to a low carbon economy**. Cambridge: University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership. CISL, 2020.
- CLIMATE ACTION TRACKER. 2100 Warming Projections. 2019. Disponível em: <https://climateactiontracker.org/global/temperatures/>. Acesso em: 13 de jan. 2021.
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **NBC TG 01 (R4) - Redução ao valor Recuperável de Ativos**.
- DELOITTE. **IAS 16-Property, Plant and Equipment**. 2016. Disponível em: <http://www.ias-plus.com/en/standards/ias/ias16>. Acesso em: 13 de jan. 2021
- FIBRAS. **Finanças Sustentáveis: Um Panorama**. FiBraS, 2020.
- GPIF. **Climate Related Portfolio Risk Assessment. Trucost Analysis Supporting GPIF's Disclosure in line with TCFD Recommendations**. 2019.
- GROS, Daniel et al. **Too late, too sudden: Transition to a low-carbon economy and systemic risk**. Reports of the Advisory Scientific Committee, 2016.
- IEA - International Energy Agency. Redrawing The Energy Climate Map. **World Energy Outlook Special Report**, p.134, 2013.
- INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE - IPCC. **Global warming of 1,5oC: [...]** summary for policymakers. [S. l.]: IPCC, 2018.
- NGFS - Network for Greening the Financial System. **Technical document Survey on monetary policy operations and climate change**.

key lessons for further analyses.2020.

PAPATERRA, Guilherme Eduardo Zerbinatti. **Stranded assets e o petróleo no Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia em Política e Estratégia) – CAEPE, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2019.

ESRB Advisory Scientific Committee. Too late, too sudden: Transition to a low-carbon economy and systemic risk. **Reports of the Advisory Scientific Committee**, n. 6, fev. 2016.

RUDEBUSCH, Glenn D. et al. Climate Change Is a Source of Financial Risk. **FRBSF Economic Letter**, v. 2021, n. 03, p. 01-06, 2021.

SILVA, Cleciane Kelly Rebouças et al. *Impairment test: evidencição das perdas e reversões nas empresas dos diferentes níveis de governança corporativa da B3 SA*. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 1, p. 41-55, 2021.

TCFD. **Forward**-Looking Financial Sector Metrics Consultation. 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM GLOBAL RISKS (WEF). Perception Survey 2020.2021.

ZAKLAN, A., WACHSMUTH J.; DUSCHA V. **The EU ETS to 2030 and beyond: adjusting the cap in light of the 1.5°C target and current energy policies**, Climate Policy. 2021.



AUTOR

JULIANO ALMEIDA DE FARIA

Professor da Universidade Federal de Sergipe, Campus Alberto Carvalho Itabaiana-Se. Doutor em Engenharia Industrial, Mestre em Contabilidade e Pesquisador e Profissional de Contabilidade.



AUTORA

VIVIAN TORINELLI

Profissional de governança corporativa com sólida experiência nas três linhas de defesa envolvendo risco, controle e auditoria. Co-fundadora da BRASFI, a Aliança Brasileira de Pesquisa em Finanças e Investimentos Sustentáveis. Bolsista de doutorado com foco em finanças sustentáveis e funcionária do Banco Central do Brasil. Membro do Comitê de Pesquisa e Inovação do Brasil Green Finance Programme.



SE TORNE UM “ANTIFRÁGIL”, VÁ ALÉM DA RESILIÊNCIA

Quero começar este texto te perguntando: **ser resiliente, nos tempos que estamos vivendo, é suficiente?**

Para muitos, ser resiliente diante das adversidades da vida já é muito difícil, contudo, torna-se necessário para seguir adiante. Um outro ponto para refletir, é sobre a forma que retornamos dessas experiências: iguais, mais fortes ou mais frágeis? É sobre essa perspectiva que o presente texto foi escrito, sobre a possibilidade e até a necessidade, de voltarmos mais fortes após as adversidades vividas.

Nos últimos tempos, a palavra resiliência passou a ser usada com mais frequência. Esse termo foi inicialmente usado no campo da física, significando “um retorno ao que se era” e depois incorporado ao nosso cotidiano, representando a capacidade das pessoas em lidar com problemas, superar obstáculos ou voltar à forma original, depois de passar por momentos difíceis, seja no âmbito pessoal, profissional ou empresarial.

Mais recentemente, surgiu o termo “antifragil”,

que foi cunhado por Nassim Nicholas Taleb, um economista, analista de riscos, probabilista, professor libano-americano do Instituto Politécnico da Universidade de Nova York. Essa terminologia foi amplamente discutida no livro “Antifragil: coisas que se beneficiam com o caos”¹ e pode ser aplicada em nível pessoal e no meio corporativo.

O conceito de antifragil faz uma analogia ao que consideramos frágil, aquilo que precisa ser manuseado com cuidado e atenção, que se quebra quando submetido à pressão. No entanto, quando essa pressão é exercida sobre algo e ele volta a ser exatamente como era, retornando à sua forma original, chama-se de robusto. Já o antifragil é o oposto do frágil, pois prospera diante das incertezas, crises e do caos, quanto mais manuseado, mais o antifragil se torna forte. Com isso, temos em um extremo o frágil, no centro o robusto, e do outro lado o antifragil.

A antifragilidade consiste em aprender a aceitar e lidar com os riscos e incertezas presentes na atualidade, em se tornar mais forte e resistente, buscando se beneficiar com os

1 TALEB, Nassim Nicholas. Antifragil: coisas que se beneficiam com o caos. Tradução de Renato Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.

desafios impostos. Essa pode ser uma resposta ao atual cenário mundial, que está constantemente mudando, repleto de complexidade e incerteza, em um ambiente agressivo e desafiador, em um mundo classificado pelo acrônimo (M.U.)V.U.C.A.²

As pessoas que adotam uma postura antifrágil no atual contexto mundial, adaptam-se mais rapidamente e, certamente, conseguem os melhores resultados. Adotar essa postura envolve se colocar em posição proativa e consciente, aceitando que existem inúmeros fatores externos, aleatórios e imprevisíveis. Ademais, relaciona-se com encarar os riscos e as adversidades impostas, estando aberto ao aprendizado, fortalecendo-se, crescendo e se desenvolvendo, ou seja, olhar por uma outra perspectiva os desafios da vida, com uma atitude muito mais voltada à ação.

Apesar de muitos cenários se mostrarem indesejados e inesperados, podem surgir daí boas oportunidades, desde que sejam bem aproveitadas. O antifrágil se volta para o depois, para o crescimento pós-traumático, não apenas resiste às mudanças, como aprende com elas, cresce e melhora.

Nesse contexto pandêmico que estamos vivendo, certamente muitos empresários com uma atitude antifrágil encontraram novas ou diferentes oportunidades de fazer negócios, até por uma questão de sobrevivência. Alguns, inclusive, ampliaram as suas empresas e se consolidaram, isso não quer dizer que se beneficiaram do prejuízo do outro, mas que com o caos, eles aprenderam e se fortaleceram.

Se olharmos a nossa volta, conhecemos muitas histórias de pessoas, de empresários que vivenciaram situações extremamente difíceis e que depois evoluíram e se beneficiam da imprevisibilidade e inconstância, certamente, por adotarem uma postura diferente diante dos acontecimentos.

Quantas vezes ouvimos que é necessário “sair da zona do conforto” para crescer, que precisamos ser desafiados, que “um mar calmo nunca fez um marinheiro habilidoso”? A exposição ao risco, até certo ponto, associada a uma postura de antifragilidade, pode nos elevar a um outro patamar.

A proposta não é se opor a realização de um planejamento por saber da possibilidade de o imprevisível acontecer, nem de ser resignado perante um problema. A principal questão é como vamos reagir diante do caos e como podemos tentar nos beneficiar dele.



Não creio que exista uma resposta exata, muito menos que será fácil, pois cada pessoa traça o seu próprio caminho de aprendizagem. Para alguns, pode acontecer naturalmente, para outros, o aprendizado acontece após a exposição e a vivência de uma sequência de adversidades. Existe muita subjetividade nesse processo.

Ainda assim, acredito que o primeiro passo para desenvolver uma postura de antifragilidade seja uma mudança de pensamento, seguida da tomada de consciência de que, na nossa vida pessoal, no trabalho e nos negócios sempre vamos nos deparar com situações novas e inesperadas, com cenários extremamente desafiadores.

A partir da aceitação da aleatoriedade, o

2 O termo VUCA teve origem na década de 1990 e mais recentemente, foi adicionado o M. e o U., compreendendo: M - Meaningful: significativo; U - Universal; V - Volatile: volátil; C - Complex: complexo e A - Ambiguous: ambíguo.

passo seguinte é encará-la com naturalidade e buscar entender o contexto em torno do imprevisto, assimilar os impactos, aprender, se beneficiar e evoluir com tudo isso. É preciso estar disposto a olhar para o caos por uma outra perspectiva. Então, deixo aqui o meu convite, para você ir além da resiliência e se tornar um antifrágil.

REFERÊNCIAS

TALEB, Nassim Nicholas. **Antifrágil**: coisas que se beneficiam com o caos. Tradução de Renato Marques. Rio de Janeiro: Objetiva, 2020.



AUTORA
LORENA PINHO

Entusiasta por "Negócios com Significado" e pela Liderança Humanizada e Multiplicadora. Doutora em Administração, Mestre em Responsabilidade Social e Desenvolvimento Humano, Especialista em Contabilidade Gerencial e Produção de Mídias para Educação Online, Graduada em Ciências Contábeis, estudante de Psicologia. Professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Uma otimista que tem como propósito inspirar, desenvolver pessoas e seus negócios.
www.lorenapinho.com.br



ESTEREÓTIPO PROFISSIONAL: COMO OS BAIANOS VEEM OS PROFISSIONAIS DE CONTABILIDADE?

RESUMO

Através desta pesquisa buscou-se analisar como os cidadãos baianos veem os profissionais de contabilidade em relação às suas características e personalidade. Para isso, foi aplicado um instrumento de coleta de dados via questionário (Survey), obtendo, após adequações metodológicas, 472 retornos distribuídas em 73 municípios baianos, número considerado representativo para amostra probabilística da população economicamente ativa do Estado da Bahia a um intervalo de confiança de 95%. Para tratamento dos dados foram aplicados estatística descritiva, escala Likert, e observação de gráficos e tabelas. Sendo assim, os principais resultados obtidos na pesquisa são que: (i) os estereótipos da profissão contábil na população baiana reconhecem os contadores como profissionais de excelência, éticos e de suma importância para as empresas e para a sociedade, além disso como metódicos e perfeccionistas e (ii) 48% dos retornos confirmam estereótipos que atrelam os profissionais de contabilidade à figura de especialistas maçantes, não espontâneos, introvertidos e tímidos.

Palavras-chave: Profissionais de Contabilidade; Teoria da Representação Social; Estereótipo do Contador.

1 INTRODUÇÃO

A imagem que se atribuem a determinadas pessoas, grupos ou ordens nem sempre espelham a realidade esperada ou verídica, parcela resultante do que chamamos de estereótipos, principalmente porque este reflete uma realidade social (DIMNIK; FELTON, 2006). Como esses estereótipos são comumente negativos, estima-se que cada vez mais os profissionais estão preocupados com a imagem pública que se têm deles (ALBU et al., 2011), inclusive os profissionais de Contabilidade que têm dedicado esforços para defender sua profissão de tais estereótipos (DYER, 1993).

Dentre as imagens discrepantes que se tem criado, em algumas sociedades pelo mundo, os profissionais de contabilidade contadores já foram vistos, inclusive, como indivíduos pouco criativos, inseguros, maçantes, chatos, metódicos e voltados exclusivamente aos números (ARANYA; MEIR; BAR-ILAN, 1978; BOUGEN, 1994; PARKER, 2000; MILEY; READ, 2012); e até mesmo com estereótipos multifacetados denotando profissionais sem honra, antiéticos e criminosos (RICHARDSON, 2015; MIRANDA; FARIA, 2016). Dessa forma, por serem alvo de estereotipagens, Pereira e Xavier (2000) declaram que dentre os principais desafios da carreira contábil, principalmente no Brasil, se encontra a necessidade de auxiliar a população a entender melhor a representatividade e importância dos profissionais de contabilidade. Buscando métodos para desconstruir os estereótipos e aumentando os esforços para que a contabilidade seja constantemente apresentada conforme se preza, através de seus princípios, com ética, zelo e diligência (JEACLE, 2008); em todas as searas da profissão na representação contínua dos órgãos da classe contábil, inclusive na observação dos objetos veiculados na mídia para posicionamento correto (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019).

Especialmente porque um ofício tão importante como este, visto com aspectos ruins é um desincentivo aos jovens (FRIEDMAN; LYNE, 2001), o que pode causar um declínio na valorização da profissão, quantidade e qualidade da demanda pelo curso de Ciências Contábeis, diminuição dos níveis salariais e surgimento

de outras carreiras alternativas (SMITH; BRIGGS, 1999; ALBERT; SACK, 2000; HSIAO, 2013) como vem ocorrendo nos Estados Unidos que tem registrado uma menor procura pelo curso (AZEVEDO, 2010). Por outro lado, como as gerações mais recentes tem comportamentos diversos se comparados as gerações anteriores (CAVALCANTE; CHIARO; MONTEIRO, 2014; POLITELO; MANFROI; CUNHA, 2013) algumas mudanças estruturais também podem estar ocorrendo na formação e mercado de trabalho contábil, especialmente no Brasil, onde nos últimos anos houve uma maior oferta desse curso nas Instituições de Ensino Superior (MARQUES; SALVIANO; SILVA, 2016).

O estereótipo do profissional de contabilidade contemporâneo pode estar modificando positivamente, principalmente com assunção de atributos relacionados ao desenvolvimento de competências, inclusive, como aquelas que são requeridas pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), que dentre as quais, relacionam-se a capacidade de trabalhar em equipe, liderança, uso de tecnologias, realização de pesquisas e apresentação de relatórios, boa comunicação (CAGLIO; CAMERAN; KLOBAS, 2019; SMITH, 2014; RICHARDSON et al., 2015), sugerindo que a imagem mais próxima e esperada de um contador contemporâneo seria de pessoa confiante, ética, sociável, amigo, atualizado e que executa tarefas complexas com um nível designado de especialização (RICHARDSON, 2015; GUERRA et al., 2011).

Nesse contexto, diversos fatores econômicos, sociais e políticos podem impactar as representações na contabilidade (ZANARDO, 2015). Justamente porque, as características de diferentes grupos e sociedades trazem como consequência representações sociais adversas (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1999). Ponto chave onde discute-se este tema sob a égide da Teoria das Representações Sociais que estuda como os indivíduos, a partir da tentativa de entender ou aprender a realidade, depreende-se em certas características para atribuir valor a determinado grupo, inclusive de profissões (REIS; BELLINI, 2011).

Como esses estereótipos são importantes para

entender as nuances da profissão contábil (BROUARD *et al.*, 2017), bem como minimizar consequências negativas da estereotipagem (ZANARDO, 2015), essa pesquisa traz como objetivo analisar como os cidadãos baianos veem os profissionais de contabilidade em relação às suas características e personalidade. Além disso, busca especificamente verificar se existem indícios de estereotipagem da profissão contábil entre a população baiana e quais as principais imagens atribuídas aos contadores acerca de suas atividades. Para tanto, irá verificar o perfil dos respondentes e informações de atividade e renda; (ii) analisar a personalidade do contador e do trabalho contábil, percebida pela sociedade; e (iii) em escala, como tais características (personalidade do contador) são elencadas.

Diante do exposto, acredita-se que esta pesquisa é relevante por se tratar de um tema que envolve todos os profissionais de contabilidade, sendo ainda de interesse dos órgãos contábeis reguladores e assemelhados como: Conselho Federal e Regionais de Contabilidade (CFC/CRCs); Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (FENACON), Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON); além de acadêmicos (alunos, professores e pesquisadores) e da sociedade, em geral. Pois a partir dos resultados de pesquisas como esta, tem-se que: (i) empresários contábeis podem conhecer como potenciais clientes no Estado da Bahia tem visto o trabalho contábil e investir em ações de marketing; (ii) órgãos reguladores podem traçar estratégias para promoção de conscientização, importância e reconhecimento da profissão contábil a fim de demonstrar a contribuição da profissão, inclusive economicamente, a partir de atitudes que busquem a reconstrução do posicionamento das práticas e do comportamento do contador visando corrigir possíveis imagens negativas ou maximizando imagens positivas que a sociedade baiana tem da profissão contábil; (iii) a academia científica baiana é fortalecida e incentivada a produzir material científico relacionado a temática, além de promover discussões sobre as imagens atribuídas e seus impactos.

De modo adicional, como o presente trabalho traz como inovação contributiva, a utilização da percepção de valor atribuída pela sociedade baiana aos profissionais de contabilidades, visto que não existem pesquisas neste território em questão, esse tema pode ser considerado importante à dimensão que analisa o objeto (profissão) a partir de uma representação do senso comum (MIRANDA; FARIA, 2016). Pois é em direção da visualização desta imagem se obtém uma base para a formação da identidade social e profissional de um indivíduo e se verifica o grau de confiabilidade que se tem no produto do trabalho e o quanto essa imagem afetada a busca por estes serviços (SMITH, 2014).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A imagem do profissional contábil

O contador é o profissional responsável por elaborar informações fundamentais para a tomada de decisões empresariais (SILVA; SANTOS; SANTOS, 2010). Contudo, no Brasil, desde o início da atividade contábil, dado as características de algumas atividades desempenhadas, essa ciência foi idealizada como uma promotora exclusiva de atenção fiscal, ideia que preconizava o contador como um mero guardador de livros (ALTOÉ, 2014). Pensamento que gera uma ótica incompleta ou distorcida sobre os demais papéis de caráter circunstancial que a contabilidade desempenha (NORONHA; SANTANA; NUNES, 2009) e até mesmo acerca da integridade e competência da profissão contábil conforme algumas pesquisas nacionais e internacionais (BEARD, 1994; FRIEDMAN; LYNE 2001; IUCÍDIBUS; MARION, 2002; HUNT; FALGIANI; INTRIERI, 2004; AZEVEDO; CORNACHIONE, 2012; MBAWUNI, 2015; GALVÃO, 2016).

Em geral, este fato é resultante da construção de estereótipos negativos (ou positivos), e estes podem, inclusive, afetar o comportamento desse grupo e influenciar na sustentabilidade da profissão (SILVA; SILVA, 2012; BROUARD *et al.*, 2017; CAGLIO; CAMERAN; KLOBAS, 2019) por exemplo, promovendo auto desvalorização (FRANCO, 1994), inibindo possíveis escolhas dos futuros profissionais (HSIAO, 2013) e influenciando na construção de identidade individual do futuro profissional (ALBERT; SACK,

2000; MIRANDA et al., 2015). Por consequência, há uma necessidade de investir em ações que visem reconstruir possíveis julgamentos não representam a realidade das práticas e do comportamento do profissional de contabilidade, ou seja, de um profissional dinâmico, atualizado desempenha um papel proativo para desenvolver e fornecer conselhos gerais de negócios que ajudem a moldar a tomada de decisão gerencial do cliente (OLIVEIRA; 2007; BLABER; BRADY; GOUGOUMANOVA, 2020).

Portanto, a atuação do profissional de contabilidade deveria estar associada à melhoria do desempenho financeiro das entidades e da prestação de serviços de consultoria de alto nível (WARREN; PARKER, 2009). No entanto, estima-se que as firmas de contabilidade ainda precisam retratar com mais precisão a imagem de profissionalismo para atrair clientes e manter uma aparência de respeitabilidade (BLABER; BRADY; GOUGOUMANOVA, 2020) bem como o Conselho Profissional precisa continuamente reforçar a imagem positiva da contabilidade (ZANARDO, 2015) com o objetivo de demonstrar o valor da profissão contábil por sua importância econômica e social. Especialmente porque, pesquisas têm evidenciado que o prestígio da contabilidade é inferior se comparada com algumas outras profissões, a exemplo Direito, Medicina e Engenharia (MIRANDA; MIRANDA; ARAUJO, 2013; HARRIS INTERACTIVE, 2014). Adicionalmente, escândalos contábeis também podem ter contribuído para a propagação dos estereótipos e para uma percepção negativa sobre o trabalho do profissional da Contabilidade (ALMEIDA; AVELINO; BRUGNI, 2020), principalmente devido a resíduos que perduram na história atual da contabilidade devido aos escândalos no cenário corporativo-financeiro em que houve participação de profissionais de contabilidade.

Por outro lado, evidências empíricas também têm revelado a profissão contábil mais atraente do que sugerem os estereótipos (WARREN; PARKER, 2009; CHEN et al., 2012) e, particularmente, profissionais de contabilidade não se consideram infelizes com a carreira contábil (MADSEN; PIAO, 2019). Esses trabalhos denotam devido ao poder de formação de opiniões,

os veículos de comunicação de massa influenciam a percepção social de imagens (CRUZ, 2012; ARQUERO; FERNÁNDEZ-POLVILLO, 2019), inclusive dos profissionais de contabilidade, retratando o protótipo do contador de feijões, figurativamente, o contador aparecia como um homem solitário, de terno cinza, debruçado sobre seus livros e notas (DAVISON; WARREN, 2009). Tem se modificado nos últimos anos para uma figura de contador contemporâneo de profissionais inteligentes, confiantes e sociáveis, que desempenham uma variedade de tarefas complexas de alto nível (RICHARDSON, 2015; TONIN et al., 2020).

Como os discursos nem sempre apresentam a totalidade ou veracidade dos fatos (MIRANDA; FARIA, 2016) pode haver um exímio aumento da construção dos estereótipos, regras, formas de pensar e hábitos (CRUZ, 2012). Por isso, é necessário relembrar o fato de certas profissões, serem mais coroadas quanto outras pode ser um atributo midiático (CORBETT, 1985; TREVISAN, 2012). Mecanismos esses, a contabilidade não recebeu, ainda que seja uma ciência primordial (CURTY; TAVARES, 2014).

Neste contexto, os estudos de Hoffjan (2004), Jeacle (2008_ e Richardson (2015), têm apontado que existem ocorrências de estereótipos contábeis em diversas facetas ocorrendo permutações do estereótipo tradicional projetado aos contadores da figura passiva, inflexível, sem humor e ascético ou deslumbrando a figura de profissionais conservadores, ocasionalmente confiáveis e geralmente envolvidos em escândalos de corrupção (FISHER; MURPHY, 1995; SMITH; JACOBS, 2011). Assim, pesquisas tem evidenciado essas construções negativas em letra de músicas (SMITH; JACOBS, 2011), nos romances de ficção e livros (EVANS; FRASER, 2010; SMITH, 2014), matérias de jornais e revistas (BERTON; SCHIFF, 1990; EWING et al., 2001; FRIEDMAN; LYNE, 2001; CARNEGIE; NAPIER, 2010; MIRANDA; FARIA, 2016), em filmes ou programas de televisão (BEARD, 1994; DIMNIK; FELTON, 2006; MOURA et al., 2016; BLABER; BRADY; GOUGOUMANOVA; 2020), dentre outros.

No cinema, considerando seu potencial de multiplicação de imagem, por exemplo, os tra-

ços negativos do contador permeiam-se na figura de profissionais inteiramente focados no trabalho contábil que participam e até mesmo lideram eventos e instituições criminosas (RICHARDSON, 2015). E, apesar dessas figuras serem observadas, em filmes e séries mais recentes – por exemplo, *The Accountant* (2016); *Rock'n' Rolla* (2008) – já ocorrem anteriormente com base na pesquisa de Felton, Dimnik e Bay (2007), que, na tentativa de identificar o perfil do contador, a partir da análise fatorial de 110 filmes, obtiveram como resultados que os filmes tem retratado que contadores mais competentes possuem comportamento antiético, enquanto os profissionais, aparentemente menos talentosos são honestos, agradáveis, calmos e otimistas.

Se tratando de mídia impressa (ou online), Friedman e Lyne (2001) realizaram uma investigação para verificar as diferentes nuances do estereótipo “*beancounter*” (contador de feijão) em jornais e revistas dos Estados Unidos, Inglaterra, Nova Zelândia, Canadá, Austrália e Nigéria entre 1970 e 1995. Os resultados demonstram que a maior parte das referências ao termo são negativas. Apesar de não ser generalista, esses resultados corroboram com a pesquisa de Miranda e Faria (2016) que analisaram a disseminação da imagem do profissional de contabilidade em um jornal de grande mídia brasileira (Folha de São Paulo) em um período de um ano encontrando evidências de que as principais matérias do jornal tem associado a figura do contador e da contabilidade, principalmente, a notícias com um contexto negativo, geralmente de investigações policiais, de fraudes, política ou de questionamentos relativos a gestão econômica governamental.

Utilizando como fonte de pesquisa, outro meio de comunicação de massa – as Redes Sociais – Miley e Read (2012) identificaram que o estereótipo do profissional de contabilidade está amplamente enraizado na cultura popular, inclusive com formação de piadas contemporâneas acerca da caracterização dos profissionais de contabilidade. Enquanto Tonin et al. (2020) em uma outra ótica, buscou verificar a percepção individual que profissionais e acadêmicos da área contábil obtiveram do contador do fil-

me *The Accountant* (2016). Os achados sugerem a existenciais de características interligadas com a ideia de contador contemporâneo, como: inteligência, ansiedade, pro-atividade e comportamento ético foram as características mais evidenciadas ao perfil do profissional.

Outros estudos também têm buscado analisar a percepção que estudantes universitários têm da contabilidade (TAYLOR; DIXON, 1979; CORY, 1992; HOLT, 1994; FERREIRA; SANTOSO, 2008; ARQUERO; FERNÁNDEZ-POLVILLO, 2019). As investigações realizadas por Taylor e Dixon (1979), na Nova Zelândia, em uma amostra de 193 alunos de contabilidade, os achados indicam que os estudantes da área veem a profissão como instigante e audaz, livre de estereótipos. Indícios semelhantes a análise feita por Arquero e Fernández-Polvillo (2019), na Espanha, com 192 universitários de Ciências Contábeis. Porém, adversamente, pesquisas anteriores relatam que a percepção de estudantes de outros cursos é significativamente mais negativa, pois têm se atribuído pelos estudantes de outros cursos que os profissionais de contabilidade são monótonos, metódicos, ferrenhos, opressivos e ávidos (AZEVEDO; CORNACHIONE JÚNIOR; NOVA, 2008; TAYLOR; DIXON, 1979).

A pesquisa produzida por Davidson e Dalby (1993) –avaliaram a personalidade de uma amostra de 226 contadores públicos canadenses – obteve os perfis dos profissionais de contabilidade variam de acordo com os níveis de atuação e gênero, ao menos na amostra estudada. Ainda que investigações realizadas anteriormente tenham apontado algumas características são comuns entre os profissionais dessa área, o que poderia contribuir para sua personalidade estereotipada (JACKSON; PEACOCK; HOLDEN, 1982; PAUNONEN; JACKSON; OBERMAN 1987).

Neste sentido, no geral, apesar de alguns estudos anteriores terem relatado a existência de indícios de que a profissão contábil é estereotipada em determinadas circunstâncias, também existem trabalhos que encontraram evidências de que os contadores também têm sido associados a características positivas e valiosas, sendo

vistos como profissionais íntegros, honestos e confiáveis (RICHARDSON *et al.*, 2015), presumindo-se que não há precisão nas imagens, pois todas são percepções construídas e reforçadas pelos meios de comunicação de massa (RICHARDSON, 2015) e comumente devem variar de acordo com as características culturais de cada sociedade (FREITAS, 2012) ainda que se faça necessário avaliá-las, pois podem produzir percepções negativas da profissão (EWING *et al.*, 2001), especialmente porque a incorreta instrução das pessoas acerca da área de contabilidade pode acarretar na redução da demanda pela formação e pelos serviços contábeis (AZEVEDO, 2010).

Por este motivo, os órgãos fiscalizadores e representantes de classe, bem como os próprios profissionais e acadêmicos devem estar atentos a temática da figura pública do profissional de contabilidade (RICHARDSON, 2015), buscando contribuir com uma melhor formação da imagem do profissional de contabilidade (ZANARDO, 2015), tanto através da propagação de pesquisas com o objetivo de identificar a imagem e percepção que diferentes públicos tem dos contadores, bem como revelar suas nuances, variações e tentativas de mudança geral no gerenciamento de impressões nas diferentes sociedades (PARKER; WARREN, 2017), quanto no desenvolvimento de melhores técnicas para formação dos contadores, incorporando insights da teoria psicológica social, pois a partir dela se identifica as dinâmicas de intercâmbio que ocorrem, principalmente quando se trata de sociedade e o efeito dessas na troca da identidade dos contadores (BROUARD *et al.*, 2017).

2.2 Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) teve origem na França, começando a ser divulgada nos Estados Unidos a partir da década de 1960 (RAFFAELLI; ESPEJO; PORTULHAK, 2016). O objetivo dessa teoria é analisar como grupos sociais ou indivíduos que interagem entre si sintonizam determinadas situações e atribuem significados a coisas e objetos (OLIVEIRA, 2007). Esses fatores serão desenvolvidos dentro de um contexto com influências psicossociais, econômicas e políticas conside-

rando as características de cada ambiente e de seus integrantes (MOSCOVICI, 2003) o condiciona a refletir que as representações são simbólicas e conceptivas e independem do que o objeto ou grupo de fato representa (ZANARDO, 2015). Já que se constituem de motilidades de caráter simbólicos da cultura de uma sociedade igualar uma percepção (imagem) a um pensamento (ideia) ou o oposto (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 1999). Em outras palavras, a teoria preconiza que as representações sociais são construídas socialmente e compartilhadas entre os indivíduos pertencentes e que a integram (CURTY; TAVARES, 2014) e como são manifestações de construções sociais, estão sujeitas às determinações do contexto sócio-histórico (SPINK, 1993). Por consequência, essas representações são formas de conhecimento prático; referindo-se ao conhecimento do senso comum (MIRANDA *et al.*, 2015).

A teoria parte da ótica que a diversidade dos indivíduos, atitudes e fenômenos podem ser estranhos e imprevisíveis (MOSCOVICI, 2004). Pois busca compreender, a começar da união intercalável das dimensões cognitivas e sociais, sendo essa, possivelmente, uma grande contribuição da teoria (IBÁÑEZ, 1988). Em suma, a partir da TRS permite-se a reflexão das dimensões e identidades; que envolvem um ponto de vista sobre o mundo (cognição); refletindo seus significados sobre experiências vividas pelas sociedades e suas características socioculturais que relacionadas por determinadas dimensões da realidade, produzem seus símbolos (substituição) ou as interpreta (ACEVEDO *et al.*, 2006; JOULET, 2001; JOVCHELOVITCH, 2000; MOSCOVICI, 1978).

Como a identificação profissional se desenvolve dentro de um contexto social (HAMILTON, 2013), inclusive a profissão contábil dada a conexão social desta ciência com a sociedade na qual atende, é possível e comum que exista distinções entre a imagem projetada (ou desejada) pelo profissional de contabilidade e a sua representação social (ROBBINS, 2005; MIRANDA; FARIA, 2016). Portanto, é possível que essa percepção seja excessivamente generalizada, simplificando a extensão dos diferentes grupos sociais, especialmente profissionais,

com o objetivo de facilitar a classificação e compreensão destes de acordo com o seu ambiente (LIPPMANN, 1992; MYERS, 2000). Neste caso, existem os estereótipos como resultado da coleção de atributos que se acredita desprever acerca dos membros de um grupo social (CARNEGIE; NAPIER, 2010). Isso significa que, intrinsicamente, a estereotipagem possui relação com diferentes sociedades, variando de acordo com suas culturas; bem como com a área de atuação do profissional de contabilidade (DIMNIK; FELTON, 2006).

Assim, os profissionais de contabilidade que exercem função pública tendem a serem vistos com bons olhos, principalmente pelas suas características aplicadas ao tipo de trabalho metódico e burocrático desenvolvido, enquanto as atividades de um profissional de contabilidade que exerce função privada podem ser estereotipadas como infeliz, ferrenho e asfíxiante (FRIEDMAN; LYNE, 2001). Como advém de representações comuns da sociedade, as facetas cognitivas mantidas na mente dos indivíduos (DUTTON; DUKERICH, 1991) seguirão por um período de tempo até ser substituída ou modificada por uma quebra de paradigma, geralmente resultante da ancoragem de novos significados (GUERRA et al., 2011) que influenciam na identidade profissional, pois nela existe uma junção de identidades pessoais e sociais (MCGIVERN et al. 2015).

É dentro desse contexto, que surgem os estereótipos, pois as pessoas, inicialmente, imaginam e definem o mundo e em seguida o observam (GUERRA, 2002). Possuindo ainda como característica uma tendência dos grupos em autovalorizar-se e desvalorizar o outro (PEREIRA, 2002). Como as sociedades possuem códigos expressos através de suas tradições e posições culturais, a estereotipia é passada através das gerações (GUERRA, 2002). Isso por que, o estereótipo é a imagem mental e coletiva dos indivíduos (LYSARDO-DIAS, 2007). Sendo a forma que a comunidade encontra para compartilhar suas conexões e garantir a identidade local, já que ambos podem compartilhar a mesma visão sobre dado assunto (FREITAS, 2012).

Por consequência, o estereótipo, fruto das re-

presentações sociais, é capaz de influenciar sujeitos, comunidades e grupos (CURTY; TAVARES, 2014). Portanto, como as representações sociais não se constituem simples opiniões de um dado grupo transferidas ao público comum, sendo assim relacionadas ao cotidiano, a representação sobre os contadores pode ser dividida, ao menos, em dois momentos: a) resultante do relacionamento dos profissionais de contabilidade com os seus usuários; b) a partir da interação do público com as notícias veiculadas pela mídia, que, em termos gerais, é uma reapropriação de seus significados (CARVALHO, 2005; MIRANDA; FARIA, 2016).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico é um conjunto sistemático de processos específicos utilizados para atingir o conhecimento (GIL, 2008). Portanto, considerando a abordagem dessa pesquisa, foram explorados o método integrado, ou seja, qualitativo e quantitativo. Já que esse método permite que sejam triangulados dados (quantitativos) em consonância com e informações e qualitativas que, posteriormente, podem ser comparados objetivando verificar convergências, contrapontos e proximidades (CRESWELL, 2013).

Neste contexto, para analisar como os cidadãos baianos veem os profissionais de contabilidade em relação às suas características e personalidade, a presente pesquisa foi dividida em quatro etapas. Sendo que a primeira fez jus a coleta bibliográfica, ou seja, a etapa em que se buscou artigos nacionais e internacionais, teses e dissertações anteriores acerca de estereótipos na profissão. Neste momento, foi também construído o questionário considerando os preceitos éticos e técnicos de pesquisa com Survey. Tal recurso foi construído com base em pesquisas anteriores (RICHARDSON, 2015; RICHARDSON et al., 2015). Os tópicos de construção do instrumento de coleta objetivaram responder os objetivos específicos, ou seja, (i) verificar o perfil dos respondentes e informações de atividade e renda; (ii) analisar a personalidade do contador e do trabalho contábil, percebida pela sociedade; e (iii) em escala, como tais características (personalidade do contador) são elencadas. Nos questionários foram utilizadas

Escala Likert de 5 pontos (1 a 5), onde 5 significou “concordo totalmente” e 1 “discordo totalmente”, porém, para fins de análise, dobramos a escala (1-10) para obter retornos mais claros.

O segundo momento do método relacionou-se à coleta de dados. Devido a Pandemia de Covid-19, visando a segurança e em obediência aos preceitos sanitários, os questionários foram aplicados apenas em plataformas digitais, sendo: (i) rede de correspondências de e-mails; (ii) redes sociais (especialmente em grupos no Facebook e compartilhamento por Whatsapp; e (iii) através do site institucional do Conselho Federal de Contabilidade. O objetivo da aplicação dos questionamentos foi obter dados sobre a visão de como a sociedade baiana percebe tanto a profissão, quanto os próprios profissionais de contabilidade, na execução de suas atividades e fora dela. Obteve-se 734 retornos. Como a população economicamente ativa do Estado da Bahia (empregados e desempregados), totalizam 7.565.585 pessoas (IBGE, 2015), em um nível de confiança de 95%, o número de respondentes esperado para que o estudo obtivesse uma amostra probabilística a fim de possibilitar a generalização dos resultados, era de no mínimo 385 pessoas, com erro amostral de margem de 5% e uma amostra mais heterogênea, já que a população baiana é balanceada, com aproximadamente 51% de mulheres e 49% de homens (IBGE, 2019).

A terceira etapa da pesquisa cumpriu a análise e tratamento dos dados. Nesse momento foram desconsiderados 262 questionários, dado

as necessidades de eliminar os efeitos de opinião de contadores, profissionais intimamente ligados à área e estudantes do curso de Ciências Contábeis que submeteram respostas. Assim, todos os questionários respondidos por: (i) graduados ou técnicos em ciências contábeis; (ii) estudantes de contabilidade; (iii) atuantes na área fiscal, departamento pessoal ou tributária, visto que são áreas que são de comum atuação de contadores foram excluídos da análise. Além disso, as respostas incompletas ou fora do escopo dos questionamentos também foram eliminadas. Contudo, ainda dentro do nível de confiança de 95%, o que permite, estatisticamente fazer inferências representando a população. Não existiram eliminações de questionários respondidos por auditores e peritos, desde que não informado o termo “contábil”, pois são áreas que outros profissionais também atuam (engenheiros, administradores, economistas, etc).

Adicionalmente, para abordagem de perfil dos respondentes e percepção social sobre o profissional de contabilidade, realizamos as análises gráficas e tabulações dos dados. No que confere a análise das escalas Likert, os retornos convertidos em escala de 1-10 foram tratados considerando metodologia propostas por Malhotra (2001) e Tresca; Rose Júnior (2000), estabelecendo um *ranking* médio (RM) das preposições, mensurando o grau de concordância ou discordância dos respondentes os questionários a partir da relação da frequência das respostas, dado que:

Tabela 1: Frequência de respondentes

Frequência de respondentes					
Opções de Preposições	X ₁	X ₂	X ₃	X ₄	X ₅
(Peso)	[2]	[4]	[6]	[8]	[10]
(Qtd.)	Qtd.1	Qtd.2	Qtd.3	Qtd.4	Qtd.5

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

O método proposto atribui pesos¹ para cada uma das unidades de medida de frequência dos sujeitos, em sentido crescente. Dessa forma, todas as respostas (em quantidade) são multiplicadas pelos respectivos pesos. Quanto mais respostas em X5 (concordo totalmen-

te), maior o índice de multiplicação (5x), bem como X1 (discordo totalmente) possui o índice mais baixo (1x). Esses resultados são somados, e apresentados ao final com uma média ponderada, o que permite analisar, em cada questionamento, a média escalar dos retornos.

1 Fórmula: Pontuação LK média = Contagem das respostas obtidas em cada item (1,2,3,4,5) * O valor da escala (2,4,5,6,8,10) / Soma da contagem das respostas obtidas em cada item (1,2,3,4,5)

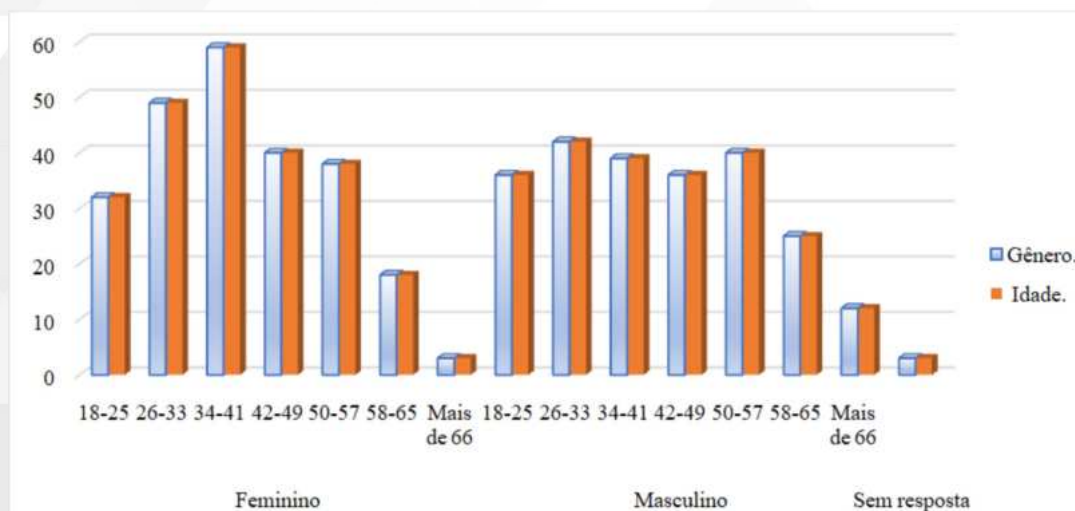
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Perfil, atividade e renda dos respondentes

A partir das adequações metodológicas e tratamento dos dados, foram obtidos 472 questionários válidos, dispersos em 73 cidades do Estado da Bahia. Para detalhar os resultados obtidos no presente trabalho, considerou-se primeiramente as informações de gênero, idade, escolaridade, área de atuação profissional,

renda mensal pessoal e familiar e uma pergunta binária para empresários (ou não) e apenas no caso de resposta positiva, o ramo e faturamento da empresa. Algumas respostas de renda média individual e familiar foram suprimidas, devido a não retornos ou irregularidades (a informação reportada não era obrigatória). Considerando as informações disponíveis, foi traçado o seguinte gráfico:

Gráfico 1: Distribuição de gênero por idade

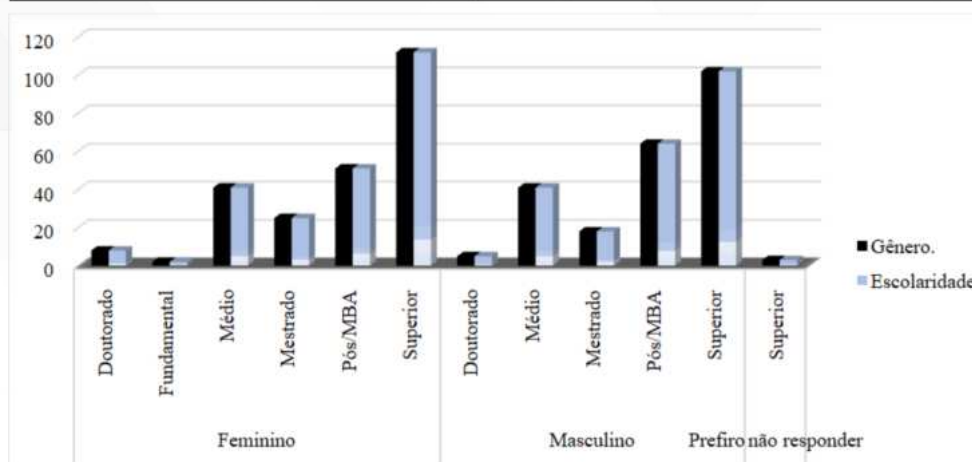


Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

O gráfico 1 apresenta um contraponto entre o gênero e a idade dos respondentes. Em suma, 50,64% dos respondentes foram do sexo feminino, o que demonstra, particularmente, uma proximidade com a própria distribuição da população de gênero do Estado da Bahia. As mulheres entre 26 a 41 anos representam 22,88% do total dessas respondentes. Em relação aos homens, a distribuição de respondentes é mais equilibrada no que concerne

à idade, exceto nas faixas 50-57 e 58-65, que possuíram menos de 6% do total de retornos (separadamente). As demais faixas de idade, estão situadas acima de 7,50%, ou seja, com ao menos, 35 respondentes (por faixa), uma média de 8,18%. Além disso, 0,64% optaram por não apresentar resposta. Para uma análise do perfil profissional dos respondentes, buscamos também analisar a distribuição da escolaridade por gênero.

Gráfico 2: Distribuição de gênero por idade



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A concentração de respondentes do nível superior ou especialista (pós-graduado) no sexo feminino é de 34,53%. Acrescenta-se que outros 5,30% da amostra de mulheres possui mestrado completo e 8,69% ensino médio. Os resultados são semelhantes em relação aos homens, visto que 35,17% desse conjunto também possuem graduação ou pós. O percentual é o mesmo para respondentes com ensino médio completo. Com esses resultados, observamos que (i) no geral, 17,80% dos retornos de questionamentos referem-se a pessoas de nível médio (ou fundamental).

Postulamos duas premissas para tais resultados: (i) como a distribuição da amostra está concentrada em pessoas de nível superior ou de nível acadêmico mais elevado, não pode-se descartar indícios de que o questionário não alcançou uma parte da população importante para generalizações dos resultados, o que seria um viés para determinar que, apesar do seguimento de rigor científico, a amostra da pesquisa é, provavelmente, não estratificada (GIL, 1999). Mas baseado na literatura, (ii) verificamos que a amostra tende a ser probabilística baseado, no mínimo, em uma amostragem

sugerida como “bola de neve”, que se encaixa bem nesse tipo de pesquisa, pois perfis específicos foram localizados para essa pesquisa (de pessoas que utilizam redes sociais), dentro da população geral. Além disso, integram a ideia de compartilhamento de contatos com as características desejadas, a partir do uso de sua rede pessoal (VINUTO, 2014). Contudo, (iii) não se pode descartar que a exposição aos questionários na própria base do Conselho, que em tese visava o compartilhamento dos questionários dos contadores vinculados ao CRC a seus clientes, pode ter causado superestimação das características populacionais.

Considerando que pessoas atuantes em áreas de negócios podem ter mais contato com profissionais de contabilidade pode existir mais (menos) estereótipos (já trata-se de um conceito pré-formado) ou ainda, por ter um *gaap* entre determinadas atividades cotidianas, não lida diretamente com o trabalho contábil, as aparências sobre o profissional de contabilidade são formadas antes mesmo de entender o trabalho contábil. Foram eliminados 38 questionários, pois não haviam resposta de salário familiar.

Tabela 2: Distribuição da amostra

Frequência	Renda mensal	Profissões e atividades
4	Acima de 50.000	Empresários de Petshop; Gerentes e CEO.
8	Entre 20.000 à 49.999	Pastores, auditores, empresários, consultores empresariais e servidores
42	Entre 10.000 à 19.999	Assistentes sociais, professores, servidores, administradores, empresários, assessores, consultores, peritos, auditores, advogados, profissionais de escritórios (em geral), T's, geocientistas, comerciantes e aposentados
71	Entre 5.000 à 9.999	Administradores, aposentados, bancários, escritores, gestores, professores, analistas, auditores, empresários, médicos, psicólogos, engenheiros, arquitetos, peritos, diretores escolares, profissionais de finanças e investimentos, autônomos, advogados, profissionais de renda com aluguéis e gerentes
83	Entre 3.000 à 4.999	Professores, administradores, aposentados, engenheiros, fisioterapeutas, pedagogos, profissionais de segurança pública, advogados, bancários, gerentes, secretários executivos, T's, analistas (em geral), empresários de seguros, gestores ambientais e consultores
180	Entre 1.000 à 2.999	Pastores, professores, representantes de ONGs, comerciantes, empreendedores, administradores, nutricionistas, matemáticos, motoristas, vendedores, profissionais da saúde, analistas (em geral), técnicos, mineradores, agricultores, secretários, profissionais da indústria, profissionais de telemarketing e estagiários
45	Até 1.000	Músicos, motoristas de aplicativo, recepcionistas, comerciantes, autônomos, domésticas, auxiliares de produção, estudantes e estagiários

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 2 apresenta a distribuição da amostra por faixa de renda. Segundo dispôs-se, a maior faixa de salário concentra profissionais que atuam com empresas. Por outro lado, 41,51% dos respondentes possuem uma faixa de salário média entre R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00 reais. No geral, são muitas profissões enquadradas, variando desde uma categoria mais técnica (agricultores, motoristas, mineiros, industriários, vendedores, tele atendentes, entre outros); de terceiro setor (pastores, representantes de ONGs); a atuações de profissionais mais próximos com atividades de empresariado (empreendedores e comerciantes, em geral).

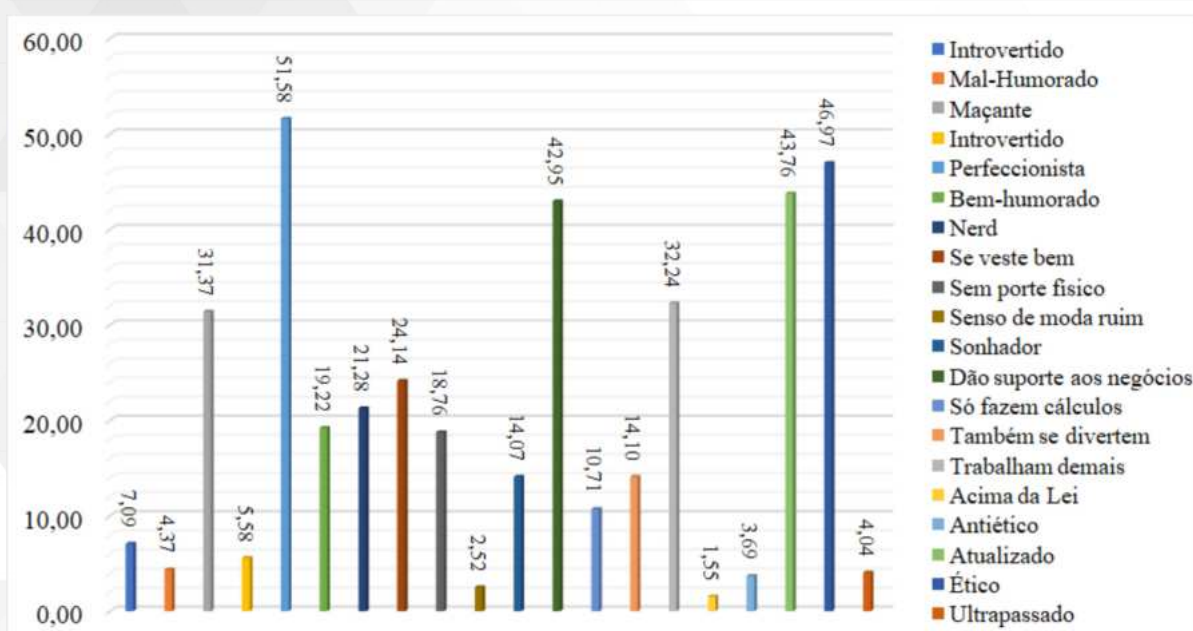
Não se pode ignorar as faixas de renda intermediárias (entre R\$ 5.000,00 à R\$ 9.999,00 e entre R\$ 3.000,00 à R\$ 4.999,00) também obtiveram uma representação satisfatória na amostra da pesquisa, com respectivamente 16,40% e 19,17%. Outra observação é que fai-

xas de rendas muito altas ou muito baixas relacionam-se positivamente com a ocorrência de menos variadas das profissões (ou ocupações). Além disso, 21,94% da amostra (95 respondentes) foram empresários, pode ser um indício que os questionários alcançaram um público muito importante para a contabilidade, já que estes consomem os seus serviços, tanto no que diz respeito a consultoria para orientar os administradores (e empresários) a tomarem decisões nas diversas áreas dos empreendimentos (MIRANDA et al., 2008) quanto para transmissão e apuração tributária, atenção previdenciária e elaboração de itens econômico-financeiro (LYRA, 2003).

4.2 Percepção da sociedade sobre o contador e o exercício da profissão

Foi estabelecido um gráfico comparativo que apresenta quais imagens foram fortemente atribuídas ao profissional de contabilidade pelo público participante.

Gráfico 3: Percepção da sociedade sobre o contador e seu exercício



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Foi obtido um total de 3.293 comentários sobre o perfil do contador, distribuídos em 4 perguntas categóricas básicas: (i) reações básicas comuns do contador (663); (ii) personalidade do contador (874); (iii) funcionalidade do dia a dia do contador (915) e (iv) atitudes comuns do trabalho contábil (841). O gráfico foi apresentado em percentual para tornar os resultados padronizados e sugerem que o perfil do profissional de contabilidade atuante no Estado

da Bahia é de um profissional perfeccionista (52,58%); ético (46,97%); atualizado (43,76%); que oferecem suporte ao curso dos negócios (42,95%); mas também trabalham demais (32,24%) e são maçantes (31,37%).

Com esses resultados pode-se admitir três parâmetros: (i) corrobora-se com estudos anteriores que admitiram que os contadores também são associados a características po-

sitivas(RICHARDSON *et al.*, 2015; TONIN *et al.*, 2020); (i) discorda de relatos antecedentes que obtiveram resultados do contador como um profissional sem humor e ascético (HOFFJAN, 2004) ou como profissionais altamente conservadores, pouco confiáveis e íntegros (FISHER; MURPHY, 1995; SMITH; JACOBS, 2011); e por fim (iii) observa que as observações variar de acordo com as características culturais de cada sociedade (FREITAS, 2012), por isso, os estereótipos podem existir (ou não) em determinada sociedade (e época) de acordo com diversos fatores contribuíveis (renda, acesso à internet, nível de escolaridade, influência midiática, entre outros), mas que, ao menos para essa pesquisa, não foram investigados.

4.3 Escala da percepção social e estatística descritiva

Uma nova análise gráfica foi construída com o objetivo de mensurar como a sociedade percebe as características anteriores, mas em

uma perspectiva escalar, ou seja, não apenas dos totais de retornos de questionários, mas considerando atribuições indicadas para cada perspectiva. As afirmativas desse tópico são, portanto, elencadas as perguntas anteriores, sendo elas: (i) contadores são confiáveis; (ii)contadores prestam atenção aos detalhes; (iii)contadores são perfeccionistas; (iv) contadores são maçantes; (v) contadores não têm espontaneidade; (vi) contadores são introvertidos; (vii) contadores são tímidos; (viii) contadores são guardiões do interesse público; (ix) profissionais de contabilidade sempre agiram de maneira ética comigo; (x)contadores fazem apenas cálculos de impostos; (xi) contadores sabem orientar sobre a saúde financeira de uma empresa; (xii) contadores sabem calcular o custo de produtos e serviços; (xii) contadores sabem formar preço de produtos e serviços; e (xiv) contadores desempenham um papel significativo em influenciar as organizações e a sociedade.

Tabela 3: Aplicação de Likert e estatística descritiva

Question	Pointing LK (\overline{M})	Mín.	Max.	1st Qu	Median	Mean	3rd Qu.	Desv.
(i)	7,49	3,49	7,89	4,81	7,13	6,39	7,60	1,53
(ii)	7,89							
(iii)	7,18							
(iv)	5,12							
(v)	4,70							
(vi)	4,70							
(vii)	4,48							
(viii)	6,84							
(ix)	7,34							
(x)	3,49							
(xi)	7,80							
(xii)	7,64							
(xiii)	7,07							
(xiv)	7,73							

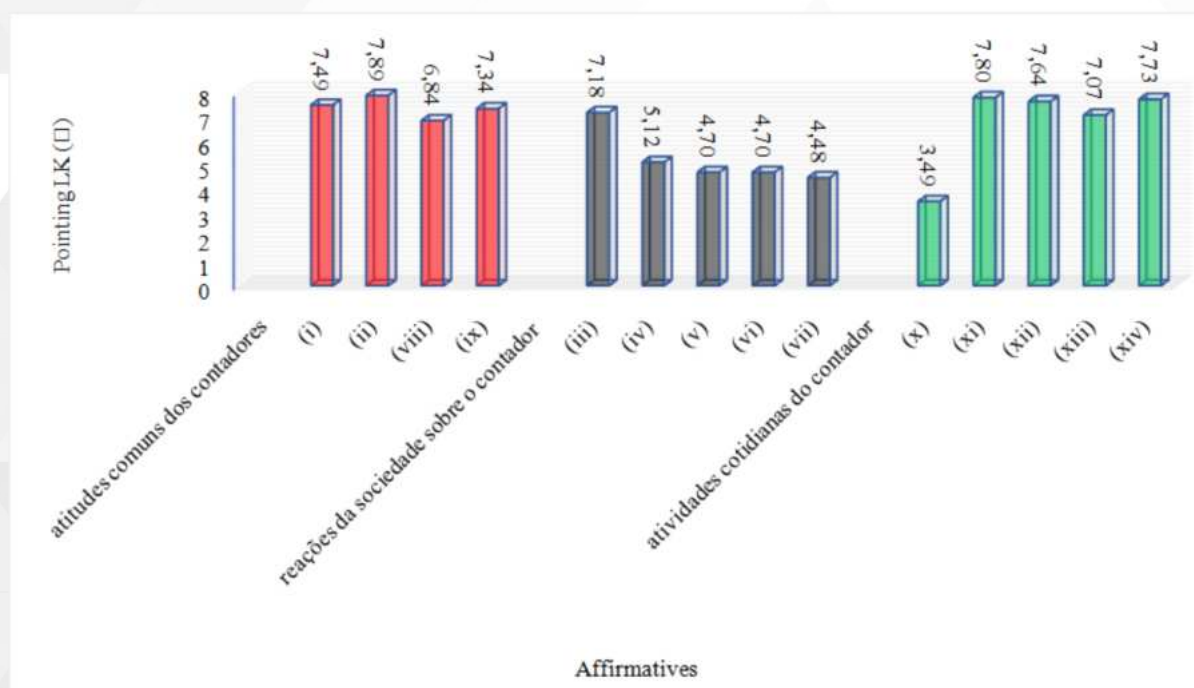
Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

A maioria das questões obteve pontuação entre 7,00 e 7,90. O número mínimo obtido foi 3,49, referente a afirmativa de que contadores fazem apenas cálculos de impostos. Sendo assim, na opinião dos respondentes, os contadores exercem atividades além do contador de feijões (FRIEDMAN; LYNE, 2001). Corroborando com o resultado, o maior retorno médio (Max.) foi em relação a afirmativa de que contadores prestam atenção aos detalhes. Em uma perspectiva analítica, esse resultado permite inferir que: (i) o

público acredita que contadores são metódicos (perfeccionistas) e até maçantes, conforme observado no Gráfico 3 ; (ii) o público entende que o contador atende as necessidades dos *stakeholders* com atenção aos detalhes (SEVERGNINI; GALDAMÉZ; MORAES, 2018). Os resultados de estatística descritiva também apresentaram média de 6,39com desvio padrão de 1,53 em que, em termos absolutos, apresentam-se mais homogêneos, pois estão condensados próximos da média.

Uma análise posterior, dado a proximidade das afirmativas com os questionamentos anteriores, também foi traçada com o objetivo de observar, mais conjuntamente, o comportamento dos resultados de Likert. Posto isso, foram realizadas classificações considerando as categorias básicas. Portanto: as afirmativas (i), (ii), (viii) e (ix) referem-se a atitudes comuns dos contadores; afirmativas (iii), (iv), (v), (vi) e (vii) aproximam-se da perspectiva das reações da sociedade sobre o profissional de contabilidade e seu exercício profissional; (x), (xi), (xii), (xiii) e (xiv) elencam-se ao tópico das atividades cotidianas do contador. Ressalta-se que não foram considerados para essa análise os questionamentos sobre a personalidade do contador.

Gráfico 4: Categorizações teóricas para análise de Likert



Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

Categoricamente, segundo os resultados médios de Likert, alcança-se as seguintes inferências: (i) estes profissionais são atenciosos aos detalhes; guardam o interesse público (porém a média nesse quesito foi a mais baixa do tópico) e tem agido de forma ética com seus clientes ou com o público, em geral. Na perspectiva das reações da sociedade sobre o contador e seu exercício profissional, em média, a sociedade baiana têm os contadores de fato como profissionais perfeccionistas. Contudo, apesar de que os resultados para os termos “maçantes”; “não espontâneos”; “introvertidos” e “tímidos” foram mais irregulares, em termos médios (escalares), menos de 48% concordam com tais estereótipos, o que confirma achados de trabalhos anteriores (ARANYA; MEIR; BAR-ILAN, 1978; BOUGEN, 1994; PARKER, 2000); MILEY; READ, 2012). No último aspecto, para mais de 70% os respondentes, nas atividades cotidianas do contador os cálculos de impos-

tos não é a única atividade realizada, mas sim o suporte de orientação sobre a saúde financeira das empresas; bem como cálculos para custeio e formação de produtos e serviços; e, no geral, o contador desempenha um papel significativo em influenciar as organizações e a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar como os cidadãos baianos percebem os profissionais de contabilidade em relação às suas características e personalidade. Principalmente analisando possíveis estereótipos criados. Para isso, foi aplicado um instrumento de coleta de dados via questionário (Survey). Obteve-se, após adequações metodológicas, 472 retornos, distribuídos em 73 municípios baianos, número considerado representativo para amostra probabilística da população economicamente ativa do Estado da Bahia a um intervalo de

confiança de 95%. Ressalta-se as respostas dos próprios profissionais de contabilidade foram eliminadas com o objetivo de obter uma amostra menos enviesada tendo em vista o objetivo do trabalho.

Através dos métodos de análise descritiva, observacional e escala Likert, foi alcançado que: (i) a maior parte dos respondentes possuem, no mínimo, nível superior completo; (ii) o perfil financeiro dos participantes é variado, e a renda média individual dos mesmos varia de 1 à quase 49 salários mínimos, sendo que nas maiores faixas de renda concentram-se profissionais empresários, CEO's e gerentes; enquanto nas menores faixas é comum pessoas de profissões técnicas, iniciantes do universo profissional e autônomos; (iii) na opinião da amostra coletada, o contador aparenta ser um profissional perfeccionista; ético; atualizado; que oferecem suporte ao curso dos negócios mas que trabalham demais e são maçantes, corroborando com estudos anteriores e com os achados de Likert que (iv) assumem há existência de prerrogativas que as atitudes mais comuns dos contadores são de profissionais atenciosos aos detalhes; guardadores de interesse coletivo, com conhecimentos além de tributos e éticos, inclusive com seus clientes, por outro lado, sugestivamente, os retornos confirmaram também que existem pessoas que atrelam a figura dos contadores a profissionais maçantes, não espontâneos, introvertidos e tímidos.

Com esses resultados, atingiu-se os objetivos do artigo totalmente, e a pesquisa colabora para o crescimento da literatura nacional acerca de estereótipos na contabilidade, bem como pode servir de instrumento de controle para órgãos de contabilidade, especialmente o Conselho Regional e ser útil para que outras áreas do conhecimento apliquem os questionamentos, ou ainda que novas pesquisas façam comparações entre a opinião do público em relação a contabilidade e outras profissões. Além disso, sugere-se para futuros estudos aplicações de métodos quantitativos para analisar o comportamento dos estereótipos por grupos de acordo com diversos fatores contribuíveis (renda, acesso à internet, nível de escolaridade, influência midiática, entre outros).

REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, C. R.; NOHARA, J. J.; PEREIRA, R. S.; TAMASHIRO, H. Representações sociais dos afro-descendentes na mídia de massa. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.
- ALBRECHT, W. S.; SACK, R. J. Accounting education: charting the course through a perilous future. **Accounting Education Series**, v. 16, 2000.
- ALBU, N.; ALBU, C. N.; GÎRBINĂ, M. M.; SANDU, M. I. A framework for the analysis of the stereotypes in accounting. **World Academy of Science, Engenharia e Tecnologia**, v. 5, n. 5, 2011.
- ALMEIDA, J. P.; AVELINO, B. C.; BRUGNI, T. V. Percepções de estudantes e egressos do ensino médio sobre o curso de ciências contábeis: uma análise sob a ótica dos estereótipos da profissão. **Race**, v. 19, n. 1, p. 127-152, jan./abr., 2020.
- ALTOÉ, S. M. L. **Fatores explicativos do work-life balance de contadores à luz da psicologia positiva**. Orientador: 2014. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Curitiba, 2014.
- AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS. **Professional competencies**. 2016. Disponível em: https://www.aicpa.org/interestareas/accountingeducation/resources/accounting-core_competencies-personal.html. Acesso em: 15 nov. 2020.
- ARANYA, N.; MEIR, E. I.; BAR-ILAN, A. An empirical examination of the stereotype accountant based on Holland's theory. **Journal of Occupational Psychology**, v. 51, n. 2, 139-145, 2000/1978.
- ARQUERO, J. L.; FERNÁNDEZ-POLVILLO, C. Estereotipos contables. motivaciones y percepciones sobre la contabilidad de los estudiantes universitarios de administración de empresas y finanzas y contabilidad. **Revista de Contabilidad Spanish Accounting Review**, v. 22, n. 1, p. 88-99, 2019.
- AZEVEDO, R. F. L. **A percepção pública sobre os contadores: "bem ou mal na foto"? Orienta-**

dor: 2010. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2010.

AZEVEDO, R. F. L.; CORNACCHIONE JUNIOR, E. B.; CASA NOVA, S. P. C. A percepção dos estudantes sobre o curso e o perfil dos estudantes de contabilidade: uma análise comparativa das percepções e estereotipagem. In: Congresso USP de Contabilidade e Controladoria, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

AZEVEDO, R. F. L.; CORNACHIONE JUNIOR, E. B., Ética profissional contábil: uma análise visual da percepção pública. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 6, n. 1, p. 19-37, jan./mar., 2012.

BEARD, V. Popular culture and professional Identity: **Accountants in the movies, Accounting, Organizations and Society**, v. 19, n. 3, p. 303-318, 1994.

BERTON, L.; SCHIFF, J. B. **The Wall Street Journal on Accounting**. Homewood, Illinois: Dow Jones-Irwin, 1990.

BLABER, Z. N.; BRADY, D. L.; GOUGOUMANOVA, G. N. Stereotypical representations of the accountant in The New Yorker cartoons through time. **Visual Studies**, v. 35, n. 4, p. 359-373, 2020.

BLABER, Z.; BRADY, D.; GOUGOUMANOVA, G. Stereotypical representations of the accountant in the New Yorker Cartoons Through Time. **Visual Studies Journal**, jun. 2020.

BOUGEN, P. D. Joking apart: the serious side to the accountant stereotype. **Accounting, Organizations and Society**, v. 19, n. 3, p. 319-335, 1994.

BROUARD, F.; BUJAKI, M.; DUROCHER, S.; NEILSON, L. C. Professional accountants' identity formation: an integrative framework. **Journal of Business Ethics**, Springer, v. 142, n. 2, p. 225-238, maio 2017.

CAGLIO, A.; CAMERAN, M.; KLOBAS, J. What is an accountant? An investigation of images. **European Accounting Review**, v. 28, n. 5, p. 849-871, 2019.

CARNEGIE, G. D.; NAPIER, C. J. Traditional accountants and business professionals: Por-

traying the accounting profession after Enron. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 3, p. 60-376, 2010.

CARVALHO, F. A. L. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CAVALCANTE, T. M. D.; CHIARO, S.; MONTEIRO, C. E. M. Construção de sentidos na escolha profissional de jovens: reflexões a partir da perspectiva sócio-histórica. **Revista Tema**, v. 15, n. 22/23, jan./dez. 2014.

CHEN, C. C.; JONES, K. T.; SCARLATA, A. N.; STONE, D. N. Does the Holland model of occupational choice (HMOC) perpetuate the bean-counter-bookkeeper (BB) stereotype of accountants? **Critical Perspectives on Accounting**, v. 23, n. 4-5, p. 370-389, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Código de Ética Profissional do Contador é atualizado**: saiba o que mudou. 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/codigo-de-etica-profissional-do-contador-e-atualizado-saiba-o-que-mudou/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CORBETT, W. J. PR challenges facing the profession. **Journal of Accountancy**, p. 112-122 ago. 1985.

CORY, S. N. Quality and quantity of accounting students and the stereotypical accountant: Is there a relationship? **Journal of Accounting Education**, v. 10, p. 1-24, 1992.

CRESWELL, J. W. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2013.

CRUZ, F. S. Os movimentos sociais e a mídia em tempos de globalização: um estudo das abordagens de jornais brasileiros e espanhóis sobre o MST e os direitos humanos. **Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 19, n. 3, 2012.

CURTY, N. A. P.; TAVARES, T. A imagem dos contadores sobre sua profissão e a Teoria das Representações Sociais: um estudo empírico na cidade de Londrina e região. In: V Congresso UFSC de Controladoria e Finanças e V Congresso UFSC de Iniciação Científica, nº de evento, 2014, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina, UFSC, 2014.

DAVIDSON, R. A.; DALBY, T. Personality profi-

les of Canadian public accountants. **International Journal of Selection and Assessment**, v. 1, n. 2, abr., 1993.

DAVISON, J.; WARREN, S. Imaging accounting and accountability. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 22, n. 6, p. 845-857, 2009.

DIMNIK, T.; FELTON, S. Accounting stereotypes in movies distributed in North America in the twentieth century. **Accounting, Organizations and Society**, v. 31, p. 129-155, 2006.

DUTTON, J. E.; DUKERICH, J. M. Keeping an eye on the mirror: Image and identity in organizational adaptation. **Academy of Management Journal**, v. 34, n. 3, p. 517-554, 1991.

DYER, R. **The matter of images**. New York: Routledge, 1993.

EVANS, L.; FRASER, I. A. M. The accountant's social background and stereotype in popular culture: the novels of Alexander Clark Smith. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, jul. 2010.

FELTON, S.; DIMNIK, T.; BAY, D. Perceptions of accountants' ethics: evidence from their portrayal in cinema. **Journal of Business Ethics**, v. 83, n. 2, p. 217-232, 2007.

FERREIRA, A.; SANTOSO, A. Do students perceptions matter? a study of the effect of students perceptions on academic performance. **Accounting & Finance**, v. 48, n. 2, p. 209-231, jun. 2008.

FISHER, R.; MURPHY, V. A pariah profession? Some student perceptions of accounting and accountancy, **Studies in Higher Education**, v. 20, n. 1, p. 45-58, 1995.

FRANCO, H. **A imagem do contador no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1994.

FREITAS, S. Príncipe ou Sapo? Os estereótipos masculinos em spots brasileiros e portugueses. **Comunicação e Sociedade**, v. 21, p. 109-122, 2012.

FRIEDMAN A, LYNE S. The beancounter stereotype: towards a general model of stereotype generation. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 12, n. 4, p. 423-51, 2001.

GALVÃO, N. M. S. Percepção dos estudantes do ensino médio acerca do profissional contábil. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 4, n. 2, p. 40-53, 2016.

GIL, A. C. **Amostragem na pesquisa social**. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUERRA, G. C. M.; SHINZAKI, K.; ICHIKAWA, E. Y.; SACHUK, M. I. A Representação Social da Profissão de Contador na Perspectiva dos Profissionais da Contabilidade. **Revista de Contabilidade e Organizações**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 157-171, 2011.

GUERRA, P. B. C. Psicologia social dos estereótipos. **Psico-USF**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 239-240, jul./dez. 2002.

HAMILTON, S. E. Exploring professional identity: The perceptions of chartered accountant students. **The British Accounting Review**, v. 45, n. 1, p. 37-49, 2013.

HARRIS INTERACTIVE. **Doctors, military officers, firefighters, and scientists seen as among america's most prestigious occupations**. 2014. Disponível em: <https://www.priintfriendly.com/p/g/cW5yvX>. Acesso em: 19 maio 2020.

HOFFJAN, A. The image of the accountants in a German context. **Accounting and the Public Interest**, v. 4, n. 1, p. 62- 89, 2004.

HOLT, P. E.. Stereotypes of the accounting professional as reflected in popular movies, accounting students and society. **New Accountant**, p. 24-25, abr.1994.

HSIAO, J. **Abordagem geracional dos fatores de escolha de carreira em ciências contábeis**. Orientador: 2013. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2013.

HUNT, S. C.; FALGIANI, A. A.; INTRIERI, R. C. The nature and origins of students' perceptions of accountants. **Journal of Education of Business**, v. 79, n. 3, p. 142-148, 2004.

IBAÑEZ, T. Representaciones sociales, teoria y metodo. In: IBAÑEZ, T. **Ideologias de la vida cotidiana**. Barcelona: Sendai, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados**. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 04 jun. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Ministério do Trabalho e Emprego**. 2015. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte.html>. Acesso em: 04 jun. 2020.

JACKSON, D. N. PEACOCK, A. C.; HOLDEN, R. R. Professional interviewers' trait inferential structures for diverse occupational groups. **Organizational Behavior and Human Performance**, v. 29, p. 1-20, 1982.

JEACLE, I. Beyond the boring grey: The construction of the colourful accountant. **Critical Perspectives on Accounting**, v. 19, p. 1296-1320, 2008.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. (org). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIPPMANN, W. **Public opinion**. New York: Harcourt, Brace, 1922.

LYRA, R. L. W. C. **Uma contribuição à mensuração do resultado econômico da decisão de investimentos em qualidade em empresas de serviços contábeis**: uma abordagem da gestão econômica. Orientador: 2003. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2003.

LYSARDO-DIAS, D. A construção e a descon-

trução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Stockholm Review of Latin American Studies**, v. 2, p. 25-35, 2007

MADSEN, P.; PIAO, J. **Is accounting a miserable job?** Hawai'i Accounting Research Conference (HARC). 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10125/64834>. Acesso em: 29 jun. 2020.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARQUES, V. A.; SALVIANO, R. A. G.; SILVA, C. E. S. O que importa na escolha pelo curso de ciências contábeis? uma análise a partir das teorias da motivação. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 10, n. 3, p. 176-197, set.-dez., 2019.

MCGIVERN, G.; CURRIE, G.; FERLIE, E.; FITZGERALD, L.; WARING, J. Hybrid manager-professionals' identity work: The maintenance and hybridization of medical professionalism in managerial contexts. **Public Administration**, v. 93, n. 2, p. 412-432, 2015.

MILEY, F.; READ, A. Jokes in popular culture: the characterization of the accountant. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 4, p. 703-718, 2012.

MIRANDA, C. S., MIRANDA, R. A. M.; ARAUJO, A. M. P. Percepções dos estudantes do ensino médio sobre o curso de ciências contábeis e as atividades do profissional contador. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 17-35, jan./abr., 2013.

MIRANDA, G. J.; LEAL, E. A.; MEDEIROS, C. R. O.; LEMES, S. Social representations of college applicants: (re)constructing the stereotype of accounting professionals. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 8, n. 1, p. 20-38, jan./abr. 2015.

MIRANDA, L. C.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R.; SATURNINO, O. Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários? **Contab. Vista & Rev.**, v. 19, n. 1, p. 131-151, jan./ mar. 2008.

MIRANDA, V. L.; FARIA, J. A. Caricaturas e estereótipos do contador: como a imagem do profissional de contabilidade vem sendo veiculada em um jornal de grande circulação no Brasil? **Race**, Joaçaba, v. 15, n. 3, p. 1087-1116, set./dez. 2016.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOURA, M. F.; PEREIRA, N. A.; MIRANDA, G. J.; MEDEIROS, C. R. O. Herói ou vilão? mudanças no estereótipo dos contadores na produção cinematográfica. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v.4, n.14, p. 129-147, 2016.

MYERS, D. G. **Psicologia social**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

NORONHA, P. L. R.; SANTANA, C. M.; NUNES, D. M. S. Percepção de classe: estudo com profissionais contadores no Distrito Federal. In: Congresso USP de Iniciação Científica, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

OLIVEIRA, D. A imagem do contador no Brasil: um estudo sobre sua evolução histórica. **Revista de Controle e Administração**, v. 3, n. 1, p. 107-127, jan./jun., 2007.

PARKER, L. D. Goodbye, number cruncher! **Australian CPA**, v. 77, n. 2, p. 50-52, 2000.

PARKER, L. D.; WARREN, S. The presentation of the self and professional identity: countering the accountant's stereotype, **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 8, p. 1895-1924, 2017.

PAUNONEN, S. V., JACKSON, D. N.; OBERXNAN, S. M. Personnel selection decisions: effects of applicant personality and the letter of reference. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 40, p. 96-114, 1987.

PEREIRA, A. C.; XAVIER, M. Q. Riscos profissionais de auditoria contábil e os avanços tecnológicos. **Revista Álvares Penteado**, São Paulo, v. 5, 2000.

PEREIRA, M. E. **Psicologia social dos estereótipos**. São Paulo, SP: EPU, 2002.

POLITELO, L.; MANFROI, L.; CUNHA, P. R. O mercado de trabalho na percepção dos concluintes do curso de ciências contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, v. 12, n. 35, p. 79-98, abr./jul., 2013.

RAFFAELLI, S. C. D.; ESPEJO, M. M. S. B.; PORTULHAK, H. A imagem do profissional contábil: análise da percepção socialmente construída por estudantes de ciências econômicas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 29, p. 157-178, maio/ago., 2016.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

RICHARDSON, P. **An investigation into accounting stereotypes**. 2015. Tese (Doutorado em Filosofia) - RMIT University. College of Business, School of Accounting, 2015.

RICHARDSON, P.; DELLAPORTAS, S.; PERERA, L.; RICHARDSON, B. Towards a conceptual framework on the categorization of stereotypical perceptions in accounting. **Journal of Accounting Literature**, v. 35, p. 28-46, 2015.

ROBBINS, S. P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

SEVERGNINI, E.; GALDAMÉZ, E. V. C.; MORAES, R. O. Satisfação e contribuição dos stakeholders a partir do modelo performance prism. **Braz. Bus. Rev.**, v. 15, n. 2, mar./abr., 2018.

SILVA, A. H. C.; SILVA, E. G. R. **Percepção dos estudantes de ciências contábeis do rio de janeiro sobre o estereótipo do profissional de contabilidade no período após a adoção do IFRS**. In: Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: AdCont, 2012.

SILVA, M. L. R.; SANTOS, N. M. B. F.; SANTOS, R. F. **Um estudo sobre o clima organizacional nos departamentos de contabilidade de empresas de grande porte**. In: Encontro da ANPAD, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SMITH, D.; JACOBS, K. Breaking up the sky: The characterisation of accounting and accountants in popular music, **Accounting Auditing and Accountability Journal**, v. 24, n. 7, p. 904-931, 2011.

SMITH, G. S. **The accountant stereotype: positive or negative?** Disponível em: <https://ssrn>.

com/abstract=2422998. Acesso em: abr. 2014.

SMITH, M.; BRIGGS, S. From beancounter to action hero. **Management Accounting**, Charter, v. 7, n. 1, p. 36-39, jan., 1999.

SPINK, M. J. P. O conceito de representações sociais em Psicologia Social. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.

TAYLOR, D.; DIXON, B. Accountants and accounting: a student perspective. **Accounting and Finance**, v. 25, p. 51 - 62, 1979.

TONIN, J. M. F.; ARANTES, V. A.; COLAUTO, R. D.; JUANIHA, A. M. The Accountant: estereótipos do contador e os efeitos na autoimagem de estudantes e profissionais contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 19, n. 1, p. 1-17, 2020.

TRESCA, R. P.; ROSE JÚNIOR, D. Estudo comparativo da motivação intrínseca em escolares praticantes e não praticantes de dança. **RBCM**, v. 8, n. 1, p. 9-13, 2000.

TREVISAN, A. M. **Contador, com todo respeito**. 2012. Disponível em: http://www.crcba.org.br/boletim/edicoes/reflexao_antoniinho.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

WARREN, S.; PARKER, L. Bean counters or bright young things? Towards the visual study of identity construction among professional accountants. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 6, n. 4, p. 205-223, 2009.

ZANARDO, G. R. **Estereótipos da profissão contábil no Brasil: uma análise dos boletins informativos do CRC-SP**. Orientador: 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, 2015.



AUTOR

ALISON SILVA FERREIRA

Contador, Mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Cândido Mendes e em Gestão Contábil e Finanças Empresariais pela Faculdade Católica Paulista. Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Anísio Teixeira (FAT) e Graduando em Administração Pública pelo Instituto Federal Baiano (IFBA). Pesquisador na área de Contabilidade Ambiental, Finanças e Educação.



AUTOR

JULIANO ALMEIDA DE FÁRIA

Professor da Universidade Federal de Sergipe, Campus Alberto Carvalho Itabaiana-Se. Doutor em Engenharia Industrial, Mestre em Contabilidade e Pesquisador e Profissional de Contabilidade.



AUTORA

SONIA MARIA DA SILVA GOMES

Professora Doutora da Faculdade de Ciências Contábeis/UFBA, desde 1991, pesquisadora da área de contabilidade para sustentabilidade, com ênfase em evidencição de mudanças e riscos climáticos e educação contábil para sustentabilidade. Vice-presidente Técnica do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA). Organizadora do livro Controladoria Ambiental publicado pela Atlas/Gen. Autora e co-autora de outros livros e vários artigos científicos.



AUTORA

MIRIAN GOMES CONCEIÇÃO

Contadora, Mestra em Contabilidade pela UFBA, Professora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Anísio Teixeira (FAT). Membro da Comissão de Contabilidade Aplicada ao Setor Público do Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRCBA). Assessora da Presidência do CRCBA. Pesquisadora em temas ligados, principalmente, à Contabilidade social e ambiental, Educação e Pesquisa Contábil e Gestão de Resíduos Sólidos. Co-autora de livro e autora de artigos científicos.



A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE NAS IES BRASILEIRAS

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de ciências contábeis das universidades brasileiras. Buscou-se, ainda, mapear a nomenclatura utilizada no componente curricular associada a sustentabilidade; sua carga horária da disciplina; se a disciplina é ofertada de forma obrigatória ou não; e o período em que o componente é ofertado. Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos e documentos disponíveis nos sites das 7 IES selecionadas dentre as 100 melhores universidades e cursos, segundo o RUF, e com as melhores notas no ENADE de 2020. Os resultados apontaram que a região sul do Brasil é aquela que mais tem proposto discussões sobre a educação para sustentabilidade; e que as nomenclaturas mais utilizadas pelas IES foram: Contabilidade Socioambiental e Educação Ambiental. Foi constatado também que as disciplinas são ofertadas com carga horária variando entre 20 e 68 horas, majoritariamente de forma optativa, no primeiro ou sexto período de curso. Esses achados permitem refletir sobre a forma com que a educação para sustentabilidade é tratada, ou não, nos ambientes universitários a fim de formar cidadãos socioambientalmente conscientes e habilitados para lidar com esses temas nos ambientes empresariais.

Palavras-chaves: Ciências Contábeis. Educação para Sustentabilidade. IES. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

Com a globalização, a ideia do capitalismo e consumo exacerbado dos recursos do planeta, principalmente os naturais não renováveis, a hipótese de que o mundo entrará em colapso, se aproxima do início da sua contagem regressiva. Com esse preâmbulo, as discussões que envolvem as questões ambientais têm sido tratadas como prioridade em inúmeros tratados, encontros, convenções e pactos no Brasil e no mundo, com o intuito de mitigar as ações antrópicas no planeta terra e evitar maiores catástrofes.

É inevitável tratar sobre as questões ambientais e as relacionar com o papel que a educação proporciona para formar cidadão conscientes para lidar com a sobrevivência da vida no planeta terra. Diversos estudiosos da sustentabilidade já reportaram a necessidade da educação em proporcionar ações efetivas que possam fornecer modificações na realidade e alcançar uma perspectiva do futuro mais sustentável, pois a compreendem como um meio que se legitima perante toda a sociedade (GALBRAITH, 1972; TILBURY, 1995; JACOBI, 2005; STERLING, 2011; CARS; WEST, 2014). A UNESCO (2015) considera que embora a educação possa não fornecer todas as respostas, é considerada como o elo de novas relações entre as pessoas e as necessidades do meio ambiente.

Problematizar o papel da educação para sustentabilidade em cursos de negócios, como a Contabilidade, é uma condição *sinequa non*, visto que esses estudantes estarão na liderança e influência das decisões empresariais e, portanto, essa temática deve ser espelhada nos seus currículos e integrada na sua missão. Tal ideia é reforçada por Swaimet al. (2014), ao alertar que existem muitas organizações que colocam uma maior ênfase nos objetivos ambientais, sociais e econômico, tentando integrá-los na sua estratégia. Logo, as escolas de negócios são as responsáveis por “produzir” o próximo conjunto de líderes que podem defender fortemente iniciativas de sustentabilidade corporativa.

As diversas pesquisas em educação para a sustentabilidade têm se debruçado em com-

preender como integrar a sustentabilidade no ensino superior nos cursos de negócios (ROOME, 2005; SCOTT; GOUGH, 2006; PORTER; CÓRDOBA, 2009; RANDS, 2009; BENN; DUNPHY, 2009; RUSINKO, 2010), pela introdução de conteúdos de educação para sustentabilidade (GRAY *et al.*, 1994; BEBBINGTON, 1997; MATHEWS, 1997; GRAY; COLLISON, 2002). Inclusive, têm surgido estudos que identificam as diversas instituições de ensino que incluíram as discussões de sustentabilidade em IES como componentes curriculares (ROVERE *et al.*, 2006; GODOY *et al.*, 2013; GUIMARÃES SANTOS *et al.*, 2020; EDWARD *et al.*, 2020; TASDEMIR; GAZO, 2020).

Com essa perspectiva, esse estudo buscou reposta para o seguinte questionamento: Qual o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis das universidades brasileiras?

Nesse sentido, buscou-se conhecer como as Universidades Federais têm abordado os conteúdos relacionados a sustentabilidade, pela: a) nomenclatura utilizada no componente curricular; b) carga horária da disciplina; c) se a disciplina é ofertada de forma obrigatória ou não; e d) período em que o componente é ofertado. Adicionalmente, procurou-se conhecer quais regiões mais têm incentivado as discussões sobre sustentabilidade nos cursos de Contabilidade e em quais as universidades.

Apesar dessas discussões já terem sido travadas no ambiente acadêmico, esse estudo objetivou trazer a distinção pela apresentação do estado da arte, visto que, rotineiramente as Instituições de Ensino Superior estão se retroalimentando de novas informações com propósito de representar de forma mais fidedigna um processo de formação que represente as reais necessidades do mercado de trabalho. Consecutivamente, este estudo apresentará um cenário que permitirá estabelecer comparações sobre o que foi possível se avançar e o que ainda precisa de atenção no campo da educação da sustentabilidade nos cursos de negócios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade

O surgimento da contabilidade veio com a necessidade do homem de fazer registros comerciais. Pensando no futuro, surgiram os registros com a finalidade de que fosse possível controlar e apurar o uso das riquezas, o controle do consumo e da produção. Conforme expresso pelo Jornal Contábil:

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros. (JORNAL CONTÁBIL, 2017)

A contabilidade é de fato tão antiga quanto a origem do ser humano, segundo Iudicibus (2000, p.29), surge na Itália com o termo “*contabilità*”. Segundo Holander et al (2014), o surgimento da contabilidade sempre foi associado à necessidade do ser humano de controlar seu patrimônio: saber o quanto se pode usar, consumir e quanto, ainda se têm que produzir, basicamente, à medida que o homem começa a adquirir maior quantidade de valores e bens.

No ano de 1494, o Frei Franciscano e professor Luca Pacioli escreve “uma seção sobre o sistema de escrituração por partidas dobradas, denominada *Particularis de Computis et Scripturis*” Hendriksen e Breda (1999 *apud* HOLANDER et al. 2014 p. 5). Essa obra consagra o Frei como “pai da contabilidade” ao correlacionar a teoria dos números positivos e negativos com a teoria contábil do débito e do crédito, conhecido como método das partidas dobradas.

A partir daí as Ciências Contábeis se modificou e se aperfeiçoou diversas vezes, até transformar-se na contabilidade tal qual conhecemos hoje. As definições de contabilidade atuais indicam que essa é uma ciência que estuda as variações quantitativas e qualitativas ocorridas no patrimônio e das entidades, englobando o conjunto de bens, direitos e obrigações e qualquer pessoa física ou jurídica que possui um patrimônio.

Com isso, surge também uma figura extremamente importante, a do contador. As princi-

pais demandas desses profissionais, tangem ao âmbito fiscal, mas não tão somente isso. O profissional contábil precisa estar dentro de um mercado econômico complexo e as informações obtidas por ele são relevantes para determinar a saúde financeira das empresas e auxiliar nas possíveis tomadas de decisões do mercado financeiro, no que incorre à empresa e aos investidores.

No entanto, esses profissionais precisam continuar se modificando para acompanhar as alterações mundiais. Uma dessas importantes mudanças é a adaptação às questões ambientais e sustentáveis, tanto na aplicabilidade prática, no dia a dia, como no ensino.

2.2 Educação para Sustentabilidade

A poluição dos rios, ciclones, enchentes, extinção de espécies, aumento no nível do mar e derretimento das geleiras são alguns exemplos dos impactos causados pelas alterações do clima no planeta. Para a UNESCO (2010), as mudanças climáticas têm gerado problemas em dimensões globais que repercutem tanto no desenvolvimento econômico, como na pobreza, por exemplo.

Uma das grandes discussões envolvendo a sustentabilidade é o papel dos agentes da sociedade para a mitigação dos problemas socioambientais, uma vez que todas as esferas sociais são corresponsáveis e devem contribuir para mitigação desses problemas. Nesse preâmbulo, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel preponderante na geração de novos conhecimentos, formulações de estratégias, apoio às ações e pesquisas constantes, a fim de fornecer caminhos para o desenvolvimento sustentável.

O *Journal of Management Education* publicou uma edição com o tema “*Greening and Sustainability Across the Management Curriculum*”, citando fortes recomendações de profissionais e acadêmicos sobre a necessidade da integração da sustentabilidade em todas as escolas de negócios no mundo (RUSINKO, 2009). A forma pela qual os assuntos de sustentabilidade têm sido inseridos na matriz curricular dos cursos de graduação de negócios se limi-

tam a inserção de componentes curriculares, que em muitos casos não chegam a ser obrigatórios (CALIXTO, 2006; BASTOS; NUNES; FREITAS, 2014; FIGUEIRÓ; RAUFFLET, 2015). Para Figueiró e Rauffet (2015), esse problema acomete também os programas de pós-graduação, em que as questões de sustentabilidade são inseridas de forma pontual, superficial e sem promover um pensamento integrado e interdisciplinar.

Nessa seara, diversos estudiosos da sustentabilidade já reportaram a necessidade da educação em proporcionar ações efetivas que possam fornecer modificações na realidade e alcançar uma perspectiva do futuro mais sustentável, pois a compreendem como um meio que se legitima perante toda a sociedade (GALBRAITH, 1972; TILBURY, 1995; JACOBI, 2005; STERLING, 2011; CARS; WEST, 2014). A UNESCO (2015) considera que, embora a educação possa não fornecer todas as respostas, é considerada como o elo de novas relações entre as pessoas e as necessidades do meio ambiente.

O papel da educação em meio às discussões sobre sustentabilidade se apresentou mais definido, de acordo com Tilbury (1995), a partir da década de 1990, devido ao aumento na preocupação com os problemas ambientais e de desenvolvimento. Nesse sentido, a maior atenção a esses problemas proporcionou o desenvolvimento de uma abordagem educacional que considerasse a melhoria ambiental e a educação para sustentabilidade em longo prazo (TILBURY, 1995).

Com esse preâmbulo, a educação para a sustentabilidade é direcionada a reorientação da educação em nível global e está fundamentada no Capítulo 36 da Agenda 21, e objetiva: proporcionar aumento da consciência pública, promover treinamento para desenvolver recursos humanos para facilitar a transição para um mundo sustentável e reorientar a educação no sentido do desenvolvimento sustentável.

Diversos estudiosos têm empreendido esforços para realizar pesquisas na área de educação para sustentabilidade. Entre eles, Bertino *et al.* (2017) procuraram identificar as principais características das disciplinas de caráter

ambiental disponibilizadas nos projetos pedagógicos, ementas e/ou grades curriculares dos cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais (UF's) brasileiras. Os resultados indicaram a existência de 39 UF's que ofertam cursos de Contabilidade na modalidade presencial; juntas disponibilizaram 58 bacharelados em Ciências Contábeis e que a maioria oferta 58 cadeiras de cunho ambiental. No entanto, a maioria das disciplinas dessa natureza são ofertadas como optativas.

Por sua vez, Dallabona *et al.* (2012) refletiram sobre a inserção da contabilidade ambiental nas matrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis. Os resultados sugeriram que ainda é incipiente e somente nove têm alguma disciplina voltada à contabilidade ambiental. Os assuntos mais contemplados nas matrizes curriculares são: legislação pertinente, marketing social/ecológico, balanço social, gestão ambiental e indicadores/relatórios ambientais e socioambientais.

2.3 A educação ambiental

Desde o surgimento da Terra, o ser humano tenta de diversas formas compreender o mundo e a natureza ao seu redor. Com isso, surgiram diversas modificações no meio ambiente, de forma que esse estivesse ao seu serviço e que pudesse ser explorado. Contudo, com o esgotamento de vários recursos e com o surgimento dos problemas ambientais, fez-se necessário entender e estudar os impactos do homem no meio ambiente e como poderia ser pensado um mundo onde existisse uma forma harmoniosa de uso e preservação do meio ambiente.

Assim, a Educação Ambiental começou a ser pensada após Rachel Carson, em 1962, publicar o livro “A Primavera Silenciosa” (*The Silent Spring*, em inglês), que retratava os problemas do uso agrícola de pesticidas químicos sintéticos na agricultura. No entanto a expressão, propriamente dita, só foi usada pela primeira vez em 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Grã-Bretanha (SILVA, 2014). A Educação Ambiental é um processo de ensino no qual o principal resultado é formar crianças, indivíduos e profissionais, preocupadas com os problemas ambientais e que de alguma forma, busquem resultados para a

proteção do meio ambiente, a resolução de problemas ambientais e principalmente a conservação e a preservação do meio ambiente. Para além disso, muitas questões, conceitos, diretrizes, objetivos, aplicações e metodologias foram abordadas ou desenvolvidas em inúmeros eventos, conferências internacionais, regionais e nacionais sobre a Educação Ambiental ou o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente (BARBIERI et al., 2011), dentre eles, três conceitos se destacam:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida (Conferência Intergovernamental de Tbilisi, 1977).

A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2.º).

A Educação Ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido à transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação (Conferência Sub-regional de Educação Ambiental para a Educação Secundária – Chosica/Peru, 1976).

Já no Brasil, ainda no ano de 1992, no Rio de Janeiro, foi criado o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades e Responsabilidade Global, no qual a Educação Ambiental foi amplamente reportada como um processo de aprendizado permanente. Desse modo, a Constituição Federal de 1988, entendendo

as mudanças mundiais em relação ao homem e a natureza, incluiu o direito fundamental a educação ambiental para promoção da conscientização crítica da importância do meio ambiente e do esgotamento dos recursos naturais para a vida no planeta. Contudo, em 27 de abril de 1999, foi estabelecida a Lei nº9.795, que conceitua a Educação Ambiental e a sua importância:

Art. 1º. Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Art. 2.º A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

No que tange ao ensino superior, foi no Rio 92 que o MEC divulgou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental em que a recomendação principal era para que o próprio MEC, com as demais instituições de ensino superior, definisse metas para a inserção das questões ambientais fossem abordadas nos currículos. Esse é um importante marco da implementação da EA no Ensino Superior. Entretanto, alguns estudos aplicados em diversas universidades e inúmeros cursos mostram que ainda não é uma questão respeitada ou uma temática amplamente abordada.

Assim, a EA surge em diversos cursos e com várias nomenclaturas, mas sempre com as mesmas temáticas centrais: os problemas ambientais, o meio ambiente e as possíveis soluções. Para a contabilidade não foi diferente, com as mudanças na sociedade capitalista e do consumo exacerbado, o processo de industrialização acompanhou as tendências de crescimento e se tornou o critério principal para empresas, negócios, governo e sociedade. Sendo assim, tornou-se também fundamental para todos o conhecimento do resultado desse processo de industrialização e os impactos causados por ele. Desse modo, a Contabilidade Ambiental surge justamente com o objetivo de contrapor os resultados das atividades das empresas com o meio ambiente e de criar uma relação sau-

dável com recursos naturais e sociais, mas de certa forma sem deixar de visar os lucros.

Mesmo com o decorrer do tempo, com as mudanças na educação, no ensino e principalmente nas questões ambientais, a EA caminha a passos curtos, não sendo amplamente discutida nem ofertada tanto no ensino fundamental e médio como no ensino superior.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho utilizou como referência as metodologias aplicadas pela pesquisa de Galleli et al. (2019) e, nesse estudo, buscou identificar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis das universidades brasileiras.

No primeiro momento, buscou-se as universidades e os cursos dentro do *Ranking* Universitário Folha (RUF). Esse ranking é uma avaliação do ensino superior de todas as universidades ativas do país, feita pela Folha desde 2012, que usa dados nacionais e internacionais e duas pesquisas de opinião do Datafolha. Enfatiza-se que os dados desta pesquisa foram coletados entre os meses de abril e agosto de 2020.

O RUF tem duas divisões, sendo um ranking de universidade e um *ranking* de cursos. Sendo assim, o primeiro refere-se à avaliação anual de 197 universidades do país, públicas ou privadas, com base em cinco critérios (pesquisa, ensino, mercado, inovação e internacionalização). Os dados são obtidos pelo Censo do Ensino Superior Inep-MEC, Enade, Inpi, Datafolha, CNPq, Fundações Estaduais de Fomento à Ciência, Capes, SciELO e *Web of Science* (FOLHA, 2019).

Já o *ranking* de curso se refere a todos os cursos presenciais não tecnológicos, nas 40 carreiras mais concorridas do país oferecidas pelas universidades, centros universitários e faculdades com maior número de ingressantes no país (de acordo com o último Senso da Educação Superior disponível), com base em dois aspectos, o ensino e a educação (FOLHA, 2019). O RUF revela qual é a melhor universidade pública ou privada do estado, qual a mais produtiva cientificamente, qual pede mais patente, qual

tem melhor aceitação no mercado e muitos outros dados.

Com isso, para que fosse possível garantir uma amostra com cursos que pudessem ser considerados referência, foi feita uma primeira análise na qual a instituição fosse classificada em ambos os *rankings* (universidades e cursos). Nesse sentido, com um universo de 197 universidades e 1021 cursos de Ciências Contábeis classificadas em seus respectivos *rankings*, foram selecionadas as primeiras 100 universidades classificadas e de mesmo modo, os 100 primeiros cursos. Essa limitação pelos 100 primeiros foi definida com base em uma metodologia já aplicada, na literatura em questão foi observado que era necessário ser feita essa limitação após algumas tentativas e observâncias de erros e acertos, para garantir que a amostra seria suficientemente representativa (GALLELI et al., 2019). Com isso, foi replicada essa limitação. Após essa primeira análise, foram classificadas aquelas universidades que estavam tanto no ranking RUF de cursos e das universidades, resultando em 60 Instituições de Ensino Superior.

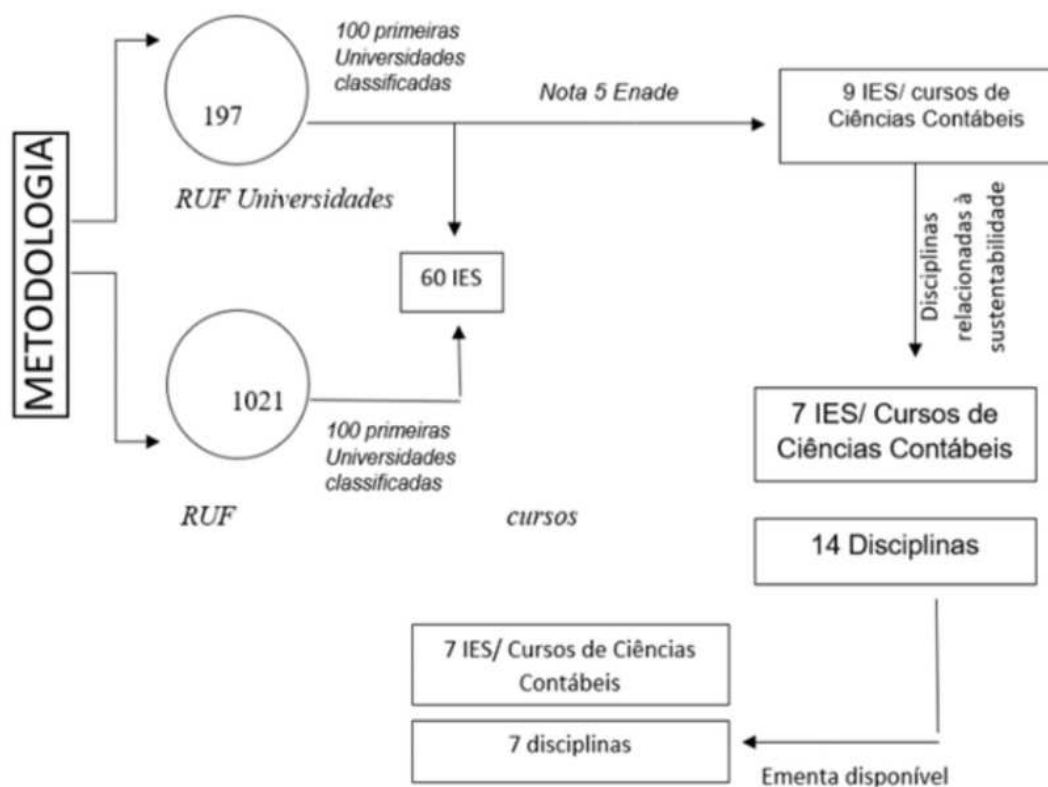
Em seguida, os 60 cursos de Ciências Contábeis selecionados foram consultados no portal E-Mec - um sistema eletrônico de acompanhamento de processos de regulamentação da educação superior no Brasil, com o intuito de coletar informações sobre as notas recebidas por essas IES selecionadas no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Além disso, o Portal do E-MEC disponibiliza diversos dados sobre cada curso das IES, dentre elas, a situação da regulação, endereço, grau, modalidade e, principalmente, indicadores de qualidade.

Com o intuito de encontrar as universidades com os melhores cursos segundo o portal do E-MEC, foram classificadas apenas as instituições que possuíam cursos com nota 5 no Enade, a nota máxima. Essa classificação foi aplicada pois, em tese, as universidades que foram mais bem avaliadas são as que possuem uma melhor qualidade de ensino, estrutura, grade e currículo escolar. Com essa filtragem, apenas 9 faculdades foram classificadas.

Em seguida foi visitado os sítios e páginas eletrônicas das 9 IES selecionadas e dos cursos classificados. Dessa forma, nos sites, foi buscada a grade curricular e a presença de disciplinas ligadas às temáticas de sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis. Nessa etapa, apenas 7 IES tinham disciplinas ofertadas ou pelo próprio curso ou por outros institutos com caráter optativo, totalizando 14 disciplinas associadas às discussões sobre sustentabilidade.

Para entender as abordagens utilizadas pelas disciplinas e ter dados mais preciso sobre a aplicabilidade delas, buscou-se pela ementa das 14 disciplinas nos projetos pedagógicos dos cursos, como em documentos próprios ofertados pela universidade e os seus endereços eletrônicos. Das 14 disciplinas encontradas nas 7 IES e cursos, apenas 7 tinham ementas disponíveis ou cadastradas. As sequências metodológicas utilizadas por esse estudo estão sistematizadas na Figura 1.

Figura 1: Sequência metodológica da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o intuito de averiguar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis das universidades brasileiras, foram analisados os projetos pedagógicos e outras informações disponíveis nos sites das sete IES selecionadas. Nesse sentido, buscou-se informações sobre a região onde se encontra as IES, o nome da IES, o ranking RUF da IES e o ranking Curso, as nomenclaturas utilizadas pelas IES, carga horária, se a disciplina é ofertada de forma obrigatória ou optativa e em qual período.

Tabela 2: Resultados das universidades e cursos de Ciências Contábeis

Região	UF	IES	Ranking RUF	Ranking Cursos	Disciplina	CH	Tipo	Período
Centro-oeste	DF	Universidade de Brasília	9'	7'	Educação Ambiental	-	optativa	-
	DF	Universidade de Brasília	9'	7'	Análise Custo Benefício Ambiental de Projetos	-	optativa	-
Sul	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5'	4'	Contabilidade e Sustentabilidade	60	optativa	-
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5'	4'	Economia e Meio Ambiente	60	optativa	-
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5'	4'	Gestão Ambiental na Empresa	30	optativa	-
	RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	5'	4'	Gestão Sócio-Ambiental nas Empresas	60	optativa	-
	PR	Universidade Estadual de Maringá	24'	20'	Contabilidade Socioambiental	68	optativa	1' sem
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	21'	34'	Contabilidade Socioambiental	60	obrigatória	6' sem
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	21'	34'	Responsabilidade Socioambiental	30	optativa	-
	RS	Universidade Federal de Santa Maria	21'	34'	Direito Ambiental	30	optativa	-
Nordeste	BA	Universidade Federal da Bahia	14'	12'	Controladoria Ambiental	68	optativa	-
	BA	Universidade Federal da Bahia	14'	12'	Ação Pedagógica Contábil-Financeira: Tecnologia Social para a Geração de Renda e Preservação Ambiental	68	optativa	-
	PI	Universidade Federal do Piauí	52'	42'	Contabilidade Ambiental	60	optativa	1' sem
Sudoeste	SP	Universidade Paulista	77'	22'	Educação Ambiental	20	optativa	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, as regiões brasileiras que mais se preocupam em discutir conteúdos relacionados a sustentabilidade em cursos de Contabilidade são: a Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente. Esse achado é consoante com os de Calixto (2006) e Varelo *et al.* (2011), que encontraram a Região Sul como aquela que apresentou maior percentual de discussões sobre sustentabilidade em cursos de Ciências Contábeis. Não foram encontrados dados que apresentassem representatividade da região Norte para o quesito analisado, por outro lado, destaca-se a preponderância da região Sul ao abordar discussões ambientais. Na discussão sobre a sustentabilidade nos cursos de administração realizado por Galelli *et al.* (2019), a região Sudeste é aquela que mais oferta oportunidade para discussões sobre a sobrevivência no planeta terra. Portanto, pode-se concluir que em cursos de Contabilidade e Administração as regiões sul e sudeste são aquelas que estão mais se destacando em formar profissionais de negócios mais instrumentalizados para lidar com as questões da sustentabilidade em ambientes empresariais e para a vida. Enfatiza-se ainda que, tanto nesse estudo quanto no realizado por Galelli *et al.* (2019), preocupantemente, não foram encontradas informações sobre a Região Norte do Brasil nas discussões sobre sustentabilidade para os cursos analisados.

É possível verificar, ainda, que, de forma geral, as Universidades públicas são aquelas que mais têm se preocupado a incluir as discussões sobre sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil. Esse dado apresenta uma preocupação visto que, segundo Araújo *et al.* (2017), é necessário que todas as IES, seja pública ou privada, estejam engajadas pela responsabilidade social, geração conhecimento e formação de profissionais para o futuro. Nesse sentido, com exceção da Universidade Paulista (Instituição privada) na região Sudeste, todas as demais encontradas dentre as 14, são públicas, tanto estaduais quanto federais. Destaca-se, ainda, a forte representatividade da região Sul por três universidades públicas: a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Estadual de Maringá. Em seguida, a região Nordeste tem discutido sustentabilidade em cursos de Contabilidade por meio de duas IES: a Universidade Federal da Bahia e a Universidade Federal do Piauí. Na região Centro-Oeste e Sudeste apenas as Universidade de Brasília e a Universidade Paulista, respectivamente, se debruçam em debater em cursos de Contabilidade a preocupação com as gerações futuras pela Contabilidade.

Ainda de acordo com os dados da Tabela 2, dentre os 7 cursos/IES analisados, foram encontradas 14 disciplinas com a temática que

envolvem a sustentabilidade. Aquelas nomenclaturas mais recorrentes foram “Educação Ambiental”, utilizada pela Universidade Paulista e Universidade de Brasília e “Contabilidade Socioambiental” pela Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal de Santa Maria. Entretanto, foram encontradas outras nomenclaturas, como: Contabilidade Ambiental; Ação Pedagógica Contábil Financeira; Tecnologia Social para Geração de Renda e Preservação Ambiental; Controladoria Ambiental; Direito Ambiental; Responsabilidade Socioambiental; Gestão Socioambiental nas Empresas; Gestão Ambiental na Empresa; Economia e Meio Ambiente; Contabilidade e Sustentabilidade; e Análise Custo-benefício ambiental de Projetos. Já nos estudos de Dallabona *et al.* (2012), os nomes mais utilizados nas disciplinas relacionadas à sustentabilidade em cursos de Contabilidade foram “Contabilidade Social e Ambiental” e “Responsabilidade Social”. Entende-se que as diferentes nomenclaturas utilizadas pelas IES variam de acordo com os diferentes enfoques e propósitos assumidos pela região que esteja localizada.

Reitera-se que dentre a amostra analisada apenas 7 IES tinham ementas disponíveis nos sites das Instituições. Ainda é importante frisar que em quatro delas são ofertadas mais de uma disciplina e que na Universidade Federal do Rio Grande do Sul são disponibilizadas 4 disciplinas para o curso de Ciências Contábeis, com a temática envolvendo sustentabilidade. Contudo, apenas na Universidade Federal da Bahia foi encontrada uma disciplina na modalidade ACCS – Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade.

Outro ponto a ser observado na Tabela 2 é a carga horária das disciplinas de 60 horas em cinco disciplinas. Já três universidades ofertam as disciplinas aos alunos com carga horária de 68 horas e quatro delas com carga horária inferior a 30 horas. Não foram encontradas informações da carga horária da Universidade de Brasília. A discussão sobre a carga horária de disciplinas relacionada à área de sustentabilidade já foi proposta pela Fundação Brasileira de Contabilidade (2009), com nome “Responsabilidade Ambiental” e com carga horária de 60 horas, com sugestão de que seja obriga-

tória e com um currículo mínimo. Acredita-se que cargas horárias baixas em disciplinas com esses conteúdos não promovam competências suficientes para que o estudante esteja habilitado para lidar com as questões sobre sustentabilidade e habilitá-los a lidar em seus ambientes de trabalho.

Foram analisados também o tipo das disciplinas que são ofertadas, se de natureza optativas ou obrigatórias. Com exceção da Universidade Federal de Santa Maria que apresenta no Projeto Pedagógico do curso como obrigatória a disciplina de Contabilidade Socioambiental, todas as demais a estruturam como optativas. Na Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal do Piauí são ofertadas no primeiro semestre e na Universidade Federal de Santa Maria no sexto semestre. Nas demais IES analisadas não foram encontradas informações sobre a carga horária das disciplinas. Esses dados são convergentes aos encontrados por Bertino *et al.* (2017), ao analisarem 39 Universidades Federais e constatarem que a maioria das disciplinas são ofertadas de forma optativa. Acredita-se que a discussão que envolve ser optativa ou obrigatória põe em xeque qual tipo de profissional a IES deseja formar, bem como a atenção e preocupação que esses profissionais possam ter em relação a sobrevivência no planeta terra.

Enfatiza-se que apenas nove IES das 60 analisadas possuíam nota 5, a nota máxima, no portal do ENADE. Levando em consideração que a prova é aplicada nas instituições de ensino superior com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conhecimentos e as habilidades necessárias para exercer a sua profissão, isso significa que na amostra em questão, somente 15% dos cursos/IES têm um currículo com nota máxima e estão, segundo o ENADE, aptos e familiarizados com os conhecimentos e habilidade necessárias. Por outro lado, 85% das universidades não possuem alunos com um bom desempenho na avaliação aplicada.

Ainda que presente, o número de disciplinas que abordam o tema em Ciências Contábeis ainda é muito pouco, mesmo com recomendações do próprio MEC. Essa é uma temática relevan-

te para o futuro, principalmente no currículo de negócios, pois, atualmente, muitas empresas usam questões ambientais como parâmetro para tomada de decisões. Para além disso, o ensino da Educação Ambiental é assegurado pela Constituição Federal de 1988, em todos os níveis de ensino no artigo 225, inciso VI:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público: VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988).

Ainda no que tange ao número de disciplinas, os resultados mostram que apenas 11,6% da amostra de 60 universidades e cursos reconhecidos pela qualidade em vários aspectos – *ranking de cursos e universidades* – estão, de alguma forma, preocupados e comprometidos com a educação ambiental. Isso claramente é muito pouco. Além disso, apenas um curso/IES era de instituição privada. Todos os demais que participaram da amostra, eram públicas e, na sua grande maioria, federais.

É importante lembrar, também, que apenas a região Norte não teve nenhum representante nos resultados da amostragem, isso é de extrema relevância pois, mostra a discrepância do ensino, evidenciando os níveis de desigualdade social, educacional e os altos níveis de desemprego e saneamento básico da região do país com maior extensão territorial (IBGE, 2010). Para além disso, relacionando tal fato com a temática da sustentabilidade, o Norte abriga os dois maiores estados em territórios do país: a Amazônia e o Pará, sendo, também, uma região de grande importância ambiental, com um dos espaços naturais mundiais com maior diversidade de fauna e flora e rico em recursos naturais e sendo motivo de debates sobre proteção ambiental e desmatamento em todo o mundo.

Já no que tange à oferta das disciplinas, todas, exceto uma ofertada pela Universidade

de Santa Maria, são de caráter facultativo, isso significa que sendo uma escolha do estudante, ela não garante a promoção da Educação Ambiental de forma ampla e verdadeira. Mesmo considerando a natureza de negócios do curso, a visão ainda é restrita no que toca à sustentabilidade, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, porque faz com que os estudantes desconsiderem as questões ambientais como de extrema relevância. Dessa forma, isso também implica perguntar por que sempre a educação ambiental é tida como algo de pequena importância e culturalmente no Brasil não é ensinada ou discutida desde o ensino básico? A resposta está provavelmente na falta de preocupação com o meio ambiente, o uso e o consumo exacerbado dos recursos naturais ligados ao capitalismo e a crença de que eles não são esgotáveis.

Contudo, um último ponto a ser observado é que embora as disciplinas sejam ofertadas para o curso de Ciências Contábeis, em grande parte, elas não eram ofertadas pelo instituto de contábeis, mas por outros institutos como o de economia e de administração. Outro ponto importante é a carga horária das disciplinas, em 4 disciplinas, a carga horária é menor que 60 horas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Gestão Ambiental na Empresa; Universidade Federal de Santa Maria – Responsabilidade Socioambiental e Direito Ambiental; Universidade Paulista – Educação Ambiental). Quanto às informações sobre os semestres em que são ofertadas, apenas três IES disponibilizaram esses dados – acredita-se que por serem disciplinas optativas, de caráter eletivo, pode ser cursada em qualquer período sem qualquer prejuízo na grade curricular.

4 CONCLUSÃO

Esse estudo teve por objetivo analisar o panorama da inserção da temática da sustentabilidade nos cursos de Ciências Contábeis em universidades brasileiras. Pela análise de sete IES e cursos resultantes das etapas metodológicas, buscou-se conhecer como as Universidades Federais têm abordado os conteúdos relacionados a sustentabilidade, por meio da nomenclatura utilizada no componente curricular; carga horária da disciplina; se a disciplina

é ofertada de forma obrigatória ou não; período em que o componente é ofertado; quais regiões mais têm incentivado as discussões sobre sustentabilidade nos cursos de Contabilidade e em quais universidades.

Foi possível constatar que entre as cinco regiões que compõe o Brasil, nenhuma Instituição de Ensino Superior do Norte do Brasil oferta aos estudantes de Contabilidade disciplinas com temas relacionados à sustentabilidade. Esse fato ratificou um problema que estudos anteriores já vêm apontando e a necessidade urgentemente de incentivos para proporcionar uma melhor formação aos alunos para os problemas atuais envolvendo a sobrevivência no planeta. Por outro lado, as IES localizadas na região Sul foram aquelas que mais têm se proposto a discutir a sustentabilidade por uma variedade de disciplinas, óticas distintas e com carga horária majoritariamente acima de 60 horas.

As nomenclaturas mais recorrentes utilizadas pelas IES foram “Educação Ambiental”, pela Universidade Paulista e Universidade de Brasília; e “Contabilidade Socioambiental” pela Universidade Estadual de Maringá e Universidade Federal de Santa Maria. As outras IES analisadas utilizaram variações que envolveram controladoria, gestão, direito, projetos, economia e ação pedagógica. As recomendações da Fundação Brasileira de Contabilidade, em 2009, sugeriram a utilização do termo “Responsabilidade Ambiental”, com carga horária de 60 horas. Entretanto, acredita-se que essas recomendações precisam ser revistas, dada as evoluções conceituais sobre a discussão sobre a educação para sustentabilidade, amparadas pelo *triple bottomline* e as atuais necessidades sociais.

As Instituições públicas se apresentaram como as que mais se propõe a incentivar as discussões em cursos de Contabilidade quando comparadas àquelas privadas. Acredita-se que o tripé - ensino, pesquisa e extensão- em que está estruturado as Universidades Públicas fa-

cilitem uma maior amplitude de discussão ao invés de uma formação meramente técnica. Já a carga horária das disciplinas ofertadas pelas IES varia entre 20 e 68 horas. Entretanto, pensa-se: qual nível de discussão é possível ser desenvolvido em disciplinas com cargas horárias tão baixas como aquelas de 20 horas?

Por fim, foi verificado que a maioria das disciplinas que envolvem as discussões sobre sustentabilidade são de natureza optativa, com exceção da Universidade Federal de Santa Maria que oferta a disciplina de Contabilidade Socioambiental, obrigatoriamente, aos alunos do sexto período. Acredita-se que a discussão da não obrigatoriedade possa invalidar debates como essa, pois não é possível determinar quantos de matricularam para cursar e se houve oferta da disciplina no semestre, por exemplo.

Sugere-se que outros estudos possam aprofundar as discussões sobre educação para sustentabilidade analisando como as Instituições de Ensino Superior estruturam as ementas dos componentes curriculares relacionando com os nomes das disciplinas, com o intuito de verificar se há diferenças entre as nomenclaturas utilizadas e as discussões propostas pela ementa. Outros trabalhos podem problematizar a relação carga horária das disciplinas de sustentabilidade com os componentes propostos com a intenção de explorar a existência de tempo hábil para executar os conteúdos oferecidos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise sócio-ambiental**. Rio de Janeiro, RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/monografia/13.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

BADR, Eid et al (org.). **Educação ambiental: conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da política nacional de educação ambiental (lei nº 9.795/99)**. Conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da política nacional de educação ambiental (LEI Nº 9.795/99). 2017. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/68692156/educa->

cao-ambiental-2. Acesso em: 21 mar. 2019.

BARBIERI, José Carlos. A educação ambiental e a gestão ambiental em cursos de graduação em administração: objetivos, desafios e propostas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 6, p. 919 a 946, jan. 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6766/5348>. Acesso em: 22 maio 2020.

BASTOS, A. T.; NUNES, J. B. C.; FREITAS, A. A. F. Educação para a sustentabilidade em cursos de graduação a distância: Análise de uma IES pública do Nordeste do Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 147-163, 2014.

BERTINO, R. M. J. et al. Contabilidade ambiental: uma análise das disciplinas ofertadas nas universidades federais brasileiras. In: V Conferência Sulamericana de Contabilidade Ambiental Valores Humanos e Consumo Sustentável, 5., 2017 Brasília, DF. **Anais...** Brasília: 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 20.

BRASIL. **Decreto nº 3.847, de 25 de junho de 2001**. IPI incidente sobre os produtos que menciona, Brasília, DF, 2017. Disponível em: http://www.imprensa nacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887. Acesso em: 16 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 15 de julho de 2012**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 fev. 2020

CALIXTO, Laura. O ensino da contabilidade ambiental nas universidades brasileiras: um estudo exploratório. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 2, p.65-78, set./dez. de 2006. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/131>. Acesso em: 03 jun. 2021.

CARNEIRO, Juarez Domingues et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. Brasília: Fundação

Brasileira de Contabilidade, 2009.

CARS, M.; WEST, E. E. **Education for sustainable society**: attainments and good practices in Sweden during the United Nations Decade for Education for Sustainable Development (UNDESD). Environment, Development and Sustainability, 2014.

CONHEÇA a origem e a história por trás da contabilidade. **Jornal Contábil**, 2017. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/conheca-origem-e-historia-da-contabilidade/>. Acesso em: 07 dez. 2019

CHULIÁN, Manuel Fernández. **Evolução e teoria da contabilidade**: análise da concepção acadêmica a luz da ciência contábil. p. 241-265

DALLABONA, L. F.; CUNHA, P. R. da; RAUSCH, R. B. Inserção da área ambiental na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis: um estudo das IES da região Sul do Brasil. In: XII Congresso Internacional de Custos, 12., 2012, Punta del Este. **Anais...** Punta del Este: 2012.

FIGUEIRÓ, P.S., RAUFFLET, E. Sustainability in higher education: a systematic review with focus on management education, **Journal of Cleaner Production**, 2015.

FOLADORI, Guillermo F. Advances and Limits of Social Sustainability as an Evolving Concept. **Canadian Journal of Development Studies**, [s. l.], p. 501-510, 2005. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Advances-and-Limits-of-Social-Sustainability-as-an-Foladori/d320bf16a35065b5129881097a1e-745b5c0a357b>. Acesso em: 30 maio 2020.

GALBRAITH, K. **The New Industrial State**. 2. ed. London: Penguin Group, 1972.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino; HERRERA, Carolina Bohórquez; CRUZ, Myrthaniade Souza. **Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração**: um estudo de caso. São Paulo, Brasil: [s. n.], 2013. P. 119-153. v. 14. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ram/v14n3/a06v14n3.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. 2010. dis-

ponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9754&t=resultados>.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educ. Pesqui.**, v.31, n.2, p. 233-250, 2005.

REPORT and Declaration of the Presidents Conference (1990). [S. l.], 2015. Disponível em: <http://ulsf.org/report-and-declaration-of-the-presidents-conference-1990/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

RUSINKO, C. A. Integrating Sustainability in Management and Business Education: A Matrix Approach. **Academy of Management Learning & Education**, Local, v. 9, n. 3, p. 507-519, 2009.

SILVA, EleandraHolander da et al. **Evolução e teoria da contabilidade**: análise da concepção acadêmica a luz da ciência contábil. 2014. Disponível em: <https://fapb.edu.br/wp-content/uploads/sites/13/2018/02/ed4/6.pdf>. Acesso em: 03 maio 2020.

STERLING, S. Transformative Learning and Sustainability: sketching the conceptual ground. **Learning and Teaching in Higher Education**, v. 5, 2011.

TALLOIRES Declaration. 2015. Disponível em: <http://ulsf.org/report-and-declaration-of-the-presidents-conference-1990/>. Acesso em: 15 abr. 2020.

TILBURY, D. Environmental Education for Sustainability: defining the new focus of environmental education in the 1990s. **Environmental Education Research**, v. 1, n. 2, p. 195-212, 1995.

Um pouco da História da Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/se-cad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2019.

UNESCO. **Climate Change Education for Sustainable Development**: the UNESCO Climate Change Initiative. Paris: 2010. 20 p. Disponível em: <https://www.gcedclearinghouse.org/node/511?language=fr>. Acesso em: 04 jun. 2021.

UNESCO. **Educação para o desenvolvimento sustentável**: objetivos de aprendizagem. Brasília: Representação da UNESCO no Bra-

sil, 2015. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002474/247444e.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2021.

VARELO, Elaine Machado et al. Ensino da contabilidade ambiental nas instituições de ensino superior brasileiras. **II CSEAR Conference**, Ribeirão, v. 2, 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/131>. Acesso em: 03 jun. 2021.



AUTOR
JOSÉ HILTON SANTOS AGUIAR
Doutorando em Administração pela Universidade Federal da Bahia; Mestre e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Bahia.



AUTORA
JULIANA BLANCO SALES
Graduanda UFBA no bacharelado interdisciplinar em humanidades, com área de concentração em estudos jurídicos e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Contabilidade de Gestão da Faculdade de Ciências Contábeis da UFBA, com bolsa Fapesb.



MENSURAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS CUSTOS AMBIENTAIS: ESTUDO EM UMA INDÚSTRIA DE PAPEL DE FEIRA DE SANTANA-BA

RESUMO

Os custos ambientais podem ser definidos como todos aqueles que estão relacionados, direta ou indiretamente, à preservação do meio ambiente por uma entidade. Estudos científicos apontam que um quantitativo restrito de organizações faz uso de instrumentos para a mensuração e a divulgação deles. Nesse contexto, a Controladoria Ambiental poderá contribuir, a fim de propiciar informação de relevância para a empresa. A presente pesquisa, valendo-se metodologicamente de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, tem o escopo de perquirir como os custos ambientais são mensurados e divulgados por uma indústria do setor de papel situada no município de Feira de Santana (BA). Os resultados revelaram que a empresa faz a mensuração dos seus custos ambientais por um centro de custos controlado pelo responsável do setor de meio ambiente, mas os resultados são mensurados e classificados de forma restrita. Ademais, a sua divulgação não tem ocorrido de forma satisfatória. Diante dessa realidade, entendeu-se, para o estudo in loco, que as informações sobre custos ambientais são insuficientes ou até inconsistentes. Por outro lado, um sistema de Controladoria Ambiental para a organização seria oportuno, a fim de auxiliar a gestão ambiental da companhia com mais efetividade.

Palavras-chave: Custos Ambientais. Controladoria Ambiental. Indústria de Papel.

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao impacto ecológico da atividade empresarial influenciam o desenvolvimento dos negócios. Um dos exemplos se refere à identificação, à mensuração e à divulgação de custos ambientais decor-

rentes do processo produtivo das organizações. Logo, é na área de Controladoria que se pode evidenciar meios eficazes para a gestão ambiental e, nesse contexto, a Controladoria Ambiental poderá auxiliar a gestão de custos. Nessa direção, a Contabilidade contribuirá

com informação contábil de natureza ambiental e as empresas poderão obter instrumentos para a avaliação e a tomada de decisão. De modo geral, a Contabilidade demonstra o inter-relacionamento entre as entidades e o meio ambiente, o que evidencia como o patrimônio é afetado pelos aspectos ambientais e como pode agir ou eliminar as agressões ao meio ambiente, promovendo, assim, sustentabilidade (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Segundo Bergamini Junior (2000), a Contabilidade Ambiental é uma subdivisão individualizada dentro da área contábil, dando ênfase, portanto, a efeitos e a impactos ambientais oriundos das transações comerciais realizadas pela empresa. Em suma, ela é entendida não como uma “nova contabilidade”, mas, como um segmento da Contabilidade tradicional. Assim, os custos ambientais correspondem a todos os gastos relacionados, direta e indiretamente, à proteção do meio ambiente e que serão ativados em função da sua vida útil. Isso posto, assume-se que os custos ambientais estão presentes desde o início do processo produtivo até à finalização. No segmento de empresas de papel e celulose, Tinoco e Kraemer (2004) lembram que tal setor produz agressões ao meio ambiente, das quais destacam-se: agressões aos micro-organismos e mananciais; ar carregado, proveniente de descargas atmosféricas; descargas hídricas; disposição de resíduos sólidos e geração de compostos orgânicos colorados, por exemplo. Essas agressões ao meio ambiente justificariam, pois, um sistema de custeio ambiental eficiente para as organizações em tela.

Rossato, Lima Trindade e Brondani (2009) estudaram a identificação, as formas de reconhecimento e a evidenciação dos custos ambientais, bem como a sua relevância no processo decisório na organização CVI Refrigerantes Ltda. Essa, por sua vez, reconhecia os seus custos ambientais por um centro de controle de recursos, mas não os divulga nos seus relatórios contábeis, perdendo a oportunidade de criar informação relevante para usuários internos e externos. Fonseca, Costa e Barbosa (2015) demonstraram que, nas indústrias de papel e celulose por ele estudadas, não se tinha

sido feita qualquer forma de demonstração de custos ambientais. A partir dessas pesquisas, fica manifestado que os sistemas de custeio em indústria de papel são pouco explorados e utilizados, embora se registre demanda, em função da diversidade de custos ambientais decorrentes dos processos produtivos dessa atividade específica. Nesse contexto, a Controladoria Ambiental surge como instrumento eficaz na gestão ambiental. Para Gallon, Pfitscher, Alberton, Limongi, Rosa e Rocha (2007), um processo decisório coerente parte de um controle e uma divisão das atividades dentro da empresa, tendo como *start* as informações angariadas pela Controladoria, tanto no ambiente interno como externo para os gestores.

O assunto custos ambientais tem sido objeto de interesse em diversos fóruns, especialmente no âmbito acadêmico, a saber: Ruthes, Ceretta e Ruthes (2006); Pletsch, Brighenti, Silva e Rosa (2015); Machado, Oliveira, Toledo Filho e Costa (2015); Gallon, Salamoni e Beuren (2008) e Moraes, Theis, Vier e Schreiber (2017), que investigaram, especificamente, o setor industrial. Dessa forma, a Controladoria Ambiental auxilia na identificação, na mensuração, na compilação, na análise e na interpretação dos dados ecoeficientes da organização com o objetivo de gerar informação relevante (GOMES; GARCIA, 2013). Dentre essas informações, encontram-se os custos ambientais que, sendo bem analisados, podem suscitar reduções de custos ou até mesmo receita para a organização. Isso posto, essa pesquisa indaga até que ponto são mensurados e divulgados os custos ambientais em uma indústria de papel. Com o intuito de responder à problemática, o presente estudo tem como objetivo maior verificar como são mensurados e divulgados os custos ambientais em cada etapa do processo produtivo do papel em uma indústria situada em Feira de Santana, no estado da Bahia.

Diante do exposto, essa pesquisa se justifica por possibilitar a discussão das questões que envolvem os custos ambientais nas organizações empresariais, bem como aponta o crescimento da Contabilidade Ambiental, em função dos seus desafios quanto à aplicabilidade, à identificação e à mensuração dos custos

ambientais (e a sua respectiva manutenção). Esse estudo busca ampliar a discussão acerca da importância da mensuração e divulgação de custos ambientais, especialmente no setor industrial, de maneira a contribuir com esse segmento para a alocação adequada dos custos, de modo a propiciar a otimização na formação do preço dos produtos.

O presente artigo se justifica no âmbito social pela teoria apresentada por Gomes e Garcia (2013) acerca da pobreza e do desenvolvimento humano: o presente conceito foi incorporado pelos organismos multilaterais que influenciaram o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que visava, dentre outras coisas, garantir a sustentabilidade ambiental. No âmbito prático, recorre-se ao conceito explorado por Gomes e Garcia (2013) de mercado e teoria neoclássica. Metodologicamente, a pesquisa se classifica como qualitativa, por ter priorizado a identificação, a mensuração e a divulgação dos custos ambientais, a partir de um estudo de caso, em uma empresa do setor industrial, tendo sido adotada atividade de campo guiada por entrevista estruturada com a responsável pelo setor de meio ambiente da organização. Ademais, foram obtidos documentos e relatórios de gestão e contábeis da organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA, GESTÃO E CONTROLADORIA AMBIENTAL

Para Benites e Polo (2013, p. 201), “A sustentabilidade é como um guia de orientação para fazer negócios num mundo interdependente, indicando novas maneiras de proteger a empresa contra riscos ambientais, financeiros e sociais, de dirigir a empresa com maior eficiência e produtividade”. Os autores complementam que a sustentabilidade pode ser indicada como “novas maneiras de proteger a empresa contra riscos ambientais, financeiros e sociais, de dirigir a empresa com maior eficiência e produtividade”. Ainda no contexto da sustentabilidade organizacional ou corporativa, ela pode ser dividida nas seguintes dimensões: social, econômica e ambiental. Essas dimensões são conhecidas como o tripé da sustentabilidade organizacional (*triple bottomline*). Além disso, como fonte de informa-

ções úteis para a tomada de decisão em relação aos eventos incorridos nas atividades relacionadas à sustentabilidade, as empresas podem utilizar a Contabilidade (VELLANI; RIBEIRO, 2009). Dessa forma, a Contabilidade é vista como instrumento de gestão da organização.

O conceito de *triple bottomline*, discutido por Donaire (2012), indica que o desenvolvimento sustentável é apoiado em três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. De mais a mais, a sustentabilidade está integrada em todos os âmbitos da organização. No estudo realizado por Oliveira *et al.* (2012), os conceitos de *triple bottomline* foram idealizados no contexto organizacional, por um estudo que tinha o escopo de avaliar a inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico. Assim, foram utilizados conceitos de sustentabilidade pelos modelos de *balanced scorecard* e *triple bottomline*. Depreende-se que o conceito de sustentabilidade corporativa vem se consolidando como uma abordagem relevante para a gestão ambiental. Nesse contexto, a noção de sustentabilidade nas organizações tem se configurado como um diferencial de estratégia empresarial. A partir do exposto, chega-se ao entendimento de que a gestão ambiental se encontra integrada à gestão organizacional e às ações de sustentabilidade corporativa, com vistas a atuar nas questões ambientais decorrentes da atividade produtiva, de maneira que o impacto não ultrapasse os limites do local em que aquela organização se encontra.

2.2.1 Controladoria Ambiental

A Controladoria pode ser descrita como um sistema de auxílio para a gestão de uma organização, dando a ela o suporte para que alcance seus objetivos. Borinelli (2006, p. 105) recorda que a “Controladoria é um conjunto de conhecimentos que se constituem em bases teóricas e conceituais de ordens operacional, econômica, financeira e patrimonial relativas ao controle do processo de gestão organizacional”. De acordo com Nascimento e Reginato (2010), a Controladoria é um ramo de conhecimento que proporciona base teórica com função de melhorar a

visão quanto à amplitude desses controles internos e, como setor organizacional, busca promover o controle, tendo em vista os objetivos da organização.

Para Carvalho (1995, p. 147), a Controladoria não tem a função de planejar as atividades de todas as áreas da empresa, nem avaliar e controlar, de forma exclusiva e terminal, o desempenho dela e dos seus gestores. A partir disso, compreende-se que os processos de planejamento e de controle da organização podem ser monitorados pela Controladoria, pela adoção de medianes sistemas de controle. Os sistemas de controle ambiental têm como objetivo auxiliar no controle de informações ecoeficientes, ofertando informações fidedignas sobre questões ambientais que surgem à Controladoria Ambiental, assim como aduz Gomes et al. (2012, p. 9):

A controladoria ambiental deve fornecer informações para cumprir cinco objetivos gerais: (a) permitir a formulação de estratégias e dos planos de ações de longo prazo sobre as questões socioambientais; (b) possibilitar as decisões sobre a utilização dos recursos pelas atividades, com ênfase tanto no cliente quanto no preço; (c) o planejamento e controle de custo das ações socioambientais que compõem o Sistema de Gestão Ambiental da Empresa; (d) mensuração da performance e avaliação dos impactos socioambientais; e por fim (e) elaborar e divulgar as informações socioambientais em conformidade com os princípios contábeis e das legislações societárias e fiscais.

Dessa forma, a missão da Controladoria Ambiental é fornecer informações que permitam à gestão tomar decisões sobre questões ambientais da organização. No caso das indústrias de transformação, nas quais o consumo de matérias-primas advindas dos recursos naturais é mais intenso, é salutar recordar que as questões ambientais, como a degradação excessiva do meio ambiente e a escassez dos recursos naturais, demandam a adoção de estratégias com vistas à redução dos impactos ambientais decorrentes da atividade produtiva.

Na visão de Oleiro e Schmidt (2016), as empresas que geram um grande impacto ambiental deveriam preocupar-se em divulgar informações de cunho ambiental nos seus relatórios. Essa visão reforça que as práticas de Contabilidade Ambiental deveriam ser incorporadas pelas organizações. Diante do exposto, entende-se que a Contabilidade Ambiental tem destaque no que tange à sua evidenciação nas organizações. Mesmo sem a obrigatoriedade regulatória no Brasil de divulgação das informações socioambientais, há empresas brasileiras que já têm tal prática nas rotinas e muitas compreendem que a não evidenciação se torna uma desvantagem competitiva no meio empresarial (MUSSOI; VAN BELLEN, 2010). Destarte, a Contabilidade Ambiental tem a sua presença, na organização, pela relevância e pela importância das informações que são mensuradas, demonstradas e divulgadas, mesmo sem a exigência dos agentes reguladores do país.

Tisott e colaboradores (2018) lembram que o reconhecimento e a divulgação das ações socioambientais são práticas cada vez mais frequentes entre as empresas que se utilizam de vários meios para divulgar suas ações socioambientais, a citar, por exemplo, o balanço social e os relatórios de sustentabilidade.

Altoé e colaboradores (2013) apresentam uma perspectiva da evidenciação ambiental para as organizações de siderurgia e metalurgia listadas na B3, sendo ela a Bolsa de Valores oficial do Brasil, sediada na cidade de São Paulo, tendo, pois, como documentação analisada as notas explicativas divulgadas de forma voluntária. Como resultado da pesquisa, concluíram que, das 13 companhias que compuseram a amostra, foram divulgadas 282 sentenças no período ponderado, tendo o setor siderúrgico o maior número de categorias ambientais. Ainda tratando sobre demonstrações divulgadas por meio de relatórios de empresas com participação na Bolsa de Valores oficial do Brasil (B3), Araújo, Lima Filho e Santos (2018) apresentam um estudo sobre a evidenciação ambiental de empresas do segmento de matérias básicas, incluindo, assim, como período analisado, os anos de 2014 a 2016. O estudo trouxe como resultado o fato de que somente dez empresas desse segmento fizeram a di-

vulgação dessa informação, mostrando, com isso, que os relatórios de sustentabilidade, para esse segmento, são pouco divulgados.

Pelo estudo de Pletschet *al.* (2015), é possível observar a evidenciação ambiental pela perspectiva das organizações que participam do Grupo A da dimensão Ambiental do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, em que ficou evidente que as exigências legais contribuíram para a adequação das empresas em campo ambiental, visando melhorias na sua política, gestão, desempenho e cumprimento legal. Diante do que foi apresentado nos estudos anteriores, observou-se que não há um padrão de uniformidade para evidenciação ambiental nas organizações: algumas empresas adotam com robustez sua divulgação e políticas de gestão ambiental e outras, no entanto, divulgam quando há imposição legal, despreocupando-se com possíveis benefícios de uma gestão ambiental estruturada.

2.2 Definições, características e classificações de custos ambientais



Por definição, os custos podem ser descritos como o valor que em dinheiro se possa imprimir ou o equivalente em dinheiro, sacrificado para produtos e serviços que se espera que tragam um benefício atual ou futuro à organização (HANSEN; MOWEN, 2003), sendo, assim, uma realidade em qualquer organização. Em suma, deverão ser mensurados, classificados e divulgados de forma adequada, de maneira a possibilitar otimizar o processo produtivo da empresa. Martins (2013, p. 206), ao citar Porter e Van Der Linde (1995), recor-

da que o investimento no meio ambiente pode reduzir custos de produção, evitar desperdícios e ineficiência no consumo de energia e matérias-primas, bem como melhorar a imagem da empresa e dos seus produtos frente ao consumidor, ou seja, revertem-se os custos em benefícios.

Dessa forma, os custos ambientais podem ser classificados como um subgrupo dos custos que são incorridos pela empresa, eles não são custos distintos dos demais da organização e estão integrados aos fluxos materiais e monetários que existem na empresa (TINOCO; KRAEMER, 2004). Logo, depreende-se que os custos ambientais se referem a um subgrupo dos custos que são incorridos em qualquer organização. Para Santos *et al.* (2001, p. 93), a classificação dos custos ambientais pode ser: internos (privados) e os custos externos (sociais). No seu entendimento, os custos internos são aqueles tradicionais contabilizados ao longo do processo produtivo, os quais servem de base para a determinação do preço de venda dos produtos e os externos são aqueles custos gerados pelo impacto da atividade da empresa no meio ambiente e na sociedade, os quais a companhia não se responsabiliza financeiramente.

Os custos ambientais poderão ser classificados de amplas formas, porém, na sua essência, estão ligados ao processo de preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais (FONSECA; COSTA; BARBOSA, 2015). A sua gestão deve ser trabalhada em uma organização de maneira integrada e conjunta com as várias áreas e setores da organização, como, por exemplo: setores de finanças, de gestão ambiental e de contabilidade. Como recordado na pesquisa, Moraes *et al.* (2017), quando estudaram indústrias químicas, quanto aos resultados, concluíram que a questão financeira é o principal fator motivador para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis. A partir do exposto, diversas são as classificações de custos ambientais e, dentre elas, as que são apresentadas pelo Quadro 1.

Quadro 1 - Classificação dos custos ambientais

Classificação dos custos ambientais	Interpretação
CUSTOS DE CONTROLE AMBIENTAL	
CUSTOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	São custos procedentes para prevenir a produção de contaminantes; as atividades e/ou desperdícios causam danos ao meio ambiente.
CUSTO DE DETECÇÃO AMBIENTAL	Visam analisar se os processos e/ou produtos cumprem normas de procedimentos determinados por leis (normas e procedimentos próprios da empresa), se processam por auditorias ambientais e averiguações nos produtos.
CUSTOS DE FALHA DE CONTROLE AMBIENTAL	
CUSTOS DE FALHAS AMBIENTAIS INTERNAS	São custos de atividades executadas, já que contaminantes e desperdícios foram produzidos, mas não descarregados no meio ambiente.
CUSTOS DE FALHAS AMBIENTAIS EXTERNAS	Consiste em verificar os custos de atividades executadas após descarregar contaminantes no meio ambiente.

Fonte: Quadro adaptado de Azevedo (2003) apud Pinto et al. (2004) e Ribeiro (2010)

O Quadro 1 sintetiza as diversas formas de classificação que os custos ambientais apresentam, dos custos comumente conhecidos, como os ligados ao processo produtivo, como, também, os que atingem o meio ambiente pós-produção, mostrando, assim, a versatilidade e a importância da sua mensuração para a organização.

2.3 Estudos anteriores sobre os custos ambientais no setor industrial

É válido destacar estudos anteriores sobre os custos ambientais nas indústrias, como, por exemplo, a pesquisa de Ruthes, Ceretta e Ruthes (2006), que retratou a reutilização dos resíduos em uma indústria metalúrgica, na qual se utiliza os seus resíduos industriais para a construção de caçambas usadas para a coleta de materiais recicláveis. Foi feito um estudo de caso, mas não foi revelada a localização da organização. Como resultado, registrou-se que um custo ambiental pode se tornar um bem para a empresa. No caso dessa organização, o custo de uma caçamba tradicional, que custaria R\$ 502,92, cai para R\$ 218,37, com a reutilização dos materiais que seriam vendidos por um valor abaixo do seu valor de compra.

Pletsch et al. (2015) empreenderam o mapeamento e a análise da produção científica nacional de Contabilidade, bem como os custos ambientais nas principais revistas e anais da área do conhecimento em questão, no período de 2011 a 2017. Foram selecionados artigos

da plataforma CAPES que obtiveram Qualis A ou B, o que indica uma maior qualidade e foram selecionados artigos de eventos que possuíam classificação E1. Como resultado, houve a constatação da preferência dos autores pela abordagem empírica com relação ao estudo de custos e Contabilidade Ambiental, o que representou 84,21% das publicações, sendo os demais assim representados: 5 são bibliométricos; 3 teóricos e somente 1 teórico-empírico.

Os custos ambientais, com base no princípio do poluidor-pagador, foi o foco da pesquisa desenvolvida por García de Jalón et al. (2017). Aplicado nos estudos de caso dos rios na Espanha, Reino Unido e Noruega, o procedimento visa estimar os custos ambientais da regulação da vazão e, de acordo a necessidade, agregar complemento às atuais tarifas de água aplicadas a rios represados. Na análise, os autores relatam que, embora a regulação do fluxo pelo represamento do rio seja um dos impactos mais relevantes nos ecossistemas dulcícolas, os custos ambientais não estão contidos corretamente no preço da água. Argumenta-se que ao inserir dispositivos para calcular os custos ambientais, pode-se ter uma melhor racionalidade na gestão dos recursos hídricos.

Machado et al. (2015) buscaram identificar como as empresas que pertencem ao setor de papel e celulose, listadas na B3, têm evidenciado os seus custos ambientais. Para tal,

foi realizada uma pesquisa documental por intermédio dos relatórios de administração, por notas explicativas e demonstrações contábeis. O estudo demonstrou que não houve qualquer evidenciação de custos ambientais por parte das organizações, todavia foram identificadas práticas de gestão ambiental e certificações, dentre outros aspectos.

O estudo realizado por Fonseca, Costa e Barbosa (2015) teve como objetivo identificar as informações relacionadas aos custos ambientais nos relatórios de empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Para a realização dele, adotou-se a pesquisa documental em função das demonstrações contábeis, dos relatórios de sustentabilidade, das notas explicativas e dos relatórios da administração durante os anos de 2010 a 2014. O estudo revelou que os custos ambientais aparecem principalmente nos relatórios de sustentabilidade, de forma qualitativa, não fazendo parte dos relatórios contábeis obrigatórios.

Com o objetivo de descrever as práticas de custos do ciclo de vida (LCC – *Life Cycle Costing*), Hochschorner e Noring (2011) realizaram um estudo em algumas organizações suecas, nas quais foram investigadas prováveis mudanças para determinar se os custos ambientais internos e externos são considerados no LCC. Como resultado, a pesquisa apresentou que a inclusão desses custos se difere entre as organizações, até mesmo quando os custos ambientais são considerados nem todos são imputados.

Gallonet *al.* (2008) objetivaram, no estudo, compreender o processo de fabricação do papel reciclado, como também identificar ações relacionadas aos custos ambientais. Para a obtenção dos dados, os autores utilizaram o método de estudo de caso em uma indústria de papel e celulose localizada no Estado de Santa Catarina (SC). Como resultado, entende-se como correto o tratamento dos resíduos ambientais, visto que, na sua maioria, eles retornam ao processo produtivo como matéria-prima.

No estudo idealizado por Moraes *et al.* (2017) foram analisados os custos ambientais relacionados à gestão de resíduos em indústrias químicas que se localizam na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Como metodologia

utilizada, foram entrevistados gestores da unidade de análise de 36 empresas, sendo 21 microempresas, 11 de pequeno porte e 4 de médio porte. Como resultado da pesquisa, ficou constatado que 58,3% das organizações fazem vendas dos seus resíduos e que 66,6% fazem o reaproveitamento na sua linha de produção, o que demonstra que as organizações estão atentas ao potencial dos seus custos ambientais. A partir dessas informações, depreende-se que o custo ambiental é um tema relevante para as indústrias de modo geral e, nos anos recentes, tem sido objeto de estudos acadêmicos. No contexto empresarial, a divulgação segregada deles tem ocorrido de forma tímida, como ficou demonstrado nesta seção, cujo estudo mais antigo é do ano de 2007.

3 METODOLOGIA

O presente estudo é essencialmente qualitativo, uma vez que está concentrado em verificar como são mensurados e divulgados os custos ambientais em cada etapa do processo produtivo do papel em uma indústria situada no município de Feira de Santana (BA). No presente estudo, a empresa, objeto da pesquisa, recebeu o pseudônimo Indústria de Papel Alfa. Essa opção assegura os pressupostos éticos da pesquisa, devido ao fato de o projeto inicial não ter sido submetido ao Comitê de Ética da Instituição de origem dos autores. Observa-se que a empresa em causa autorizou a realização de todas as etapas aqui investigadas e descritas, mediante formalização de aceite em 18 de outubro de 2019. O estudo na Indústria de Papel Alfa teve como eixo central a verificação da mensuração e a divulgação dos custos ambientais das etapas do seu processo produtivo. Para tanto, foi realizada uma entrevista estruturada com a responsável pelo setor de meio ambiente, como também se deu a análise dos dados referentes aos custos ambientais, em confronto com o processo produtivo. Observa-se que, embora se utilize de elementos numéricos para subsidiar os achados da pesquisa, na essência, o estudo não tem natureza quantitativa.

Esta pesquisa teve como estratégia de investigação o estudo de caso, que, dentre os pesquisadores, procura atender a questões do tipo “como” e “por que” (YIN, 2001). Ademais,

a análise principal deste trabalho é o processo de reconhecimento, de mensuração e de divulgação dos custos ambientais pelo método de estudo de caso, podendo, assim, em relação aos seus objetivos, ser reconhecida, também, como uma pesquisa descritiva. O estudo de caso foi conduzido com a realização de atividade de campo, guiada por entrevista. Assim como apresenta Vergara (2003, p. 45), a pesquisa pode ser definida como descritiva, quando visa descrever/expor características de determinada população ou de determinado fenômeno, sendo, assim, um excelente formato para o presente estudo de caso.

Da mesma forma, o presente artigo tem natureza empírica, uma vez que busca confrontar as informações disponibilizadas pela organização quanto aos seus custos ambientais em relatórios contábeis e socioambientais, com o seu formato de alocação de custos ambientais. Com o objetivo de guiar o presente estudo de caso e aumentar a sua confiabilidade, foi concebido um protocolo que orientou e conduziu as etapas do estudo empírico, de maneira a

assegurar a validade dos achados. Esse instrumento foi inspirado no modelo de Yin (2001) e contém não somente o instrumento, mas também as regras que devem guiá-lo.

Para a coleta dos dados, foram utilizados métodos primários e secundários, sendo os primários por uma entrevista estruturada, que, conforme Gil (2002, p. 113), é desenvolvida a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanecem inalteradas. Por um formulário de seis questões, buscou-se obter entendimento sobre o processo de fabricação, mensuração e divulgação dos custos ambientais, por fase de produção, tendo como entrevistada a responsável do setor de meio ambiente da Indústria de Papel Alfa. Por sua vez, os secundários foram obtidos pela análise documental da empresa, cujos custos ambientais puderam ser identificados, como o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Relatório de Sustentabilidade. A partir do exposto, o Quadro 2, a seguir, sintetiza as técnicas adotadas e suas respectivas ações, a saber.

Quadro 2 - Técnicas do estudo de caso para a mensuração e a divulgação dos custos ambientais

Técnica adotada	Conceito
PESQUISA DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> • Obtenção do balanço, DRE, balanço socioambiental, formulários, PGRS (política ambiental desenvolvida pela organização), regulamentações ambientais e demais documentações nas quais os custos ambientais possam ser identificados;
ATIVIDADE DE CAMPO	<ul style="list-style-type: none"> • Entender como a organização lida com a gestão para preservação ambiental; • Entender como acontece o processo produtivo do papel; • A partir do entendimento do processo produtivo do papel, obter conhecimento da forma pela qual os custos ambientais são mensurados; • Entrevista estruturada com a responsável pelo setor de meio ambiente da empresa Alfa.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores (2019)

Dessa forma, ciente desses procedimentos, buscou-se obter entendimento sobre o processo de mensuração e divulgação dos custos ambientais na empresa Alfa.

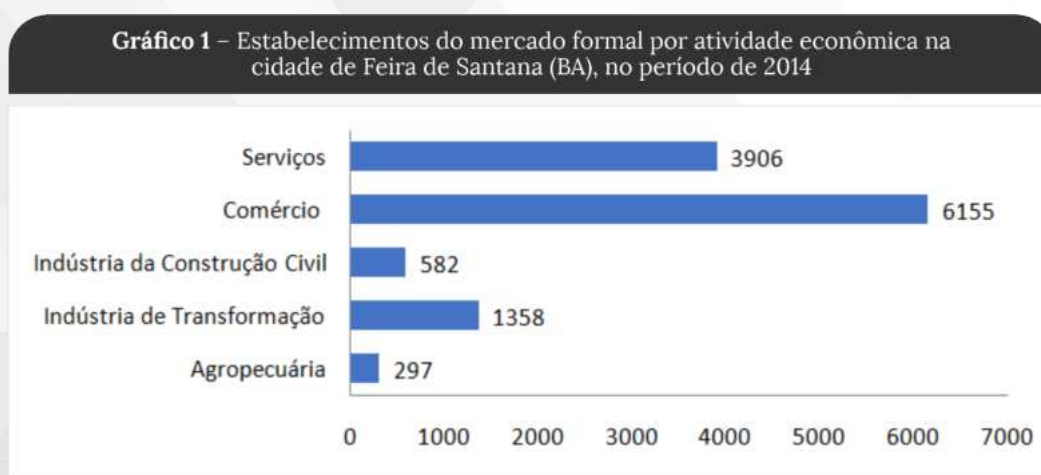
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Panorama do setor industrial no município de Feira de Santana (BA) e o setor de papel e celulose

Feira de Santana (BA) é conhecida pelo seu comércio de grande variedade. Da mesma forma, o setor industrial do município é relevante para a economia local, para a criação de empregos, bem como para a produção dos mais diversos produtos e fomento à renda. Grande parte das indústrias de Feira de Santana estão sediadas no Centro Industrial do Subaé (CIS),

no qual se encontram as mais multifacetadas atividades de produção industrial, de produtos alimentícios à produção de papel. Por ser um entroncamento rodoviário, o município se destaca como impulsionador no escoamento dos produtos produzidos.

O Gráfico 1 apresenta a inserção desse setor e a sua importância para o desenvolvimento local/regional pelo número de indústrias sediadas na cidade em causa, que pode ser visualizada a seguir.



Fonte: Santos (2016) com adaptações

Em relação ao número de indústrias constantes no Gráfico 1, em 2010, houve o registro de 631 delas, gerando empregos para 24.679 trabalhadores, segundo dados cadastrais do sistema FIEB (ARAÚJO *et al.*, 2018), o que demonstrou, na época, o tamanho, bem como a força da atividade industrial na mesorregião do Centro-Norte da Bahia, formada por 80 municípios.

4.2 Caracterização da organização: a indústria de Papel Alfa

A Indústria de Papel Alfa se encontra sediada no município de Feira de Santana (BA), no bairro Tomba. Essa empresa iniciou o planejamento de suas atividades em 2007, cuja operação entrou em vigor a partir de setembro de 2008. Ela tem como atividade central a produção de papel higiênico e toalha e o seu produto tem como matéria-prima a celulose, adquirida de fornecedores. A sua produção tem como destino final as prateleiras dos supermercados. Além disso, a organização tem uma filial se-

diada na cidade de São Gonçalo dos Campos (BA), que trabalha somente com fraldas para o público infantil. No que diz respeito à organização, a empresa trabalha em parceria com grandes redes, como Cencosud e Walmart, produzindo os produtos das marcas que esses mercados comercializam nos seus pontos de venda, no estado da Bahia.

Inicialmente, a Indústria de Papel Alfa tinha a sua produção focada em bobinas jumbo, vendendo a sua produção para a transformação em produto final, em outras organizações, porém, nos últimos anos, ocorreu a expansão da sua operação, fazendo com que ela consolidasse a sua marca e tivesse toda a sua produção de papel focada para atendimento interno, aumentando, assim, as vendas, o que permitiu ter alcançado destaque no Norte e Nordeste. A empresa é a maior indústria de papel de Feira de Santana, com mais de 500 colaboradores. Esse crescimento se consolidou no ano de 2019, estando presente na lista da Revista Exame entre as Pequenas e Médias Empres-

sas que mais crescem no Brasil. Devido a essa expansão, a empresa passou a demandar por um sistema de Controladoria dos custos ambientais que acompanhasse o porte e o volume produtivo dela.

4.3 Mensuração e divulgação dos custos ambientais na indústria de Papel Alfa

Por ocasião da realização da atividade de campo (entrevista com a responsável pelo setor de meio ambiente), foi possível verificar que, devido à Indústria de Papel Alfa produzir papel higiênico e toalha, a sua atividade é tida como de relevante impacto ambiental, tornando-a potencial poluidora, pois, no seu processo

produtivo, recursos naturais são consumidos. A companhia tem procurado observar as regulamentações ambientais vigentes no estado da Bahia, como o programa de resíduos sólidos NBR nº 10.004, o programa de gerenciamento de riscos da COPRAN nº 3.965/09 e o relatório de medições isocinéticas da CONAMA nº 382/06.

A Indústria de Papel Alfa tem dois grandes processos produtivos, que é a produção da bobina jumbo de papel e a conversão dessa bobina jumbo em rolos de papel, que se desdobra em diversos custos ambientais, como podem ser identificados e classificados no Quadro 3.

Quadro 3 – Custos ambientais da Indústria Alfa

Custos de Prevenção Ambiental	Custos de Detecção Ambiental	Custos de Falhas Ambientais Internas
Avaliar e selecionar equipamentos de controle da poluição	Inspecionar produtos e processos (conformidade ambiental)	Tratar e descartar materiais tóxicos
Projetar processos para reduzir/eliminar os contaminadores	Desenvolver medidas de desempenho ambiental	
Treinar empregados	Testar e medir níveis de contaminação	
Acompanhar riscos ambientais		
Fazer programa de reciclagem		
Reinsserir o papel usado no administrativo no processo produtivo		
Seguir programas de gestão ambiental		
Fazer parcerias com outras instituições para que os resíduos gerados sejam reaproveitados		

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

O Quadro 3 demonstrou o detalhamento dos custos e a não evidenciação dos Custos de Falhas Ambientais Externas. Conforme a depoente, “a gente se preocupa bastante com as destinações dos nossos resíduos, dessa forma, não fazemos contabilização de custos com falhas externas”. Com base nisso, ficou evidenciado que, apesar de a organização incorrer em diversos custos ambientais, ela se preocupa com a destinação deles. O estudo identificou que tais custos estão em conformidade com as definições da NBR nº 10.004, que indica os resíduos nos estados sólido e semissólido, resultantes de atividades de origem industrial,

doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição – sucata ferrosa, papelão, plástico, dentre outros materiais, podendo ter reaproveitamento em outros processos de produção. Para isso, a empresa tem firmado parcerias com outras organizações para que esses resíduos sólidos sejam reaproveitados em novos processos produtivos.

Para a realização da produção de papel, a Indústria de Papel Alfa incorre na utilização de água em demasia e, para evitar ao máximo o desperdício, a organização tem um sistema fechado de reaproveitamento. Toda a água que é

descartada na produção vai para uma estação e há tratamento interno, com retorno para o processo produtivo. Entretanto, essa organização não tem controle dos custos advindos do reaproveitamento da água pela estação de tratamento, fazendo com que as informações sobre os custos ambientais sejam inconsistentes e incompletas.

A empresa faz a contabilização dos custos ambientais por rateio de custeio, em que os desembolsos advindos de atividades ambientais são alocados nesse centro de custos, que estará contemplado de forma consolidada nas demonstrações contábeis. Porém, nem todos os custos ambientais são contabilizados, tornando a informação não completa e fidedigna. Vale salientar que as informações socioambientais não estão disponíveis no website da companhia, não havendo, portanto, relatórios disponíveis para consultas dos usuários. Ade-

mais, entendeu-se que os relatórios contábeis da empresa não trazem segregação dos custos ambientais e, da mesma forma, a entidade não faz a divulgação de Relatórios de Sustentabilidade ou Balanço Social.

Mesmo com toda a adoção de reaproveitamento dos rejeitos industriais, a Indústria de Papel Alfa tem desembolsos financeiros referentes aos custos ambientais que não podem ser reaproveitados, como, por exemplo, o lodo industrial, que é descartado em aterro sanitário devidamente legalizado, advindo do processo produtivo do papel reciclado, assim como custos com o descarte do óleo utilizado nas máquinas e os custos com a medição dos gases poluentes. Os dois primeiros custos estão relacionados diretamente com a produção de papel e o último com a produção e a conversão. Destacam-se, na Tabela 1, a seguir, os valores mensais gastos com custos ambientais.

Tabela 1 - Valores gastos com os custos ambientais na Indústria Alfa

Custos ambientais		Valor do gasto (R\$)
Custos da prevenção	Custos com aterro sanitário	R\$ 600.000,00
Custos da detecção	Análise isocinética da caldeira	R\$ 2.403,42
Custos das falhas internas	Óleo lubrificante da máquina de papel (custo de descarte de embalagem)	R\$ 2.500,00
Custos das falhas externas Somatório	-	R\$ 604.903,42

Fonte: Tabela desenvolvida pelos autores a partir dos dados obtidos na Indústria Alfa (2019)

Os valores apontados na Tabela 1, de acordo com os dados coletados por ocasião da entrevista, representam valores médios mensais. A partir disso, o estudo identificou que, no quesito registros contábeis, a organização não faz distinção entre os custos ambientais e os demais, mesmo havendo um setor para essa finalidade. Além da política ambiental interna, a organização emite relatórios ambientais, dentre eles, está o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Nesse instrumento são demonstradas ações de destinação de resíduos sólidos, evitando, assim, possíveis multas, tendo como base para o relatório a regulamentação de resíduos sólidos, de acordo com a NBR nº 10.004. A Indústria de Papel

Alfa, por seguir regulamentação da CONAMA nº 382/06, emite um relatório de emissões isocinéticas, documento que atesta se as suas emissões de poluentes seguem os padrões estabelecidos pela norma.

Em relação às ações de preservação ambiental, esta pesquisa identificou, por ocasião da entrevista realizada com a profissional responsável pelo setor de meio ambiente da Indústria Alfa, que a companhia busca estar em consonância com os conceitos de sustentabilidade fora do seu processo produtivo por intermédio de campanhas de conscientização ambiental com os seus colaboradores, assim como pela implantação do processo de coleta seletiva.

Por fim, ficou evidenciado que a Indústria de Papel Alfa tem preocupação com questões de natureza ambiental, especificamente, informações de custos ambientais. Apesar disso, ela não faz o acompanhamento dos seus custos de forma fidedigna, e essa situação foi confirmada no presente estudo, devido ao fato de o setor de Controladoria interna da empresa não acompanhar tais atividades, o que faria com que as informações de custos ambientais ficassem mais completas.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Pela presente pesquisa, buscou-se gerar dados que pudessem demonstrar como ocorre o processo de mensuração dos custos ambientais na Indústria de Papel Alfa e como a Controladoria Ambiental poderia auxiliar na geração de informações para o controle e a divulgação dos dados de custo ambiental, fazendo com que os usuários internos tivessem informações para tomarem decisões. Como resultado, foi demonstrado que a organização tem se preocupado com as questões ambientais não somente em seus processos produtivos – por intermédio de parcerias para destinações corretas dos seus resíduos e acompanhamento das regulamentações ambientais vigentes –, mas, também, promovendo ações de conscientização e de prevenção ambiental com os seus colaboradores.

Compreendeu-se, ainda, que a Indústria de Papel Alfa não faz o acompanhamento dos seus custos ambientais de forma fidedigna, mesmo havendo um sistema de rateio específico, em que todos os custos ambientais ligados direta ou indiretamente à produção deveriam estar presentes, fazendo com que não sejam geradas informações completas. Somente três custos de custo ambiental são contabilizados pela entidade, que são: os custos com o aterro sanitário, a análise isocinética da caldeira e a destinação do óleo utilizado nas máquinas de papel, gerando um total de desembolso de, em média, R\$ 604.903,42 por mês, valor esse que não corresponde à realidade dos custos ambientais realizados pela organização, principalmente com as suas atividades de preservação ambiental, que correspondem a 66,7% do total dos seus custos ambientais.

Na Indústria de Papel Alfa, o setor de Controladoria teria a capacidade de gerar informações de forma a auxiliar nos processos de gestão ambiental, contudo não faz o acompanhamento dos custos ambientais da organização. A mensuração dos custos ambientais relacionados diretamente à linha de produção e o não acompanhamento dos custos ambientais pelo setor de Controladoria demonstram o foco da organização nos desembolsos pelos custos ambientais e não em função do potencial de produção de informação deles. O estudo identificou uma fragilidade de informação acerca dos custos ambientais na Indústria de Papel Alfa, uma vez que a aludida empresa não faz divulgação desses custos nos seus relatórios contábeis. Registra-se que a companhia elabora apenas os relatórios requeridos por regulamentações, tais como: Relatório de Política de Resíduos Sólidos (NBR nº 1.004), Política de Gerenciamento de Riscos (CEPRAM nº 3.965/09) e Relatório de Medições Isocinéticas (CONAMA nº 382/06). Esses achados estão em consonância com aqueles identificados em outros estudos, por exemplo, com os dados identificados por Fonseca, Costa e Barbosa (2015) e Souza (2015), quando constataram que a não existência da divulgação dos custos ambientais nos relatórios contábeis é uma realidade.

Esta pesquisa se faz relevante, pois, por ela, ficou demonstrado como um sistema de Controladoria Ambiental é necessário em indústrias e, em especial, em indústrias do setor de papel, nas quais incorrem diversos custos ambientais. Pelo que foi constatado, os custos não são adequadamente acompanhados, e a informação produzida tende a ser incompleta. É salutar apontar que um sistema de Controladoria Ambiental para a Indústria de Papel Alfa seria um diferencial para o controle dos seus processos produtivos, a fim da adequada identificação e da mensuração dos custos ambientais, propiciando, com isso, acompanhamento, controle e geração de informação relevante quanto aos impactos das suas ações ambientais na organização. Para estudos futuros, sugere-se a implantação de um sistema de Controladoria Ambiental e que se faça o acompanhamento para a real análise dos impactos sociais, ambientais e econômicos desse controle na realidade da organização.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, S. M. L et al. 2013. Perfil das informações ambientais: um estudo exploratório em empresas dos setores siderúrgico e metalúrgico. **Revista Ambiente Contábil**, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 2, p. 209-228. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4145>. Acesso em: 05set.2019.
- Araújo, J. D. de et al. Determinantes do disclosure ambiental das empresas de materiais básicos listadas na BM&FBovespa. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 5, p. 2359-2376, mês-abreviado 2018. Disponível em: <http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/viewFile/238/218>. Acesso em: 05 set. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: resíduos sólidos. Rio de Janeiro, 2004.
- BENITES, L. L. L.; POLO, E. F. A sustentabilidade como ferramenta estratégica empresarial: governança corporativa e aplicação do Triple BottomLine na Masisa. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 6, p. 827-841, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/8879>. Acesso em: 05 set. 2019.
- Bergamini Junior, S. Avaliação contábil do risco ambiental. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 301-327, dez. 2020. Disponível em: <http://web.bnades.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11455>. Acesso em: 05 set. 2019.
- BORINELLI, M. L. **Estrutura conceitual básica de controladoria**: sistematização à luz da teoria e da práxis. Orientador: nome. 2006.? f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-19032007-151637/pt-br.php>. Acesso em: 05 set. 2019.
- CARVALHO, M. F. **Uma contribuição ao estudo da controladoria em instituições financeiras organizadas sob a forma de banco múltiplo**. 1995.Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- Donaire, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 2012.
- FONSECA, D.; COSTA, A. A. da; BARBOSA, M. A. G. Evolução da evidenciação de custos ambientais: um estudo em empresas do setor de papel e celulose – Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 22., 2015, Foz do Iguaçu (PR). **Anais...** Foz do Iguaçu (PR): editora, 2015. p. 1-16. Disponível em: <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/viewFile/3892/3893>. Acesso em: 05 set. 2019.
- Gallon, A. V. et al. Contabilidade e Controladoria Ambiental: auxílio na gestão da cadeia de arroz orgânico. In: CONGRESSO USP, 7., 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.
- GALLON, A. V., SALAMONI, F. L., BEUREN, I. M.O processo de fabricação de papel reciclado e as ações associadas aos custos ambientais em indústria de Santa Catarina. **Revista ABCustos – Associação Brasileira de Custos, São Leopoldo**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 1,jan./abr. 2008. Disponível em: <https://abcustos.emnuvens.com.br/abcustos/article/view/28>. Acesso em: 05 set. 2019..
- Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, M., GARCIA, C. **Controladoria ambiental**: gestão social, análise e controle. São Paulo: Atlas, 2013.
- GOMES, S. M. D. S.et al. Proposta para o ensino da controladoria ambiental nos cursos de graduação de Ciências Contábeis nas IES brasileiras. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 177-189,2012. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/403>. Acesso em: 05 set. 2019.
- HANSEN, D. R., MOWEN, M. M. **Gestão de custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- Hochschorner, Elisabeth, Noring, Maria. Practitioners' use of life cycle costing with environmental costs – a Swedish study. **The Inter-**

national Journal of Life Cycle Assessment, v.16, n. 9, p.897-902, 2011.

JALÓN, SilvestreGarcía de et al. The Environmental Costs of Water Flow Regulation: an Innovative Approach Based on the “Polluter Pays” Principle. **Water Resour Manage**, v. 31, p. 2809-2822, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11269-017-1663-0>. Acesso em: 05 set. 2019.

MACHADO, D. G. et al. Evidenciação de custos ambientais: um estudo multicaso de empresas do segmento de papel e celulose listadas na BM&FBOVESPA. **SINERGIA – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, Rio Grande do Sul, v. 19, n. 2, p. 77-90, dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/4258/3489>.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2013.

Moraes, M. A. et al. Análise dos custos ambientais relacionados com a gestão de resíduos em indústrias químicas. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 2, p. 505-522, 2017. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/12475/0>.

MUSSOI, A., VAN BELLEN, H. M. Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 55-78, 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/4908/evidenciacao-ambiental--uma-comparacao-do-nivel-de-evidenciacao-entre-os-relatorios-de-empresas-brasileiras>.

NASCIMENTO, A. M., REGINATO, L. **Controladoria**: instrumento de apoio ao processo decisório. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, A. F.; MACHADO, D. G.; BEUREN, I. M. Evidenciação ambiental de empresas de setores potencialmente poluidores listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 20-37, 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8049/evidenciacao-ambiental-de-empresas-de-setores-potencialmente-poluidores-listadas>

--no--indice--de--sustentabilidade--empresarial--ise--/i/pt-br.

OLIVEIRA, L. R. D. et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, v. 22, n. 1, p. 70-82, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=396742047006>.

OLEIRO, W. N., SCHMIDT, E. B. Contabilidade ambiental: uma análise da aplicação prática como potencializadora de informações socioambientais nas demonstrações contábeis. **Revista Ambiente Contábil**, Rio Grande do Norte, v. 8, n. 1, p. 275-293, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7423>.

PINTO, A. C. L. Discutindo os custos da qualidade ambiental sob a ótica do desenvolvimento sustentável – um estudo em uma organização que atua na geração de energia termelétrica a óleo combustível. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2004, Porto Seguro (BA). **Anais...** Porto Seguro (BA): Editora, 2004.

PLETSCH, C. S. et al. Perfil da evidenciação ambiental das empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Contabilidade de Vista & Revista**, v. 25 n. 3, Set./Dez., 2014. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2430>.

ROSSATO, M. V.; LIMA TRINDADE, L. DE; BRONDANI, G. Custos ambientais: um enfoque para a sua identificação, reconhecimento e evidenciação. **Revista Universo Contábil**, v. 5, n. 1, p. 72-87, 2009. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1080>.

RUTHES, S., CERETTA, P. S., RUTHES, M. Solução alternativa na gestão de resíduos sólidos em indústria metalúrgica. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 4 n. 2, jul/dez 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32078>.

SANTOS, A. O. et al. Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 27, p. 89-99, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rcf/v12n27/v12n27a07.pdf>.

SANTOS, H. M. Industrialização em Feira de Santana-BA (2002-2010): planejamento territorial e neodesenvolvimentismo. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2016, Feira de Santana (BA). **Anais...** Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), 2016. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/semic/article/view/3196>.

TEIXEIRA, L. M. dosSantos; RIBEIRO, M. de. Souza. Estudo bibliométrico sobre as características da contabilidade ambiental em periódicos nacionais e internacionais. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 8, n. 1, 2014. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/810>.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TISOTT, S. T.; SILVA, I. F. N.; RODRIGUES, R. da Silva. Produção científica do campo do conhecimento da contabilidade ambiental: um estudo em periódicos nacionais de contabilidade. **RAGC**, v. 6, n. 23, 2018. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/article/view/1295>.

VELLANI, C. L.; RIBEIRO, M. de. Souza. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n. 11, p. 187-206, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2009v6n11p187>.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.



AUTOR

LUCAS CARVALHO MOREIRA

Contador com Especialização em docência no ensino superior e Contabilidade Tributária e Financeira. No setor empresarial, atua na área tributária.



AUTORA

TÂNIA CRISTINA AZEVEDO

Contadora, Mestre e Doutora. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana e Universidade Federal da Bahia. Gestora empresarial e pesquisadora Tributação Verde e Terceiro Setor.



AUTOR

MARIVAL RODRIGUES SILVA

Contador com Pós-graduação em Gestão Tributária. Professor na Universidade Estadual de Feira de Santana e Faculdade Santo Antônio-Ba.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

RESUMO

O artigo buscou mapear os financiamentos mais comuns disponibilizados às Micro e Pequenas Empresas pelo mercado financeiro. Pretendeu-se analisar os aspectos gerais do Sistema Financeiro Nacional e identificar os principais métodos de captação de recursos e as dificuldades encontradas pelas MPEs. Foi realizado um levantamento com a aplicação de questionário junto a agentes das instituições financeiras, buscando identificar o quadro geral de fomento à captação de recursos para tais empresas. Os resultados demonstram que a maior dificuldade para a disponibilização de crédito é a burocracia empresarial e que o tipo de operação mais contratada é o capital de giro. Além disso, esses financiamentos – embora com altos juros – têm realizado avanços de natureza econômica, favorecendo o desenvolvimento e a consolidação das MPEs. Na medida em que permitem uma melhor gestão financeira, aumentam a capacidade de investimento e proporcionam maior competitividade perante aos concorrentes maiores.

Palavras-chave: Micros e Pequenas Empresas. Financiamento. Mercado Financeiro. Captação de Recursos.



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de discutir o cenário das Micro e Pequenas Empresas brasileiras que estão inseridas em um ambiente de constantes mudanças que exigem estratégias e inovações para obter sucesso num contexto econômico em mutação e em concorrência com grandes empresas e marcas estabelecidas. Busca-se trazer à tona uma análise atual sobre a captação de recursos em instituições de intermediação financeira, em uma fase crítica da economia internacional e nacional.

O mercado brasileiro sofre diferentes alterações que afetam diretamente a demanda dos

produtos, contribuindo para o temor dos empreendedores de captar recursos em instituições financeiras na forma de fontes de financiamento, na medida em que qualquer mudança no mercado de capitais incidirá diretamente em endividamento e na necessidade de capitalização da empresa.

Ferreira (2010) afirma que capital de terceiros compreende a captação de recursos por empréstimos ou financiamento em instituições financeiras ou com investidores privados. Esse capital poderá ser revertido em capital de giro, custeio operacional ou algum tipo de investimento em curto prazo.

O grande desafio das Micro e Pequenas Empresas é a carência de planejamento financeiro e de investimentos. Como elas não possuem garantias compatíveis com a necessidade de captação de recursos, pode-se, ainda, considerar que na realidade do mercado diante do risco financeiro, as instituições de intermediação oferecem juros altos para a obtenção de capital para favorecer as condições de estruturação de capitais.

No ano de 2020, mais precisamente no mês de março, foi deflagrado estado de pandemia em diversos países no mundo. Essa nova perspectiva teve impacto direto na captação de recursos para as empresas. Nessa seara, Avelar *et al.* (2021) relatam que com esse cenário a captação de recursos para os micro e pequenos empreendedores diminuiu 73% no ano de 2020 e 2021. O governo brasileiro, junto com o Ministério da Fazenda, deliberou algumas linhas de créditos específicas com o intuito de auxiliar a continuidade operacional das organizações. No entanto, o excesso de burocracia impediu que as MPEs tivessem acesso a tais benefícios.

A problemática de estudo tem como foco a seguinte questão: Quais as opções de captação de recursos, principais riscos financeiros e alternativas de créditos disponíveis às MPEs no mercado de intermediação financeira?

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, será feita uma revisão da literatura apresentando a expansão das MPEs, definição do Sistema Financeiro Nacional, as formas de captação de recursos e a classificação das MPEs à luz da legislação pertinente. A seguir, tem-se o enfoque metodológico, a análise dos dados e, por fim, as considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EXPANSÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO MERCADO BRASILEIRO

A expansão das micro e pequenas empresas tiveram expressivo incentivo e fomento ao mercado do terceiro setor, que passou a ter no Brasil uma grande ampliação com as privatizações, partindo-se para uma nova realidade no cenário econômico para uma forma de im-

plementação de novos empregos e a expansão de um novo setor mais abrangente em serviços e oportunidades (PICCHI, 2013).

Esse novo contexto social e conjunto da sociedade favoreceu a noção de arriscar novos empreendimentos, com a criação de recursos e incentivos do Governo Federal a partir do Plano Real, para a aberturas de novos negócios.

Castro (2009, p. 5) avalia que:

Dentre os fatos relevantes a este período destacam-se: a liberalização econômica, a intensificação da competição pela entrada de novos competidores em mercados protegidos, a intensificação dos sistemas de comunicação com a disseminação do uso da internet, a facilidade de acesso a informação e redução das barreiras desconhecimentos, que agora transpunham as fronteiras do país. Essas alterações no cenário mundial imprimiram vigor à economia, provocando uma corrida competitiva, focada em inovações e em ações empreendedoras, capazes de capitalizar estas mudanças e trazer à tona novos modelos de negócio.

Vários fatores relacionados ao macro ambiente organizacional desenvolveram o processo de disseminação de um ambiente propício aos novos negócios, como a tecnologia e o incentivo do mercado brasileiro para a produção de empregos diante da redução drástica de empregos na indústria e no comércio tradicional.

Conforme Miyatake *et al.* (2009, p. 5):

As criações de inovações tecnológicas permitiram a integração das organizações em nível global provocando o fenômeno denominado globalização, principalmente dos anos 1980 até os dias atuais, que transformou a forma de gerir empreendimentos em pouco tempo. O nível de complexidade e competitividade de conduzir organizações aumentou em níveis altíssimos e a concorrência passou a ser não mais em nível local, mas transformou-se em nível mundial. Isso tem causado a exclusão de milhões de pessoas do acesso a oportunidades de crescimento e desenvolvimento, pois se valoriza somente o melhor e aquele que possui dinheiro.

No cenário econômico atual, são relevantes os resultados do empreendedorismo em micro e pequenas empresas que têm desempenhado um papel reconhecido em nível estatístico no mercado em número de aberturas de empresas, número de empregos oferecidos e índice

de formalização (ALVES; LISBOA, 2013).

Na visão de Lupadini (2013), os empreendedores têm a atribuição de buscar mudanças no que consideram demasiado em termos de obrigação e inovações que venham de encontro ao bem comum das empresas geradoras de distribuição de renda e empregos.

O Acordo de Basileia trouxe impactos para a economia brasileira, na medida em que foram acatadas as diretrizes para reduzir o capital de risco, inclusive em bancos não mercantis, como é o caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES, que mesmo sendo um banco de desenvolvimento, passou a se orientar por medidas de risco de crédito. Tal fato tende a impactar as exportações de pequenas e médias empresas entrantes no mercado, com ações de controle em relação aos riscos de crédito nas operações bancárias, que impactaram profundamente a expansão de financiamentos (YANAKA, 2009).

Dolabela (2008) analisa que as empresas individuais poderão favorecer estratégias de negócios competentes para fomentar a habilidade do empreendedor. As pequenas empresas estão inseridas em um cenário complexo, que implica em planejamento para que os negócios consigam manter-se competitivos no mercado.

2.2 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN) E FORMAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Em uma economia capitalista, a criação efetiva de um Sistema Financeiro Nacional auxilia no crescimento econômico do país. Nesse ângulo, é necessária a criação de autoridades monetárias, que tem a função de estabelecer no mercado as diretrizes referentes às políticas monetária, cambial e creditícia, das quais dependem a regulamentação na intermediação financeira dos bancos, bem como as iniciativas de fomento ao desenvolvimento (ROQUE, 2012).

Segundo Roque (2012, p. 3):

As diretrizes do SFN permitem a evolução constante de ações no mercado de capitais, bem a movimentação de capital em condições de liquidez em curto e longo prazo. As instituições financeiras de intermediação colocam os capitais à disposição das empresas para o fo-

mento do desenvolvimento que tem suas operações realizadas pelo Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, bem como as Caixas Econômicas, Bancos e caixas econômicas estaduais, bancos privados, Comissão Bancária, e muitos outros órgãos públicos e privados, que são consultados quando necessário.

No mercado de capitais existem muitas formas de obtenção de recursos pela intermediação financeira por bancos ou de capitais de investidores privados. Em geral, a origem dos recursos externos é proveniente de diversas entidades financeiras bancárias e outras entidades (factoryng), que têm por finalidade garantir empréstimos e financiamentos às empresas. A forma de captar recursos varia de acordo com os interesses dos sócios ou dono único (GUIMARÃES, 2013).

As instituições financeiras geralmente praticam os seguintes tipos de empréstimos para pequenas empresas (LOPES, 2011):

- Desconto de Duplicatas;
- Empréstimos com Garantia de Títulos de Crédito;
- Empréstimos com Caução de Duplicatas;
- Empréstimos com Alienação Fiduciária;
- Empréstimos Vinculados;
- Repasse de Recursos Externos.

A execução do bem, no caso de inadimplência, não deve envolver custos muito elevados para o credor. Os tipos de garantias, geralmente, constituem-se de Alienação Fiduciária, Caução, Fidejussórias, Hipoteca e Penhor. Nas operações de longo prazo sempre são exigidas as garantias reais (hipoteca, alienação fiduciária, penhor). Para outras operações em curto prazo é necessário caução títulos/duplicatas e pessoais (fidejussórias) (LOPES, 2011).

Nesse contexto, as instituições financeiras definem valor real para a cobertura do empréstimo, em caso de perda ou riscos em garantias reais, apurado conforme avaliação apreço de venda no mercado. Diante dessa condição, os fundos de avais realmente contribuem com o empreendedor, facilitando a concessão de empréstimos pelas instituições financeiras (LOPES, 2011).

Dentre os recursos próprios (capitais próprios), podem ser classificados também aqueles adquiridos por acionistas ou quotistas minoritários, capital das Instituições Sem Fins Lucrativos, empresas de um único dono, empresas Governamentais, Firms Empresariais e subsidiária integral (COUTINHO, 2001).

2.3 CLASSIFICAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As empresas são classificadas pelo seu faturamento bruto anual, sendo esse também u-

tilizado como parâmetro para a definição do enquadramento em modalidade de empréstimos, financiamentos apropriados para cada tipo de empresas nas instituições bancárias e, ainda, critério de apoio em algumas linhas de créditos e programas, que servem diretamente para serem requeridos para o conhecimento da gestão empresarial.

Conforme a Lei Complementar 123/2006, as MPes são classificadas conforme o Quadro 1. Quadro 1 - Classificação das empresas

Quadro 1 - Classificação das empresas	
Classificação	Faturamento Bruto Anual
Empresa de Pequeno Porte (EPP)	Entre R\$360.000,00 e R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)
Micro Empresa (ME)	Até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
Microempreendedor Individual (MEI)	Igual ou inferior a R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

Fonte: Elaboração própria (2015)

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo realizado teve como foco a pesquisa bibliográfica e exploratória, buscando os pressupostos teóricos sobre a situação das micro e pequenas empresas no cenário econômico. Para atingir os objetivos do estudo, delimitou-se a pesquisa à análise do quadro geral de fomento à captação de recursos para MPes.

Andrade (2010, p. 45) avalia que “a pesquisa bibliográfica faz parte de um procedimento metodológico que auxilia na construção de novos conhecimentos que se oferece ao pesquisador como uma oportunidade na busca de soluções e suportes para as problemáticas de pesquisa”. Severino (2007) considera que a pesquisa exploratória possibilita a realização plena do desenho metodológico, favorecendo as escolhas dos procedimentos. Desse modo, cabe ao pesquisador configurar as suas análises interpretativas em relação às leituras realizadas de autores renomados.

A pesquisa é considerada descritiva, pois “não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve” (VERGARA, 1997, p. 45), expon-

do, também, a expansão das micro e pequenas empresas, a sua classificação, as suas formas de captação de recursos, fatores que facilitam os seus avanços profissionais e financeiros, estratégias utilizadas por empresas, como o SEBRAE na formação de empreendedores, dentre outros aspectos.

A pesquisa realizada é de campo, pois é utilizado um questionário semi-estruturado, com os funcionários de um setor específico denominado PJ (Pessoa Jurídica), em que, em alguns bancos, existe uma divisão em carteiras, podendo ocorrer tanto nos privados quanto nos públicos.

A pesquisa bibliográfica permite uma relação dialética com os fundamentos obtidos e uma maior flexibilidade na apreensão das formas de análise interpretativa e de observância das etapas, de leitura, de questionamentos e de interlocução crítica com o material bibliográfico (STRAUSS; CORBIN, 2008).

A coleta de dados foi realizada por um questionário aberto, com perguntas na qual o entrevistador tinha a oportunidade de realizar novas indagações, contendo 7 questionados,

destinados a 20 gerentes responsáveis pelo setor de Pessoa Jurídica, que ocorreu num prazo de 90 dias. Foram questionados gerentes de quatro bancos, sendo eles públicos (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e privados (Bradesco e Itaú), tendo, assim, uma visão geral do assunto ao longo da pesquisa de campo e do trabalho acadêmico, nos dois segmentos. Com os resultados obtidos no questionário, poderemos “apresentar de forma mais estruturada e analisando-os” (VERGARA, 1997, p. 57), o entendimento de qual foi a maior dificuldade na disponibilização de crédito para as micro e pequenas empresas; qual foi o tipo de operação mais comum utilizadas pelas micro e pequenas empresas; qual foi o percentual de inadimplência das micro e pequenas empresas; qual foi a porcentagem de pedidos negados e suas principais razões; quais foram as formas utilizadas pela instituição quando haviam casos de inadimplência; se teve a participação da empresa em feiras ou congressos que estimulasse as micro e pequenas empresas; se tiveram produtos destinados para as micro e pequenas empresas e, se a resposta fosse positiva, quais foram.

Referente ao tratamento dos dados, esses serão cuidadosamente analisados e transformados

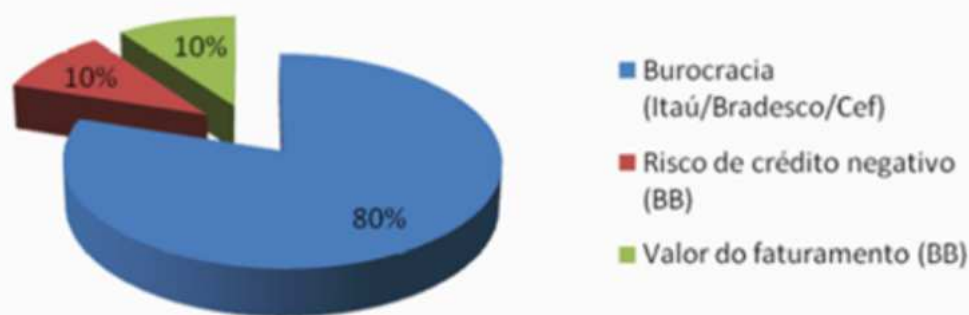
em gráfico, para melhor entendimento da população que se destina esse estudo. Dessa forma, serão tratados qualitativamente, de acordo com a taxionomia de Vergara (1997, p.57).

4. RESULTADOS

O presente questionário com perguntas semi estruturadas foi desenvolvido para que as perguntas feitas ao longo do trabalho fossem respondidas. A principal delas é identificar os tipos de financiamentos mais comuns que as MPEs poderão encontrar no mercado financeiro para a captação de recursos. A metacentral é analisar a percepção dos gerentes quando o assunto são as micro e pequenas empresas.

Entende-se com base na pesquisa de campo realizada, que a maior dificuldade para as micro e pequenas empresas é a burocracia no processo de financiamento. Devido ao número muito grande de inadimplentes nessa área, a burocracia no momento da liberação de crédito para as MPEs cresce e qualquer fator que possa parecer de risco, como movimentação irregular da conta corrente e utilização excessiva do cheque especial podem se tornar determinantes para a não liberação de crédito. Os resultados do instrumento de coleta serão apresentados abaixo.

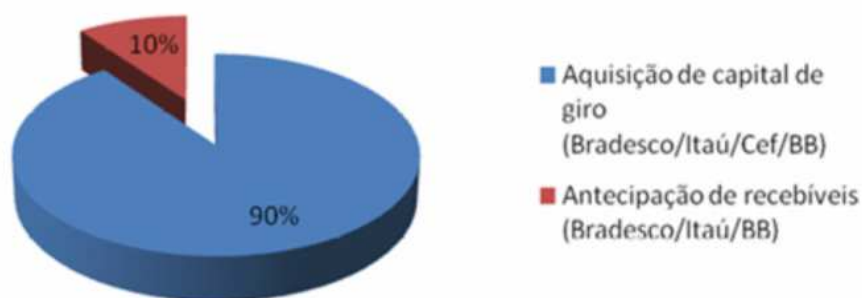
Figura 1 - Maior dificuldade na disponibilização de crédito para as micro e pequenas empresas



Fonte: Baseado em pesquisa de campo (2015)

De acordo com a Figura 1, notou-se que a burocracia foi o motivo mais comumente citado pela maioria dos entrevistados. Em virtude da dimensão e da falta de profissionalização, as MPEs têm dificuldade em demonstrar às instituições financeiras que têm as condições necessárias para contratar o financiamento. Berger e Udell (1998), confirmam tal conclusão ao definirem como opacidade informacional essa falta de informações confiáveis acerca dos dados financeiros das empresas.

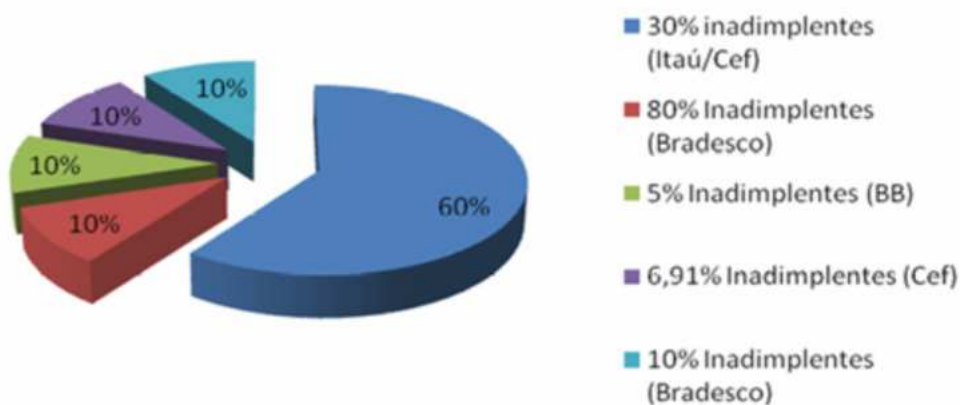
Figura 2 - Tipo de operação mais comum contratada pelas micro e pequenas empresas



Fonte: Baseado em pesquisa de campo (2015)

Observou-se que, conforme a Figura 2, a grande maioria dos entrevistados (90%), respondeu que o capital de giro é a operação mais comum contratada pelas MPEs. Normalmente, esse tipo de operação é a que tem a sua análise de crédito - dependendo do montante contratado - realizada de forma mais rápida. A outra resposta dada pelos entrevistados, necessita de um maior tempo para que seja analisada pelo departamento de crédito da instituição financeira, pois contém critérios mais subjetivos na sua composição - quantidade de recebíveis, média mensal, pulverização, dentre outros fatores.

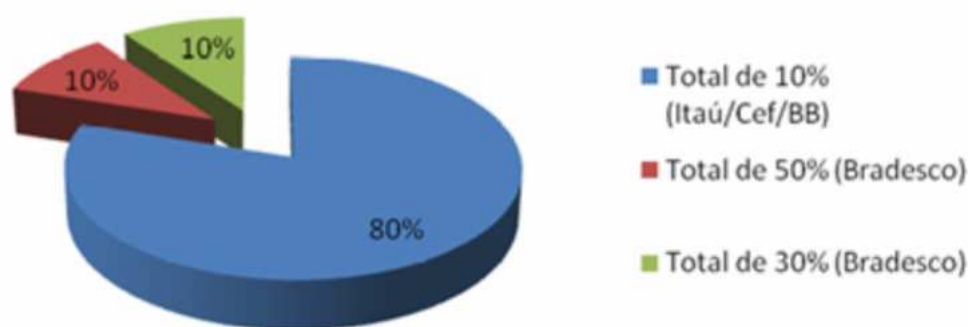
Figura 3 - Percentual de inadimplência das MPE's na sua carteira



Fonte: Baseado em pesquisa de campo (2015)

Os dados permitiram identificar, conforme a Figura 3, que 10% do total do universo da amostra (2 entrevistados), responderam que 10% das MPE's são inadimplentes, resposta seletiva do Banco Bradesco; 10% do total do universo da amostra (2 entrevistados), responderam que 6,91% dos MPE's da sua carteira são inadimplentes - resposta exclusiva baseada na entrevista a bancários da instituição CEF (Caixa Econômica Federal); 10% do total do universo da amostra (2 entrevistados), seletivos do Banco do Brasil, responderam que 5% da sua carteira de MPE's são inadimplentes; 10% do total do universo da amostra (2 entrevistados), optaram pela resposta que 80% da sua carteira são MPE's inadimplentes. Já 12 entrevistados - um total de 60% do universo da amostra de 20 entrevistados, disseram que 30% do total da sua carteira, é composta por MPE's inadimplentes, respostas, na sua maioria, listadas por empreendimentos bancários, como Itaú e CEF.

Figura 4 - Percentual de pedidos de créditos negados



Fonte: Baseado em pesquisa de campo (2015)

Observa-se, também, que, conforme a Figura 4, 16 entrevistados num total de 20, todos contidos nos respectivos bancos - Itaú, CEF e Banco do Brasil, responderam que o percentual de pedidos de créditos negados às MPE's é de 10%; 2 entrevistados, no caso, 10% de uma amostra total de 20 entrevistados, responderam que 50% dos pedidos de créditos solicitados pelas MPE's são negados - resposta respectiva do banco Bradesco; e 10% do total do universo da amostra (2 entrevistados), responderam que 30% dos pedidos de crédito solicitados pelas MPE's são recusados - resposta obtida à entrevista realizada ao banco Bradesco.

A cobrança gerencial é a principal ação utilizada no caso de MPE's inadimplentes. Tanto empresas públicas quanto privadas participam de feiras ou congressos que estimulam as micro e pequenas empresas. Produtos com taxas menores e prazos maiores - linhas de micro-

crédito, na aquisição por exemplo do capital-de giro, são exemplos de produtos existentes para desenvolvimento específico das micro e pequenas empresas.

A maioria dos entrevistados (60% ou 12 amostras) era do sexo masculino, enquanto os demais (40% ou 8 amostras) eram do sexo feminino.

O intervalo das idades dos entrevistados se situou entre 26 e 46 anos. Todos os entrevistados possuem nível superior completo, sendo que 30% (6 gerentes) possuem ou estão cursando pós-graduação.

As respostas obtidas em cada banco podem variar de acordo com a carteira na qual o gerente administra, ou seja, existem dados diferentes em uma mesma instituição financeira. Além disso, em certas ocasiões, foi dada mais de uma resposta às assertivas propostas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o presente estudo permitiu evidenciar os tipos de financiamentos que as MPE's poderão encontrar no mercado financeiro para a captação de recursos referentes aos serviços de apoio às micro e pequenas empresas realizadas pelas instituições de intermediação financeira por serviços bancários de natureza mercantil referentes ao desconto de duplicatas, empréstimos com garantia de títulos de crédito, empréstimos com caução de duplicatas, empréstimos com alienação fiduciária, empréstimos vinculados e outros repasse de recursos externos que as empresas passam a ter direito quando se torna cliente do banco.

Essas medidas implementadas pelos bancos mercantis são meios de atingir um processo de multiplicação de capitais. Além desses meios, as micros e pequenas empresas possuem diversas categorias de financiamentos que auferem condição em longo prazo para a estruturação de capitais tanto pelos bancos mercantis, quanto pelas instituições de fomento social de desenvolvimento como as medidas de apoio do BNDES.

Nos últimos anos, a crise financeira internacional produziu um quadro de retração econômica no Brasil, que atingiu diretamente as micro e pequenas empresas. Os altos impostos, a carência de planejamento financeiro e a dificuldade de obtenção de captação de capitais são decorrência dos altos juros e da indisposição dos empreendedores ao risco de investimento e de não obter a liquidez necessária para a estruturação de capitais.

Com relação à pesquisa de campo, utilizada como ferramenta para responder questões envolvidas na problemática deste estudo, mesmo sendo de difícil desenvolvimento - devido à dificuldade em marcar um horário propício para a realização das perguntas aos gerentes, devido à carga horária de trabalho deles, em decorrência da burocracia encontrada nas entidades e a qualidade das respostas obtidas ao longo do questionário, não sendo possível averiguar a veracidade obtida em cada indagação proposta ao longo do-

questionário -, a pesquisa de campo foi considerada satisfatória.

Ao fim do questionário de pesquisa, de coleta, de estudo e de elaboração dos dados resgatados, foram obtidas respostas cruciais para o bom entendimento do presente artigo, como que a maior dificuldade para a disponibilização de crédito para as MPE's é a burocracia empresarial, que o tipo de operação mais contratada pelas MPE's é o capital de giro e a porcentagem de pedidos de crédito negados é de aproximadamente 10% e o seu principal motivo de ocorrência é a burocracia.

As micro e pequenas empresas necessitam, principalmente, de um amplo relatório contábil para demonstrar o equilíbrio nas contas, para facilitar a aquisição do capital diante da visão de risco dos bancos e a redução da taxa de capital para ser usada em riscos como investir em empresas novas. Ademais, também é notório que os pequenos empresários saibam planejar no momento de contratar o crédito, pois uma escolha de linha de crédito equivocada, poderá afetar a continuidade da empresa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ALVES, Fernanda Portes; LISBOA, Wellington Teixeira. Panorama da pequena empresa no Brasil: amadorismo, vitalidade e os desafios para o desenvolvimento. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, v. 13, n. 24, 2013.
- AVELAR, Ewerton Alex et al. Efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a sustentabilidade econômica financeira de empresas brasileiras. **Revista Gestão Organizacional (RGO)**, v. 14, n. 1, 2021.
- BRASIL. **Lei Complementar n. 123**, de 12 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BERGER, A. N.; UDELL, E. G. F. The Economics

of Small Business Finance: The Roles of Private Equity and Debt Markets in the Finance Growth Cycle. **Journal of Banking and Finance**, v. 22, p. 873-897, 1998.

CASTRO, Ana Elisa Martins Pacheco de. **Construção de cenários para introdução de modelo de negócios inovador no mercado corporativo** – a introdução do software livre no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/resultado/trabalhosPDF/279.pdf>. Acesso em: 3 out. 2014.

COUTINHO José Tadeu. Gestão das políticas sociais e o terceiro setor. In: ENANPAD, 2001, Campinas. **Anais...** Campinas, SP, 2001.

DOLABELA, F. **Oficina empreendedora**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

FERREIRA, Paulo Wagner. **O mercado de capitais e a captação de recursos para investimentos**. 2010. Disponível em: http://www.santacruz.br/v4/download/janela-economica/2010/12_O_Mercado_de_Capitais.pdf. Acesso em: 4 out. 2014.

GUIMARÃES, Luiz Paulo. **A expansão do crédito e as oscilações da política econômica brasileira**. 2013. Disponível em: http://www.rhportal.com.br/artigos/rh.php?idc_cad=-5cenl5xpz. Acesso em: 29 set. 2014.

LOPES, Arthur. **Quem matar na hora da crise?** Como resgatar a sua empresa e fazê-la crescer. São Paulo: Saraiva, 2011.

LUPADINI, Edson. **Empreendedor individual**. 2013. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,ERT116096-17180,00.html>. Acesso em: 4 out. 2014.

MIYATAKE, Anderson Katsumiet al. **Autogestão de empreendimentos solidários: Relatos de experiências de incubação e soluções encontradas pela UNIttrabalho/UEM**. 2009. Disponível em: <http://www.unitrabalho.uem.br/artigos/pdf10.pdf>. Acesso em: 2 out. 2014.

PICCHI, Flávio Augusto. **Mercado de capitais para microempresas**. 2013. Disponível em:

<http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=1003>. Acesso em: 24 set. 2014.

ROQUE, Sebastião José. **O sistema financeiro nacional estrutura as finanças do Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,o-sistema-financeiro-nacional-estrutura-as-financas-do-brasil,36314.html>. Acesso em: 24 set. 2014.

SEVERINO A. J. **Metodologia do trabalho científico** – revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. Porto Alegre: ArtMed Editora, 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

YANAKA, Guilherme M. **Modelo interno de risco de crédito de Basiléia II: Possíveis impactos no capital mínimo exigido dos bancos**. 2009.f. Dissertação (Mestradoem Economia)–Fundação Getúlio Vargas – FGV, Rio de Janeiro, 2009.

APÊNDICE

APÊNDICE A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Objetivo: Identificar os tipos de financiamentos que as MPEs (Micro e Pequenas Empresas) poderão encontrar no mercado financeiro para a captação de recursos. Pretende-se analisar os aspectos gerais do sistema financeiro nacional, apontar os principais métodos de captação de recursos e evidenciar a influência do SEBRAE nos processos de evolução novo do empreendedor.

DADOS DO ENTREVISTADO:

- Sexo:
- Idade:
- Escolaridade:
- Tempo de atuação na área:
- Tempo de Empresa:
- Faturamento da Carteira:

PERGUNTAS ESPECÍFICAS PROPOSTAS:

- Qual foi a maior dificuldade na disponibilização de crédito para as micro e pequenas empresas?
- Qual foi o tipo de operação mais comum contratadas pelas MPE's?
- Qual foi o percentual de inadimplência das MPE's da sua carteira?
- Qual foi o percentual de pedidos de créditos negados? Quais foram as principais razões?
- De que forma a Instituição trata os casos de inadimplência?
- A empresa participa de feiras e/ou congressos que estimulam as MPE's?
- Existem produtos/serviços especificamente para MPE? Quais?



AUTOR

ERIC GARDEL DE OLIVEIRA SANTOS

Administrador, Contador e Especialista em Contabilidade Gerencial - Ênfase em Controladoria (UFBA). Atualmente, mestrando em Contabilidade pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência nas áreas de auditoria, perícia e mercado financeiro.



ANTONIO CARLOS RIBEIRO DA SILVA

Sou **Antonio Carlos Ribeiro da Silva**, tenho 57 anos, natural de Salvador-Bahia, oriundo de uma família simples e humilde. Começo minha história exaltando aquele que é digno de toda honra e toda glória: DEUS, pedra de ajuda inabalável e infalível. Quero aqui expressar como o salmista “Grandes coisas fez o Senhor por nós por isso estamos alegres” e apresentar uma palavra hebraica que tem me acompanhado em toda a minha trajetória, que é EBENÉZER - “até aqui nos ajudou o Senhor”. Durante minha vida tem sido essa a minha convicção, de que Deus está me protegendo e me guiando em todos os passos.

MINHA INFÂNCIA

Sou o décimo de doze filhos e quando nasci minha mãe já era evangélica, pertencente a uma igreja Batista. Todos nós fomos criados nestes princípios religiosos, mesmo sem a participação de meu pai, que era militar, com muitas mulheres fora do casamento e alcoólatra. Assim, tive uma infância um pouco conturbada com um pai ausente em afeto e carinho, mas apesar disso, não nos faltava alimento. Minha mãe procurava suprir do seu jeito a ausência de meu pai, tornando-se muito presente em nossas vidas.

Não cheguei a conhecer todos os meus irmãos, pois quando nasci alguns já haviam fale-

cido. Dos filhos, eu fui o que mais fiquei ativo na igreja, pois meus irmãos à medida em que iam crescendo e vendo o exemplo de meu pai, foram se afastando. Entretanto, mantive desde criança uma fé firme e inabalável em Deus e devo isso à sabedoria de minha mãe que nos conduziu desde cedo a essa garantia espiritual. Como exemplo, aos 10 anos eu já fazia curso bíblico por correspondência pela rádio mundial. Sempre fui dedicado ao estudo, chegando a estudar pela manhã na Escola Coração de Jesus e a tarde na Escola Menino Jesus ao mesmo tempo por causa da minha hiperatividade.

MINHA ADOLESCÊNCIA

Foram muito episódios que marcaram essa fase de minha vida, porém vou relatar aqui aqueles que considero relevantes. Aos meus 12 anos, por ironia, meu pai possuía um Bar chamado “O Batidão”, onde eu fazia o controle financeiro, já que por ser cristão e estudioso, meu pai confiava a mim essa função. O Bar era muito frequentado, pelo sucesso das batidas que vendia. Um dia minha mãe sabiamente chegou para mim e disse “Meu filho, um cristão não fica em bar vendendo bebida alcoólica” e como eu confiava muito nela, de imediato acatei aquela orientação e avisei ao meu pai que não iria mais trabalhar no Bar. Ele ficou muito bravo comigo e começou a me perseguir menos-

prezar em relação aos outros irmãos, inclusive cortando qualquer tipo de ajuda financeira até para ir à escola etc.

Ainda nesse período aconteceu um episódio muito forte para mim: perdi um irmão de 10 anos de idade que andava muito comigo e foi atropelado correndo atrás de uma pipa. Esse ocorrido abalou toda a família, essa era a segunda morte trágica que acontecia na família. A primeira aconteceu aos meus 3 anos, quando perdemos uma irmã de 14 anos de idade por meu pai haver esquecido seu fuzil com munição em casa, o qual caiu e atingiu minha irmã fatalmente.

Com a rejeição que tinha de meu pai e dos meus irmãos, que haviam se afastado da igreja, mantive a minha fé e canalizei a minha adolescência aos estudos, à comunhão com Deus e aos meus amigos da igreja. Como as vezes não tinha dinheiro de transporte para ir para escola, já que meu pai não dava, resolvi fazer alguns trabalhos. Um deles foi aos 13 anos, vendendo picolé para arranjar dinheiro. Depois vendi suco em casa, com ajuda de minha mãe. Aos 15 anos, no período de carnaval já vendia pipoca na praça da piedade, em Salvador - Ba. Minha tia possuía um salão de beleza, e aos 16 anos, todo final de semana, depois das aulas, eu ia trabalhar no salão fazendo todo o controle financeiro. Aí foi a gênese da minha descoberta pela contabilidade! Tudo isso eu fazia para conseguir dinheiro para estudar. Nesse tempo, já fazia vários cursos e me dedicava totalmente aos livros e as leituras. Estudei todo o meu ensino fundamental e médio em escola pública. E o interessante disso tudo é que sempre fui proativo e liderava as coisas. Paralelo a isso, começo aos 13 anos uma paixão pelo ensino, sinto que é um ministério que Deus me outorgou o dom de ensinar. Assim, comecei a alfabetizar todos os meninos da rua que não conseguiam ser alfabetizados na idade normal. Um dia ao ministrar aulas para uns 20 alunos na sala de jantar de minha casa, meu pai chegou e rejeitou minha ação, quando solicitei para ele um quadro de giz para minhas aulas. Então arranjei um compensado e continuei a ensinar, me sentindo útil na educação. Muitos já me procuravam para aprender. Percebi, assim, que amava ser professor e junto

com uma amiga abrimos uma pequena escola para ensinar a um grupo maior composto por crianças carentes, onde eu recebia apenas o valor do transporte. Então, passei a estudar pela manhã, pela tarde ensinava e finais de semana fazia o controle financeiro do salão de minha tia.

Aos 16 anos meu pai me expulsou de casa por ser cristão. Não tendo para onde ir, busquei o pastor de minha igreja, o qual me acolheu com carinho e me convidou para morar com sua família, mas meu coração pedia para voltar para casa... então retornei à noite. Concretizei meu Ensino Médio em Patologia Clínica, estagiando nas obras sociais de irmã Dulce e no IV Centro de Saúde, onde recebi o mérito de melhor estagiário do laboratório. Até hoje tenho guardado esse registro. Até então, acreditava que seguiria a carreira médica, pois ainda não pensava em fazer contabilidade.

FASE ADULTA

Aos 18 anos, o primeiro episódio marcante foi o exército brasileiro que fiz de tudo para não ser aprovado como aspirante a oficial, mas acabei ficando como soldado. Servi o exército por 12 meses. Continuava meus estudos fazendo cursos, como o de datilografia, sendo por isso aprovado em primeiro lugar como soldado datilógrafo e fui trabalhar com um sargento que organizava todo o quartel na parte administrativa. Assim, fiquei por um ano entre o 19 BC e o Quartel General do Exército na Mouraria - Salvador. O Exército foi um grande aprendizado e me ajudou na disciplina, característica forte em meu caráter.

Foi estando no exército que, apesar de frequentarmos desde a infância a mesma igreja não tínhamos nenhuma aproximação, e aos 18 anos conheci a minha amada esposa. Foi paixão de imediato e hoje estamos casados para sempre há 34 anos. Neste período também resolvi fazer cursinho pré-vestibular e prestei vestibular para UFBA e Uneb e ainda com 18 anos saindo do exército fui aprovado na UNEB para fazer uma licenciatura em Técnicas Comerciais. Comecei a fazer o meu primeiro curso superior e, com dificuldade financeira resolvi ensinar matemática para meus colegas

de turma e eles voluntariamente me pagavam, prova de que Deus nunca me deixou faltar nada. Às vezes tinha só o dinheiro de ida para a Faculdade, mas exercitava a fé e intimidade com Deus e ele sempre enviava algum colega para me pagar pelas aulas voluntárias. **Agora entendem porque EBENÉZER?**

Ainda na universidade, fiz seleção para a área de controle financeiro de um Banco, fui aprovado e comecei a trabalhar. Aí começa o gosto pela contabilidade! Nesse período fui convidado para trabalhar nas unidades móveis do SENAC, dando aula a noite de cálculos comerciais e contabilidade. Assim, estudava pela manhã, pela tarde trabalhava no Banco e à noite dava aula. Encontrava minha amada somente final de semana.

A vida financeira começou a melhorar e com meu primeiro salário comecei a querer tirar minha mãe do lugar em que morávamos e assim o fiz. Fui ajudando a todos os meus irmãos e Deus abençoando minha vida e mudando a minha história. Meu pai já estava nesta época adoentado e já tinha orgulho de mim e falava para todos que tinha um filho professor e Deus permitiu que no final da sua vida fosse eu a tomar conta dele, tendo até a oportunidade de assistir a sua morte e ele olhava para mim com suas lágrimas caindo e logo faleceu.

Com a minha amada depois de 04 anos entre namoro e noivado resolvemos nos casar e construirmos a nossa vida juntos. Assim aconteceu... os dois sempre na igreja trabalhando para o reino de Deus. Participamos de grupo de teatro evangélico onde representamos vários papéis. Fiz o papel de Jesus por diversas vezes, inclusive até no desfile de dois de julho em Salvador.

Incentivei minha esposa e minha sogra a fazerem também um curso universitário e assim o fizeram. Casamo-nos e ao longo dos anos tivemos duas filhas lindas: Laís e Laila e adotamos uma outra filha sobrinha linda, Jéssica.

Mesmo depois de casado continuei estudando. Trabalhava no SENAC agora efetivo como professor e no Banco. Quando chegava em

casa ficava até a madrugada estudando para fazer vestibular novamente. Realizei vestibular para quatro instituições UFBA, Cairu, FEBA e CEFET e fui aprovado nas quatro. Então combinei com minha esposa e, como ainda não tínhamos filhos, apertamos as coisas em casa e fiz opção por cursar duas faculdades ao mesmo tempo e trabalhando nos dois empregos. Deu tudo certo! Me formei em Ciências Contábeis e Pedagogia com louvor. Neste período, enquanto acontecia a formação, abri o meu primeiro escritório de contabilidade com uma sócia e tinha o nome de Contabilidade e Informática, o mesmo era na Praça da Sé. Não deu certo e fechamos. Era muito raro na época um jovem com apenas 27 anos já possuir 03 graduações. Para mim, somente Deus poderia proporcionar isso, sei o amor que Ele tem por mim e eu por Ele.

Em seguida, como minha esposa havia feito o curso técnico em contabilidade, resolvemos abrir juntos um escritório denominado G.A.C. Contabilidade, que após 10 anos resolvemos fechar por algumas decepções com empresários que queriam fazer coisas desonestas e não concordávamos. Posteriormente, fui participar de uma sociedade em uma escola do fundamental ao ensino médio. Paralelo a tudo isso já tinha resolvido ser professor do curso técnico em contabilidade. Prestei concurso para o Estado e fui aprovado e fiquei por 7 anos dando aula no Ensino Médio. Nesse ínterim, prestei concurso para professor na UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana, incentivado por um colega de curso de pós-graduação e amigo. Dessa forma, comecei minha carreira de professor da Universidade Pública. Mas não parei de estudar... fiz o curso de especialização em psicopedagogia, contabilidade gerencial e outros na época. Coordenei duas escolas de ensino médio, pela minha formação em pedagogia, desenvolvi também ações de consultoria contábil, atendendo clientes de acordo com as demandas. Assim, sempre consegui conciliar minhas formações em pedagogia e contabilidade.

Dessa forma, minha vida profissional começou a decolar de forma muito rápida, mas sempre seguindo as orientações de Deus através da

minha fé. Nesta época já tinha feito mestrado em Contabilidade e fui aprovado com uma bolsa da comunidade europeia indo morar com minha esposa e filhas em Portugal, onde fiz doutorado em Ciência da Educação e minha esposa aproveitou e fez mestrado em educação. Lá também foi uma experiência fantástica para a nossa família e para minha vida profissional onde trabalhei como professor convidado por dois anos na Universidade Católica Portuguesa em Braga, norte de Portugal.

Com o retorno ao Brasil em 2009 prestei concurso para professor da Universidade Federal da Bahia e fui aprovado.

Paralelo ao trabalho de professor universitário público, ingressei no ensino privado exercendo cargos de professor, coordenador, diretor acadêmico, Diretor de algumas IES em Salvador e Lauro de Freitas e, por último Presidente da Fundação Visconde de Cairu, que muito me orgulha, pois, sair de aluno para o maior cargo da Instituição.

Sempre fui um apaixonado por trabalho social. Cheguei a ser presidente de um Centro comunitário que era responsável em promover a formação profissional de pessoas da comunidade. Foram firmados a época vários convênios com o propósito de ajudar as pessoas a terem uma renda e sobreviverem com dignidade. Promovemos alfabetização de adultos, em parceria com a Fundação Educar. Abrimos a escola “Luta do Povo” que depois foi fechada por determinação governamental. Enfim, não teria espaço para relatar todo o trabalho que foi e tem sido realizado.

Diante de tantas outras ações as quais não teria tempo de aqui abordar, não poderia deixar de registrar a minha trajetória de escritor e autor de 08 livros. Deixo registrado o primeiro que fez sucesso em todo o Brasil que foi “Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade”. Escrevi também os livros: “Hermenêutica Contábil”, “Educação por Competências”, “Ética Geral e Profissional”, “Manual de Contabilidade para Pequenas Empresas” esse em parceria com o professor José Carlos Marion, um dos maiores expoentes da contabilidade

no Brasil. Me tornei palestrante local, regional, nacional e internacional, proferindo palestras em vários Estados do Brasil, em Portugal e Cabo Verde.

Na política classista, comecei a trabalhar em 2002 em comissões do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), ajudando nas reformas das normas de contabilidade e outras temáticas. Fui conselheiro suplente, depois efetivo do Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA) e atualmente exerço a presidência do órgão, sempre acreditando que devemos como profissional manter uma postura ética e correta em tudo que fizermos. Desenvolvo, ainda hoje, muitas pesquisas associando contabilidade e ensino para que haja melhoria no ensino da contabilidade.

UM INESPERADO

No ano de 2017, descobri estar com Câncer de Próstata. Apesar do susto fui para o meu lugar secreto de oração e conversei com Papai e Ele me disse: “fique tranquilo, vai passar”. Passei por esse vale e estou curado ao ponto do médico que nos acompanha dizer que “de mil homens acometidos por esse câncer, somente acontece com um o que está acontecendo com você”. Deus trabalhou e hoje testemunho para os homens a minha experiência e tento conscientizá-los do cuidado preventivo que precisam ter para cuidar no início caso estejam com a doença. Foi o que aconteceu comigo.

Na saga da continuidade dos estudos recentemente fiz outra graduação agora em Teologia, formação em Coach e Analista Comportamental. Daqui a pouco teremos mais (risos).

REALIZAÇÃO

Hoje me sinto realizado, tenho uma família linda e abençoada. Uma esposa exemplar, amorosa e dedicada. Três filhas verdadeiras bênçãos, duas delas foram para área de saúde uma biomédica e a outra psicóloga e a minha sobrinha-filha publicitária. Bênçãos para nossas vidas. Filhos são heranças do Senhor. A minha mãezinha hoje com 91 anos, a nossa amada Juju muito lúcida e uma mulher de fé. Na vida profissional Deus nos tem colocado em lugares de destaque que jamais imaginei

que chegaria, porém Ele tem nos honrado pelo seu amor e misericórdia que não tem fim. Hoje faço parte da “Ubuntu Consultoria Digital” uma empresa que está em crescimento e mais uma vez Deus honrando com sócios que são verdadeiras bênçãos na minha vida. Exerço o magistério na UFBA, UNEB e Cairu e trabalho na igreja no Ministério de Casais compartilhando a nossa experiência para resgatar famílias.

Os Bens e as coisas que tenho são suficientes para a minha realização pessoal. Exerço hoje também além das consultorias e ensino, o vocalato na JUCEB - Junta Comercial do Estado da Bahia representando os contadores.

MENSAGEM

O Homem é reconhecido não pelo que tem, e sim pelo que é como pessoa. Já faz 36 anos, que como professor contribuo para formar ge-

rações de contadores. Tenho plantado pequenas sementes na vida de cada um que passa na sala de aula e pela minha vida. O que vale na vida é a escolha da semente que plantamos para que no momento propício, possamos colher frutos saudáveis.

Encerro essa breve autobiografia honrando a esse Deus que cuida de mim nos detalhes e poder falar em alto e bom som “EBENÉZER! Até aqui o Senhor nos ajudou”! Espero que toda a minha história de superação contribua para que outros entendam que tudo podemos Naquele que nos fortalece. Fiquem na Paz com Deus!

